

EVASÃO ESCOLAR NAS ESCOLAS RIBEIRINHAS

Mair Furtado de Melo



EDITORA EDFIKA

AS PRINCIPAIS DIFICULDADES
DE PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES
NAS ESCOLAS RIBEIRINHAS

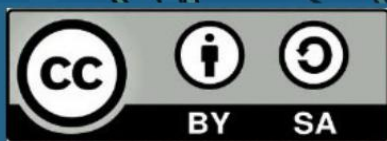
A evasão escolar é um dos desafios mais críticos enfrentados pela educação brasileira, especialmente em regiões rurais e ribeirinhas, onde as condições socioeconômicas e geográficas impõem barreiras adicionais à permanência dos estudantes nas escolas. Na Escola Ribeirinha Filadélfia, situada no Igarapé Grande, no município de Macapá - Amapá, esses desafios se tornam ainda mais evidentes, afetando diretamente o acesso e a continuidade da trajetória escolar dos alunos. Dessa forma, faz-se necessário compreender os fatores específicos que contribuem para a evasão escolar nessa comunidade, a fim de desenvolver estratégias eficazes para abrandar o problema. Tem-se o entendimento de que a evasão escolar em regiões ribeirinhas está associada a uma série de fatores como: a vulnerabilidade socioeconômica das famílias, a distância entre a residência dos alunos e a escola, as dificuldades de transporte escolar, e a precariedade da infraestrutura educacional.



ISBN: 978-65-85231-82-4



9 786585 231824



EDITORA EDFIKA

EVASÃO ESCOLAR NAS ESCOLAS REIBEIRINHAS

Mair Furtado de Melo

**As principais dificuldades de
permanência dos estudantes nas
Escolas Ribeirinhas**



EDITORA EDFIKA

© COPYRIGHT 2026 BY MAIR FURTADO DE MELO.

(Todos os direitos reservados ao autor).

Edição: José Edson Cavalcante da Silva.

Diagramação: J. E. C. Silva.

Capa: Rodrigo de Almeida Costa (artista visual).

Revisão Textual: Mair Furtado de Melo.



Esta obra é licenciada
sob uma Licença Creative
Commons Attribution-
ShareAlike4.0 Brasil.

COMITÊ EDITORIAL

Me. Maria Fabiana Brito - SEMED - Recife.
Drª. Elizabete Amorim de Almeida Melo - UFAL.
Dr. Jenivaldo Lisboa de Araújo – SEDUC/AL.
Dr. Elias Rocha Gonçalves – SEDUC/RJ.
Me. Luis Carlos Soares da Silva – UNEAL.

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M528e

MELO, Mair Furtado de. EVASÃO ESCOLAR NAS ESCOLAS RIBEIRINHAS:
As principais dificuldades de permanência dos estudantes nas Escolas
Ribeirinhas – 1ª Edição / Mair Furtado de Melo. – Arapiraca / Alagoas:
Editora Edfika, 2026.

228 p. In 14,8 x 21 cm.

ISBN: **978-65-85231-82-4** (LIVRO DIGITAL).



1. Evasão 2. Dificuldades 3. Permanência 4. Ribeirinhas 5. Estudantes 6.
Educação I. Título II. Autora.

CDD

370.11

<https://www.cuttersonline.com.br/registro/1f171787-997d-6366-a459-fa163e25d663>

Índices para catálogo sistemático:

370.11 – Educação com objetivos e finalidades específicas.

DEDICATÓRIA

Entrego cada palavra àquele que guiou cada passo incerto, cada tecla digitada – Deus. Por vezes, senti-me navegando em um mar de incertezas acadêmicas, mas foi a fé que me serviu de bússola, transformando obstáculos em degraus. Obrigado por não permitir que o café fosse meu único milagre matinal.

Àquele que detém o conhecimento supremo, dedico este trabalho. Deus, sem tua luz, minha jornada acadêmica teria sido como tentar encontrar um livro específico em uma biblioteca sem catálogo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha vida, e por me ajudar a ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo do curso.

A meus pais in *memorian* Mario da Silva Melo e Ercilia Furtado de Melo.

Aos professores, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no processo de formação profissional.

A minha orientadora, Dr^a Marta Suely Alves Cavalcante, pelas correções e incentivo nesse processo.

“A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não podem dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria”.

Paulo Freire

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	05
AGRADECIMENTOS	09
PREFÁCIO	13
APRESENTAÇÃO	15
CAPÍTULO 1	
PANORAMA EDUCACIONAL DAS ESCOLAS RIBEIRINHAS	29
CAPÍTULO 2	
POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS LOCAIS	53
CAPÍTULO 3	
O ENSINO MÉDIO MODULAR	101
CAPÍTULO 4	
FATORES SOCIOECONÔMICOS COMO CATALISADORES DA EVASÃO ESCOLAR	117

CAPÍTULO 5

MARCO METODOLÓGICO DE UMA PESQUISA	129
--	-----

CAPÍTULO 6

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	163
---	-----

CAPÍTULO 7

ANÁLISE SINTÉTICA E CONCLUSIVA DE UM TRABALHO DE PESQUISA	211
--	-----

REFERÊNCIAS	219
-------------------	-----

PREFÁCIO

A produção contida neste livro analisa a evasão escolar e as principais dificuldades de permanência dos estudantes na Escola Ribeirinha Filadélfia, localizada no Igarapé Grande. Foi estruturada e embasada na seguinte questão problema: Quais os motivos que levam à evasão escolar e quais as principais dificuldades de permanência dos estudantes na Escola Estadual Filadélfia, localizada no Igarapé Grande, no município de Macapá, Amapá? O trabalho é justificado diante da necessidade de compreender os fatores que influenciam diretamente a evasão escolar e as dificuldades de permanência dos estudantes, considerando as especificidades da localização geográfica da Escola Ribeirinha Filadélfia. Situada em uma região de difícil acesso, no Igarapé Grande, município de Macapá, Amapá, a escola enfrenta desafios como transporte limitado, falta de recursos e infraestrutura inadequada, que agravam as condições de ensino e aprendizagem.

O objetivo geral da pesquisa que levou à produção dos conteúdos desta obra é analisar os motivos que levam a evasão escolar e as principais dificuldades de permanência dos estudantes na Escola Ribeirinha Filadélfia do Igarapé Grande do Município de Macapá no Estado do Amapá, Brasil. Para responder a esse propósito, foram traçados os seguintes objetivos específicos: identificar os motivos que levam a evasão escolar dos estudantes na escola ribeirinha; descrever as principais dificuldades de permanência dos estudantes da escola ribeirinha; relatar as principais dificuldades que a equipe

gestora encontra para poder garantir o acesso à escola e combater a evasão escolar. Participaram da investigação: um gestor, um secretário, dez estudantes matriculados no Ensino Médio Modular e quatro professores que lecionam com esses estudantes. Para a realização deste trabalho adotou-se a pesquisa descritiva, transversal, com enfoque qualitativo. Para coleta de dados foram utilizados como técnicas, entrevistas direcionadas a cada categoria de participantes e análise documental. As respostas obtidas foram analisadas individualmente, dentro de cada objetivo específico correspondente as questões, com base no referencial teórico. A presente investigação traz como contribuições subsídios a problematizações que permitam a formulação de novas perguntas, abordagens teórico-metodológicas, e busca soluções que possam minimizar o abandono escolar, promovendo a inclusão educacional em áreas ribeirinhas. Ao identificar os fatores socioeconômicos, culturais e ambientais que impactam a evasão. Este estudo pretende colaborar com a formulação de políticas públicas mais eficazes, focadas na retenção e sucesso escolar de estudantes em comunidades isoladas, como é o caso da Escola Filadélfia. Ao término da pesquisa pode-se inferir que intervenções que considerem as particularidades regionais e sociais dessa comunidade são fundamentais para a reversão das atuais taxas de evasão e para garantir o direito à educação de qualidade para todos os estudantes.

APRESENTAÇÃO

A presente obra aborda a questão da “Evasão escolar: as principais dificuldades de permanência dos estudantes na Escola Ribeirinha Filadélfia do Igarapé Grande no Município de Macapá no Estado do Amapá, Brasil” e visa identificar os fatores que influenciam diretamente a evasão escolar nessa comunidade ribeirinha. O estudo busca compreender como as condições socioeconômicas, a infraestrutura escolar, o acesso limitado a recursos educacionais, e as metodologias de ensino afetam a frequência e a permanência dos alunos na escola. Além disso, a pesquisa tem como objetivo propor estratégias para minimizar os índices de evasão, levando em consideração a realidade local e as particularidades da comunidade ribeirinha. A partir de um levantamento de dados empíricos, a dissertação pretende fornecer um panorama das principais dificuldades enfrentadas por alunos, professores e a gestão escolar, e sugerir possíveis intervenções que possam promover um ambiente mais inclusivo e favorável ao aprendizado contínuo. A evasão escolar é um dos desafios mais críticos enfrentados pela educação brasileira, especialmente em regiões rurais e ribeirinhas, onde as condições socioeconômicas e geográficas impõem barreiras adicionais à permanência dos estudantes nas escolas. Na Escola Ribeirinha Filadélfia, situada no Igarapé Grande, no município de Macapá - Amapá, esses desafios se tornam ainda mais evidentes, afetando diretamente o acesso e a continuidade da trajetória escolar dos alunos.

Dessa forma, faz-se necessário compreender os fatores específicos que contribuem para a evasão escolar nessa comunidade, a fim de desenvolver estratégias eficazes para abrandar o problema. Tem-se o entendimento de que a evasão escolar em regiões ribeirinhas está associada a uma série de fatores como: a vulnerabilidade socioeconômica das famílias, a distância entre a residência dos alunos e a escola, as dificuldades de transporte escolar, e a precariedade da infraestrutura educacional. No contexto da Escola Ribeirinha Filadélfia, essas questões se manifestam de forma ainda mais acentuada, considerando que a localização geográfica da escola exige longas viagens de barco ou percursos a pé, muitas vezes em condições adversas. Além disso, as condições socioeconômicas das famílias, dependentes da pesca e da agricultura de subsistência, e a insuficiência de políticas públicas específicas para a educação em áreas ribeirinhas, agravam as dificuldades de permanência dos estudantes.

As justificativas da investigação diante das dificuldades que os estudantes e professores enfrentam diante do cenário educacional nas escolas ribeirinhas permitem encontrar soluções que possibilitam subsídios para a formulação de políticas públicas e práticas pedagógicas mais eficazes e contextualizadas. Esse conhecimento contribui para o desenvolvimento de estratégias que promovam maior permanência dos alunos na escola, abordando os obstáculos específicos da região.

Assim, estudo é relevante também para a comunidade escolar e gestores educacionais, pois possibilita que estratégias possam ser desenvolvidas de modo a aumentar a taxa de permanência e reduzir o índice de evasão, promovendo assim o direito à educação para todos.

A relevância acadêmica e social da pesquisa se encontra na possibilidade de gerar conhecimentos sobre a realidade educacional da região ribeirinha, permitindo uma análise mais aprofundada das condições e desafios enfrentados por essas comunidades.

A justificativa desse estudo, dar-se durante minha experiência como professor de uma escola, onde pude perceber que muitos estudantes das escolas ribeirinhas abandonavam as escolas em um curto espaço de tempo, fato que se tornou o motivador para a realização deste estudo. Ao vivenciar a realidade dos alunos e suas famílias diariamente, pude observar de perto as barreiras que eles enfrentavam barreiras para continuar seus estudos

Essa vivência me levou a refletir sobre as práticas pedagógicas e a gestão da escola, despertando um desejo de entender melhor as causas da evasão e buscar soluções que possam realmente fazer a diferença na vida desses estudantes. Essa experiência prática revelou uma realidade marcada por desafios que vão além da sala de aula, abrangendo aspectos econômicos, sociais e culturais que influenciam diretamente a permanência dos estudantes na escola. A percepção das dificuldades enfrentadas por esses jovens e suas famílias despertou em mim a necessidade de investigar mais a fundo os fatores que contribuem para a evasão escolar nas comunidades ribeirinhas.

Ao buscar compreender as causas desse fenômeno, o estudo visa não apenas documentar as barreiras, mas também explorar estratégias que possam ajudar na elaboração de políticas e práticas pedagógicas mais adequadas a esse contexto.

Tem como problemática na pesquisa a realidade social e econômica dos estudantes ribeirinhos os expõe a situações que impactam diretamente seu desempenho acadêmico e a continuidade nos estudos, perpetuando um ciclo de exclusão e limitação de oportunidades de crescimento pessoal e profissional. Compreender essa problemática é fundamental para desenvolver soluções que incentivem a permanência dos estudantes na escola e minimizem os índices de evasão escolar, garantindo-lhes o direito à educação e favorecendo o desenvolvimento integral das comunidades ribeirinhas.

Essa condição de vulnerabilidade coloca os estudantes em

uma posição onde, frequentemente, o abandono escolar parece inevitável, devido às pressões de contribuir para o sustento familiar e à falta de acesso a uma educação adaptada às suas necessidades. A ausência de políticas públicas eficazes e de uma estrutura educacional adequada reforça as desigualdades, impedindo que esses jovens se beneficiem plenamente do sistema educacional e, conseqüentemente, limitando suas perspectivas de futuro.

Diante disso, torna-se urgente a criação de estratégias que não só mantenham esses estudantes na escola, mas também ofereçam suporte e incentivos que considerem a realidade de cada comunidade ribeirinha. A educação, nesse contexto, deve ser pensada como um meio de transformação social, capaz de quebrar o ciclo de exclusão e criar novas possibilidades para esses jovens. Iniciativas que busquem adaptar o currículo escolar, flexibilizar os horários e promover atividades de apoio social e emocional podem ser fundamentais para que o sistema educacional realmente acolha e engaje esses alunos.

Esse esforço visa também fortalecer as próprias comunidades, que, ao contar com jovens mais qualificados, têm maiores chances de melhorar suas condições de vida e promover um desenvolvimento sustentável. O estudo, ao se aprofundar nessas questões, busca não apenas identificar as causas da evasão, mas também contribuir para o desenvolvimento de soluções práticas e inclusivas que valorizem a educação como um direito essencial e transformador.

Diante disso, surgem as seguintes várias questionamentos:

Quais as principais dificuldades que os estudantes ribeirinhos têm em frequentar a Escola Estadual Filadélfia do Igarapé Grande no Distrito do Arquipélago do Bailique? Como a equipe gestora da escola vem trabalhando para combater a evasão escolar? Quais as principais dificuldades que essa equipe enfrenta para garantir o acesso e a permanência dos estudantes? Nesse contexto, surge o problema central desse estudo: Quais os motivos que levam à evasão escolar e quais as principais dificuldades de permanência dos estudantes na Escola Estadual Filadélfia, localizada no Igarapé Grande, no município de Macapá, Amapá?

Para abordar essa problemática e, ao final, formular propostas ou recomendações sobre o fenômeno em questão, foram definidos os objetivos desta pesquisa. Esses objetivos atuam como diretrizes que orientam e delimitam o percurso do estudo, estabelecendo um caminho claro para sua realização.

Os objetivos gerais e específicos desta pesquisa buscam encontrar respostas para a questão investigada, podendo assim contribuir para o campo de estudo ao aprofundar o entendimento dos desafios que os estudantes em comunidades ribeirinhas enfrentam. Com essa análise, pretende-se esclarecer os fatores que aumentam a evasão escolar e dificultam a continuidade dos estudos, além de oferecer suporte para o desenvolvimento de políticas públicas e práticas educacionais mais apropriadas. Esse aprofundamento visa promover iniciativas que fortaleçam o vínculo dos estudantes com a escola e incentivem seu crescimento acadêmico e social, respeitando as particularidades dessas comunidades. O presente estudo

possui como objetivo geral: Analisar os motivos que levam a evasão escolar e as principais dificuldades de permanência dos estudantes na Escola Ribeirinha Filadélfia do Igarapé Grande do Município de Macapá no Estado do Amapá, Brasil. E possui como objetivos específicos: Identificar os motivos que levam a evasão escolar dos estudantes na escola ribeirinha; descrever as principais dificuldades de permanência dos estudantes da escola ribeirinha; relatar as principais dificuldades que a equipe gestora encontra para poder garantir o acesso à escola e combater a evasão escolar.

Para o desenvolvimento da pesquisa, é fundamental dar atenção especial ao desenho metodológico, pois ele funcionará como uma estratégia que orienta os passos a serem seguidos ao longo do estudo. Esse esquema é construído a partir dos objetivos da investigação, buscando transformar as ideias iniciais da pesquisa em etapas operacionais (Perovano, 2016). Ao estruturar o desenho da pesquisa, cria-se um plano de ação que direciona o pesquisador em cada fase do trabalho, assegurando que todas as variáveis sejam abordadas de acordo com os objetivos estabelecidos.

O desenho da pesquisa possibilitará que o pesquisador atinja os objetivos propostos e assegure a eficácia das informações obtidas ao longo do processo. A pesquisa é essencialmente uma busca por dados e informações, envolvendo a investigação, o questionamento e a

organização do conhecimento (Knechtel, 2014). Nesse contexto, o pesquisador desempenha um papel ativo na busca por essas informações, contribuindo para a geração de novos saberes. Essa abordagem não apenas fomenta o desenvolvimento de uma consciência crítica, mas também abre caminhos para futuras investigações e estudos na área.

A pesquisa descritiva tem como objetivo observar, analisar e compreender a realidade do contexto educacional, contribuindo de forma positiva para a resolução dos problemas relacionados à temática em questão (Prodanov e Freitas, 2013). Nessa abordagem, o pesquisador registra e descreve os fatos observados sem interferir no que está sendo estudado, visando identificar as características de uma população ou fenômeno e estabelecer relações entre variáveis. Assim, o foco da pesquisa descritiva é a observação e a descrição dos eventos e situações que ocorrem durante o trabalho de campo.

Além disso, a pesquisa descritiva busca especificar as propriedades, características e perfis de pessoas, populações e fenômenos sociais ou físicos. Portanto, ela se torna essencial para o avanço da investigação, pois, por meio de técnicas de coleta de dados, o pesquisador pode revelar as diversas situações em que os fatos ou fenômenos

se manifestam (Perovano (2016). As informações são organizadas de maneira a refletir a realidade, evitando possíveis interferências ou preconceitos, com o objetivo de descobrir a verdade e identificar falhas que possam impactar o processo de ensino-aprendizagem.

Considerando os objetivos da pesquisa, optou-se por uma tipologia descritiva com modelo transversal e enfoque qualitativo, que se caracteriza por uma metodologia de investigação voltada para a descrição, a teoria fundamentada e a análise das percepções pessoais (Minayo, 2011). Esse tipo de pesquisa permite explorar dimensões da realidade que não podem ser quantificadas. Para a temática em questão, a escolha desse enfoque possibilita uma imersão na subjetividade dos indivíduos, bem como a investigação do objeto de estudo em seu contexto natural, características essenciais de uma abordagem qualitativa.

A investigação qualitativa envolve um conjunto de materiais que podem ser interpretados, tornando visíveis aspectos do mundo. Essas práticas têm o poder de transformar a realidade ao representá-la de diversas formas, incluindo notas de campo, entrevistas, diálogos, fotografias, gravações e anotações pessoais. Nesse contexto, a pesquisa qualitativa adota uma abordagem interpretativa e natural, focando no estudo dos fenômenos

em seu ambiente original (Denzin e Lincoln, 2011). O objetivo central dessa abordagem é compreender e interpretar as situações, levando em consideração os significados que as pessoas atribuem a elas. Essa perspectiva permite um aprofundamento nas dinâmicas sociais e culturais, revelando as complexidades da experiência humana.

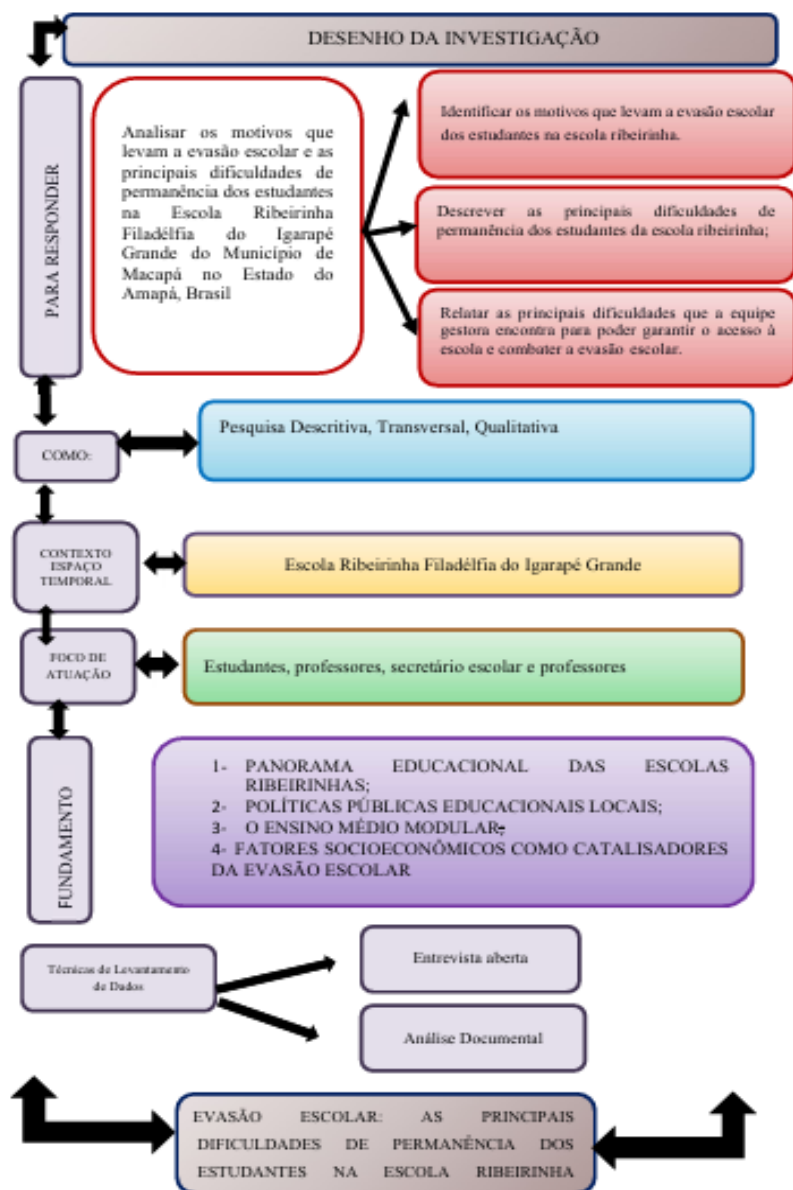
Um dos aspectos distintivos da pesquisa qualitativa é a qualidade dos dados coletados, que se diferencia pela maneira como esses dados são obtidos e analisados. Essa abordagem busca compreender os fenômenos humanos, proporcionando uma visão mais aprofundada das suas particularidades naturais, o que permite uma interpretação mais rica e a atribuição de significados. Assim, a pesquisa qualitativa abandona métodos quantitativos, focando nas interações humanas que ocorrem no cotidiano dos indivíduos. Dessa forma, o objetivo central dessa abordagem é interpretar os fatos e fenômenos estudados, promovendo uma maior imersão no contexto natural do indivíduo, a fim de desvendar a complexidade dessa realidade.

Para essa pesquisa foram utilizados como técnica a entrevista aberta para todos os participantes do estudo: diretora escolar, professores, secretário escolar e estudantes complementado pela análise documental.

Diante dessas considerações, pode-se concluir que os métodos científicos não são exclusivos da ciência, embora a aplicação desses métodos seja essencial para a prática científica. Nesse sentido, o método utilizado na pesquisa qualitativa se adapta de maneira mais adequada ao processo de análise nas ciências sociais.

O esquema geral do processo de investigação está ilustrado na figura a seguir.

Figura n.01: Desenho Geral do Processo de Investigação



Expostos os referidos preâmbulos da pesquisa, o trabalho foi estruturado em seis partes, dimensionados e interligados em um único conjunto, de modo a auxiliar a concretização do estudo. Tem-se assim, a seguinte organização:

A primeira parte é dedicada ao Marco Textual, que é composta por capítulos e subcapítulos que abordam os antecedentes da pesquisa, como o panorama educacional das escolas ribeirinhas o perfil dessa escola, as causas socioeconômicas da evasão escolar. Também se debate a respeito do impacto geográfico na permanência dos alunos no ambiente escolar e as dificuldades educacionais específicas no aprendizado, levando-se em consideração o envolvimento familiar e comunitário no processo educacional e a parcerias entre escola e comunidade. Debate-se ainda sobre as políticas públicas locais e os desafios da infraestrutura escolar das escolas ribeirinhas, os programas de apoio psicossocial. Viaja-se na leitura, na busca de conhecer o perfil demográfico dos estudantes ribeirinhos, bem como as iniciativas pedagógicas inovadoras. Também se enveredou na busca de resposta sobre o monitoramento e avaliação do desempenho escolar e os desafios na formação docente para atuação em comunidades ribeirinhas e os aspectos culturais e contexto local na formação de professores. Buscamos compreender o diálogo sobre a educação ambiental e sustentabilidade na formação do professor ribeirinho, e a capacitação em tecnologias adaptadas à realidade ribeirinha. Dissertamos sobre parcerias e colaborações com as comunidades no processo formativo e a avaliação contínua e aperfeiçoamento profissional. Em seguida,

dialogou-se sobre o Ensino Médio Modular, sua estrutura e funcionamento e a flexibilidade curricular e autonomia do aluno. Descrevemos os desafios e oportunidades para professores no Ensino Médio Modular apontando a importância da avaliação e monitoramento do desempenho em um ambiente modular. Apresentamos os fatores socioeconômicos catalisadores da evasão escolar e as dificuldades educacionais e desinteresse dos alunos e a relevância das intervenções educacionais para combater o abandono escolar, considerando o monitoramento e identificação precoce de sinais de evasão.

A segunda parte é dedicada ao Marco Metodológico, onde são apresentados o problema da pesquisa, os objetivos de investigação, o contexto e a unidade de análise, além dos participantes do estudo. Também descrevemos o enfoque e o método adotados, detalhando os instrumentos e as técnicas utilizadas, assim como os processos de elaboração e validação. Os procedimentos para a coleta de dados e as técnicas de análise e interpretação também são explicitados nesta seção.

A terceira parte é dedicada à Análise e Interpretação dos Resultados, onde são apresentadas as impressões obtidas a partir dos dados coletados, utilizando os instrumentos previamente indicados para a pesquisa.

Por fim, nas Conclusões e Propostas, são discutidos os resultados alcançados ao longo da investigação, baseando-se na análise e interpretação dos dados e no referencial teórico. Também são apresentadas recomendações sobre a importância da continuidade dos estudos nessa área de pesquisa.

CAPÍTULO 1

Panorama educacional das escolas ribeirinhas

O cenário educacional das escolas ribeirinhas reflete uma realidade complexa e desafiadora, moldada por uma combinação de fatores geográficos, sociais, econômicos e culturais. Localizadas em áreas próximas a rios, lagos e outras massas de água, essas escolas enfrentam uma série de desafios únicos que impactam diretamente a qualidade e o acesso à educação. Devido a essa localização, muitas vezes estão em regiões remotas e de difícil acesso, tornando o transporte e a logística um desafio constante.

Para Santos et al., (2021, p.59):

Na rotina escolar, o acesso, tanto via fluvial, quanto terrestre é indispensável para o deslocamento dos discentes até a escola, haja vista que a grande maioria dos alunos é altamente dependente desse tipo de transporte, pois suas residências estão localizadas em áreas distantes e de difícil acesso. Outra parte mora na estrada e ramal (separação de uma estrada principal).

Devido à sua localização remota, as escolas ribeirinhas muitas vezes enfrentam isolamento cultural e social, o que resulta em falta de acesso a recursos educacionais, bem como em desafios adicionais na integração de programas educacionais às necessidades específicas das comunidades ribeirinhas.

A falta de acesso a recursos educacionais, como livros didáticos atualizados, tecnologia e materiais de ensino, é uma preocupação comum em muitas escolas ribeirinhas, limitando o alcance e a qualidade do ensino oferecido nessas comunidades.

Os desafios enfrentados pelas escolas ribeirinhas, examina as iniciativas em andamento para melhorar o cenário educacional e destaca as perspectivas futuras para promover uma educação de qualidade nessas comunidades marginalizadas.

Apesar dos progressos, desafios persistem, como a falta de recursos financeiros, a escassez de professores qualificados e a vulnerabilidade às mudanças ambientais. Abordar esses desafios requer um compromisso contínuo e colaborativo de todas as partes interessadas envolvidas na educação ribeirinha.

Para Giaretton e Szymanski (2013, p. 5).

Conceber a escola como um espaço situado em uma sociedade conflituosa e marcado por constantes contradições entre as relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas, pressupõe a necessidade de se considerar os movimentos permeiam a prática pedagógica.

Essa perspectiva reconhece que a escola não existe isoladamente, mas sim como parte de um sistema social mais amplo, no qual as relações de poder, economia e ideologia desempenham papéis significativos.

Historicamente, as escolas ribeirinhas sofrem com falta de infraestrutura básica, como eletricidade confiável, água potável e instalações adequadas. Essa carência muitas vezes afeta a qualidade do ensino e o bem-estar dos alunos e professores.

Assim, é essencial entender que as relações sociais de produção, como definidas por teorias marxistas, moldam profundamente as estruturas e dinâmicas da sociedade. Essas relações incluem a forma como os meios de produção são controlados e como o trabalho é organizado e valorizado. Dentro desse contexto, a escola não é apenas uma instituição de transmissão de conhecimento neutra, mas sim um espaço onde as ideias, valores e interesses da classe dominante muitas vezes são reproduzidos e legitimados.

Portanto, conceber a escola dentro de um contexto de contradições sociais e desenvolvimento histórico não apenas permite uma compreensão mais profunda das complexidades da educação, mas também destaca a necessidade de uma análise crítica e engajada das práticas educacionais, visando uma sociedade mais justa e igualitária.

Nos últimos anos, houve um aumento nos investimentos em infraestrutura para escolas ribeirinhas, visando melhorar as condições de ensino e aprendizagem. Entre essas melhorias encontra-se a construção e reforma de instalações escolares, bem como melhorias no acesso a serviços básicos como eletricidade e água potável.

Com o avanço da tecnologia, muitas escolas ribeirinhas estão começando a ter acesso a recursos educacionais digitais, como computadores e acesso à internet ampliando o acesso a

informações e oportunidades educacionais para alunos e professores nessas comunidades.

Podemos refletir que uma política educacional voltada às tecnologias na educação em congruência com a realidade das escolas ribeirinha, isto é, “adaptadas” às questões regionais e “aos projetos de cada um”, tem potencial de criar um leque de oportunidades, na contramão do ciclo de insucessos que muitos discentes desta região vivem (Santos et al., 2021, p.69).

Dessa forma, uma política educacional que integre tecnologias na educação e esteja alinhada com as necessidades e realidades específicas das escolas ribeirinhas tem o potencial de criar um leque de oportunidades significativas para os alunos dessa região, contribuindo para quebrar o ciclo de insucesso educacional que muitos enfrentam.

De acordo com Costa (2020, p. 54) “a escola deve incentivar o protagonismo juvenil que permita a construção da identidade do sujeito e de uma vivência social que lhe assegure a compreensão dos condicionantes políticos econômicos e sociais na construção das suas relações de produção”.

Outras iniciativas de desenvolvimento comunitário estão sendo implementadas em muitas áreas ribeirinhas, com o objetivo de melhorar as condições de vida e, conseqüentemente, o ambiente educacional, incluindo programas de saúde, saneamento básico e desenvolvimento econômico.

Com um maior reconhecimento das necessidades específicas das comunidades ribeirinhas, há uma ênfase crescente na promoção da educação inclusiva nessas áreas para atender às necessidades diversificadas dos alunos e garantir que ninguém seja deixado para trás.

Perfil da Escola Ribeirinha Filadélfia

Uma boa escola desempenha um papel fundamental na qualidade da educação oferecida aos alunos. Ela não apenas transmite conhecimentos acadêmicos, mas também promove habilidades socioemocionais, pensamento crítico, resolução de problemas e criatividade, tendo como foco uma educação de qualidade ofertando um serviço que prepare os alunos para os desafios do mundo contemporâneo afim de capacitá-los a contribuir de forma significativa para a sociedade. Investir em educação é investir no futuro de uma sociedade.

Uma escola que trabalha com essa expectativa pode ajudar a melhorar o capital humano da região, capacitando os alunos com habilidades necessárias para ingressar no mercado de trabalho e contribuir para o desenvolvimento econômico local, colaborando para a redução das desigualdades sociais na comunidade na qual ela se insere.

A Escola Estadual Filadelfia do Igarapé Grande é uma escola pública localizada no estado do Macapá, AP. Nessa instituição de ensino de educação básica há o funcionamento das etapas de formação de Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Essa escola abarca tanto os alunos que habitam as margens dos rios, como os que habitam as áreas de terra firme com padrões e tradições distintos devido às diversas formas de ocupação e atividades econômicas, localizados em áreas de acessibilidade variável, onde, agrupados em comunidades ou de forma isolada ao longo dos cursos d'água ou das vias terrestres, frequentemente é essencial o emprego de transporte escolar (veículo terrestre ou aquático) para o deslocamento dos estudantes até a instituição de ensino.

Por ser uma escola localizada em área rural, a mesma está estruturada educacionalmente com base nos princípios que orientam a eficácia da Educação do Campo - EC. Conforme os regulamentos estabelecidos as escolas de campo, deve satisfazer suas necessidades e objetivos por meio da organização pedagógica específica desse ambiente, “[...] com abordagens educacionais que consideram sua variedade em todos os âmbitos, como aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, idade e origem étnica” (Brasil, 2010, Art. 36).

Apesar da singularidade que permeia essa Instituição, a evasão escolar tem sido um problema recorrente que tem afetado também muitas escolas públicas e a Filadélfia do Igarapé Grande não está imune a isso.

A evasão pode ser causada por uma variedade de fatores, como problemas familiares, falta de motivação, dificuldades de aprendizado, violência nas proximidades da escola, entre outros.

Ao entorno dessa Instituição, residem os povos que habitam as margens dos rios e os que habitam as áreas de terra firme com hábitos e costumes diferenciados em função das variadas formas de ocupação e atividades econômicas, situados em espaços de fácil e difícil acesso, onde, organizados em vilas ou individualmente ao longo dos rios ou das estradas, em geral se faz necessário à utilização de transporte escolar (automóvel ou embarcação) para deslocamento dos alunos até a escola.

No que diz respeito as moradias dos alunos, em sua maioria habitam em áreas onde enfrentam desafios naturais (ribeirinhos), geográficos e de infraestrutura na própria escola como instalações físicas, suporte de material pedagógico, problemas esses que afetam o desenvolvimento do ensino e aprendizagem.

Em relação as práticas pedagógicas, os professores têm se esforçados para cumprir o conteúdo, que vão desde a abordagem tradicional, inovadoras e a indefinida, presentes nos documentos oficiais brasileiros (LDB, PCNs e BNCC).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) enfatiza que o professor é um agente fundamental no processo educacional, atribuindo-lhe responsabilidades essenciais para o desenvolvimento dos alunos. Ele é reconhecido como um mediador do conhecimento, responsável por transmitir conteúdos curriculares, a. Além disso, a LDB destaca o papel do professor na promoção de valores éticos, sociais e culturais, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e participativos.

Os PCNs destacam a importância de o professor estar continuamente atualizado, participando de formações e buscando novas abordagens e recursos didáticos para enriquecer sua prática. Também ressaltam a necessidade de o professor adaptar o currículo às características e necessidades específicas de seus alunos, promovendo uma educação voltada para o desenvolvimento integral de cada aprendiz.

A Base Nacional Comum Curricular reconhece que o professor desempenha um papel fundamental na implementação eficaz das diretrizes educacionais propostas. Além de transmitir conhecimentos, o professor deve estimular o desenvolvimento integral dos alunos, promovendo habilidades socioemocionais, pensamento crítico, criatividade e autonomia. Ele também é encorajado a adaptar as estratégias de ensino às necessidades e contextos específicos de seus alunos, sendo um facilitador do aprendizado, incentivando a participação ativa dos estudantes e proporcionando experiências educacionais significativas que os preparem para os desafios do século XXI (Brasil, 2018).

Para Oliveira e Santos (2007, p.2):

Viver a cultura amazônica é confrontar-se com a diversidade, com diferentes condições de vida locais, de saberes, de valores, de práticas sociais e educativas, bem como de uma variedade de sujeitos: camponeses (ribeirinhos, pescadores, índios, remanescentes de quilombos, assentados, atingidos por barragens, entre outros) e cidadãos (populações urbanas e periféricas das cidades da

Amazônia) de diferentes matrizes étnicas e religiosas, com diversos valores e modos de vida, em interação com a biodiversidade, os ecossistemas aquáticos e terrestres da Amazônia.

Diante dessa citação, cabe aqui ressaltar que a região amazônica abriga uma riqueza de saberes tradicionais, práticas culturais e valores que são transmitidos de geração em geração. Esses sistemas de conhecimento estão intrinsecamente ligados à relação das comunidades com a natureza e aos seus modos de vida. Ainda podemos afirmar que na riqueza das águas ribeirinhas, encontramos o reflexo da diversidade cultural e do potencial educativo. O professor, nesse cenário, não apenas transmite conhecimento, mas navega entre saberes locais e universais, construindo pontes entre a tradição e a inovação. Sua prática pedagógica é como um barco que se adapta às correntezas da comunidade, levando consigo o compromisso de cultivar a consciência ambiental, respeitar as particularidades culturais e empoderar cada criança ribeirinha a ser protagonista de sua própria jornada educativa. Nesse sentido, a ação pedagógica “é tudo isso: afetividade, alegria, capacidade científica, domínio técnico a serviço da mudança” (Freire, 1996, p. 143), cabendo aos professores a responsabilidade de reduzir a separação entre a sala de aula e a cultura, entre o conceito e a realidade experimentada pelos alunos ribeirinhos da Amazônia.

Causas socioeconômicas da evasão escolar

A evasão escolar é um problema complexo que afeta muitas comunidades em todo o mundo. Suas causas são diversas, sendo influenciadas por uma série de fatores socioeconômicos que podem variar de acordo com o contexto local. Uma das principais causas socioeconômicas da evasão escolar é a pobreza. Famílias de baixa renda muitas vezes enfrentam dificuldades financeiras que as impedem de sustentar seus filhos na escola, levando-os a abandonar os estudos para ajudar no sustento familiar ou procurar emprego para contribuir com a renda doméstica.

Neri (2009), afirma que diversos estudos conduzidos sobre a desistência escolar identificam motivos pelos quais adolescentes ou jovens decidem deixar a escola. Segundo o autor, essas pesquisas têm demonstrado que a evasão e/ou abandono escolar estão associados à situação financeira e ao trabalho precoce de crianças e jovens, o que tem impactado negativamente a sua obtenção de níveis educacionais mais elevados, resultando em prejuízos em relação à sua trajetória profissional. Além disso, a falta de acesso a recursos educacionais adequados é outra causa socioeconômica da evasão escolar. Em áreas carentes, as escolas em sua maioria não dispõem de infraestrutura adequada, materiais didáticos atualizados ou professores qualificados, o que torna o ambiente de aprendizagem menos atrativo para os alunos, levando-os à desmotivação e ao abandono dos estudos por parte dos alunos

que não veem perspectivas de um futuro melhor através da educação.

No entendimento de Digiácomo (2011, p.1):

A evasão escolar é um problema crônico em todo o Brasil, sendo muitas vezes passivamente assimilada e tolerada por escolas e sistemas de ensino, que chegam ao exercício de expedientes maquiadores ao admitirem a matrícula de um número mais elevado de alunos por turma do que o adequado, já contando com a 'desistência' de muitos ao longo do período letivo. Que pese a propaganda oficial sempre alardear um número expressivo de matrículas a cada início de ano letivo, em alguns casos chegando próximo aos 100% (cem por cento) do total de crianças e adolescentes em idade escolar, de antemão já se sabe que destes, uma significativa parcela não irá concluir seus estudos naquele período, em prejuízo direto à sua formação e, é claro, à sua vida, na medida em defasagem idade-série.

Outro fator socioeconômico que contribui para a evasão escolar é o trabalho infantil. Em muitas comunidades, especialmente em áreas rurais e em países em desenvolvimento, as crianças são frequentemente obrigadas a trabalhar desde cedo para ajudar no sustento da família. Além disso, a falta de políticas governamentais eficazes para combater a evasão escolar e promover a educação inclusiva também é uma causa socioeconômica importante. Em muitos casos, os sistemas educacionais não são capazes de oferecer

suporte adequado aos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, deixando-os à margem e sem oportunidades de acesso à educação de qualidade.

Impacto geográfico na permanência dos alunos no ambiente escolar

A educação é fundamental para o desenvolvimento de qualquer sociedade, mas em regiões de difícil acesso, como as áreas ribeirinhas, o acesso à educação pode ser um desafio. O impacto geográfico na permanência dos alunos das escolas ribeirinhas envolve uma série de desafios únicos que afetam diretamente a frequência e a participação dos estudantes nas atividades escolares. A localização remota dessas escolas muitas vezes impõe barreiras físicas que afetam a frequência e a participação dos alunos nas aulas. Em muitos casos, as condições geográficas adversas, como rios cheios durante a estação chuvosa ou estradas precárias, dificultam o acesso regular à escola, levando a altas taxas de absenteísmo.

Para Alencar e Costa (2021, p.1) “nas escolas ribeirinhas, a comunidade escolar enfrenta, ainda, anualmente, as alterações naturais dos rios, havendo necessidades específicas que precisam ser consideradas nas estratégias de planejamento e gestão educacional”. Além disso, a falta de recursos básicos, como eletricidade confiável, água potável e instalações sanitárias adequadas, torna o ambiente escolar menos propício ao aprendizado.

No entanto, apesar desses desafios algumas iniciativas precisam ser implementadas para mitigar o impacto geográfico

na permanência dos alunos das escolas ribeirinhas, como programas de transporte escolar adaptados às condições locais, como barcos ou canoas, implementação de tecnologias educacionais, como aulas online ou materiais didáticos digitais, para compensar a falta de recursos físicos nessas escolas, permitindo que os alunos continuem aprendendo, mesmo em ambientes remotos.

De acordo com Lima e Coutinho (2024, p.1):

Os desafios enfrentados pelas comunidades ribeirinhas são diversos, entre eles podemos destacar: acesso limitado a serviços básicos, devido à sua localização remota, muitas vezes essas comunidades têm dificuldade em acessar serviços como saúde, educação e saneamento básico. A falta de estradas e a distância dos centros urbanos dificultam o acesso a esses serviços essenciais.

A falta de acesso a serviços básicos traz sérias consequências para as comunidades ribeirinhas e em especial, à vida dos alunos, incluindo uma maior vulnerabilidade à doenças, comprometendo a sua vida acadêmica.

A ausência dos serviços básicos, como saúde, saneamento, água potável, e eletricidade, é um problema crônico nas comunidades ribeirinhas. Essas regiões, frequentemente isoladas geograficamente e com infraestrutura limitada, enfrentam barreiras significativas para garantir que esses serviços cheguem a todos os seus moradores. serviços impactos direta falta desses serviços impacta diretamente a qualidade de

vida dos habitantes das comunidades ribeirinhas. Sem acesso a cuidados médicos adequados, por exemplo, as doenças que poderiam ser prevenidas ou tratadas precocemente acabam se tornando graves.

A falta de saneamento básico e de água potável contribui para a proliferação de doenças infecciosas, como diarreia, hepatite e doenças parasitárias. Os alunos em grande parte dessas comunidades são particularmente vulneráveis às consequências da falta de serviços básicos. As condições inadequadas de saúde e saneamento afetam diretamente a sua capacidade de frequentar a escola regularmente. Além disso, a falta de energia elétrica pode dificultar os estudos em casa, uma vez que muitas atividades acadêmicas dependem de iluminação e acesso a recursos eletrônicos.

A maior exposição a doenças nas comunidades ribeirinhas compromete a saúde dos alunos, resultando em ausências frequentes e queda no desempenho escolar. Crianças doentes perdem aulas, o que prejudica seu aprendizado e desenvolvimento acadêmico. Além disso, a desnutrição, decorrente da falta de acesso a alimentos nutritivos e água potável, pode impactar negativamente a capacidade cognitiva e a concentração dos alunos (Dias e Pinto, 2019).

Com a saúde comprometida e dificuldades adicionais para acessar recursos educacionais, a vida acadêmica dos alunos ribeirinhos sofre significativamente. A taxa de evasão escolar tende a ser mais alta nessas comunidades, e as oportunidades de progresso acadêmico e profissional são limitadas. A educação é um fator fundamental para romper o ciclo de

pobreza, e sem um acesso adequado a ela, as comunidades ribeirinhas enfrentam desafios contínuos para melhorar suas condições de vida.

Dificuldades educacionais específicas no aprendizado

Em ambientes remotos e geograficamente isolados, como as áreas ribeirinhas, os desafios educacionais são amplificados por uma série de fatores únicos que afetam diretamente a qualidade e o acesso à educação, como a escassez de professores qualificados. Devido à localização remota e muitas vezes desprivilegiada dessas escolas, atrair e reter professores capacitados tem sido uma tarefa difícil, resultando na falta de professores em determinadas disciplinas, sobrecarregando os que estão disponíveis e prejudicando a qualidade do ensino oferecido. Dessa forma:

[...] diante das suas especificidades necessidade de um currículo que compreenda identidade da sua localidade, o que leva a situar os(as) estudantes numa educação escolar que considere suas realidades e que deem significados aos seus conhecimentos. Tais ações podem ser feitas no sentido de promover uma educação autônoma, crítica e transformadora (Lima e Coutinho, 2024, p.1).

A falta de conexão entre o conteúdo curricular e as realidades vivenciadas pelos estudantes pode criar dificuldades dos alunos em compreender o conteúdo escolar, gerando uma lacuna no processo educacional.

A integração dos saberes locais e específicos dentro do currículo escolar não apenas valida as experiências dos alunos, mas também promove uma educação mais autônoma, crítica e transformadora. Ao reconhecer e incorporar os conhecimentos tradicionais, culturais e ambientais da comunidade ribeirinha, os alunos são capacitados a entenderem-se como agentes ativos no processo de aprendizagem e na transformação de suas realidades.

Uma abordagem curricular que valorize os saberes específicos da comunidade ribeirinha pode promover uma compreensão mais crítica e reflexiva da história, da cultura e dos desafios enfrentados por essas comunidades, inspirando os alunos a se envolverem ativamente na resolução de problemas locais e a se tornarem agentes de mudança em suas próprias comunidades.

Para Oliveira, Oliveira e Santos (2023, p.3):

Apesar de ser objeto frequente de estudos, as dificuldades específicas de aprendizagem (DEA) são complexas e ainda causam dúvidas entre professores e outros profissionais que lidam com o assunto, dada a sua diversidade, especificidades de diagnóstico e atendimentos especializados, por se tratar de necessidades educativas especiais. Também são escassos os dispositivos legais que tratam do assunto.

Acrescentam ainda os autores que as dificuldades específicas de aprendizagem são vistas como uma questão que causa significativas dificuldades de adaptação à dinâmica do

processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, ao desenvolvimento e sucesso acadêmico dos alunos, aspectos que, geralmente, se prolongam ao longo da vida escolar e podem acarretar prejuízos para a vida pessoal e profissional dos indivíduos.

A diversidade de manifestações das dificuldades específicas de aprendizagem que incluem condições como a dislexia, discalculia e disortografia, entre outras, torna o diagnóstico um processo delicado e muitas vezes demorado. Esse diagnóstico não é baseado apenas em observações escolares, mas requer uma avaliação multidisciplinar que envolve psicólogos, neuropsicólogos e outros especialistas. Essa complexidade diagnóstica pode levar a interpretações equivocadas e, conseqüentemente, a estratégias inadequadas de intervenção pedagógicas.

A especificidade das dificuldades específicas de aprendizagem exige abordagens pedagógicas individualizadas e atendimentos especializados, o que coloca uma grande demanda sobre o sistema educacional e seus profissionais. Professores frequentemente não possuem a formação adequada ou recursos suficientes para lidar efetivamente com esses casos. A formação inicial e continuada dos professores frequentemente carece de conteúdos que abordem essas dificuldades de forma aprofundada, o que impede o desenvolvimento de práticas inclusivas e eficazes.

Envolvimento familiar e comunitário no processo educacional

Ao longo das últimas décadas, estudos têm demonstrado que crianças cujas famílias e comunidades são ativamente envolvidas em sua educação tendem a apresentar melhores resultados acadêmicos, maior motivação para o aprendizado e comportamentos sociais mais positivos. Além disso, a colaboração entre escolas, famílias e comunidades contribui para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo, que reconhece e valoriza a diversidade de experiências e contextos dos alunos.

Silva (2019, p.3) afirma que:

[...] quando a educação dada no lar, pela família, acontece de forma satisfatória, fazendo o necessário para haver uma integração em parceria com a escola – a partir dessa parceria, a criança se torna um adulto capaz de contribuir positivamente para a construção de uma sociedade mais justa, ampla, mais valorizada.

As famílias que participam ativamente da educação de seus filhos contribuem para a criação de uma base sólida de valores e comportamentos positivos. Enfatiza Brito (2021, p.69) “que a participação da família na vida de um indivíduo emerge como um meio de integrar e auxiliar nas preparações e nas tomadas de decisões”.

O apoio emocional e o incentivo ao aprendizado são fatores determinantes para o sucesso escolar. A esse respeito Costa e Souza (2019, p.9) enfatizam que:

[...] a família é responsável por ofertar a educação em seu sentido mais amplo, muitas vezes informalmente, no qual está ligada à um processo que dura a vida inteira, em que as pessoas adquirem e acumulam conhecimentos, habilidades, atitudes e modos e discernimentos por meios de experiências diárias e da sua relação com o meio.

Aqui entende-se como envolvimento familiar e comunitário se refere à participação ativa e colaborativa de pais, familiares e membros da comunidade no processo educacional e no cotidiano das crianças e adolescentes. Esse envolvimento abrange uma ampla gama de atividades, desde o apoio às tarefas escolares em casa até a participação em eventos e projetos comunitários.

As crianças que sentem que seus pais estão interessados e envolvidos em sua educação tendem a desenvolver uma atitude proativa em relação à escola e ao aprendizado.

Apesar da relevância família e da comunidade no processo educacional, muitas vezes essa participação enfrenta diversos desafios, como a falta de conexão e colaboração entre as escolas e a comunidade local. Essa desconexão pode resultar em oportunidades perdidas para parcerias que poderiam beneficiar o ambiente educacional.

A ausência de políticas públicas eficazes também é um fato, que prejudica o envolvimento familiar e comunitário. Sem diretrizes e apoio institucional, as iniciativas de envolvimento podem ser fragmentadas e ineficazes. Todavia, superar esses

obstáculos é essencial para garantir que todas os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade e às oportunidades necessárias para seu desenvolvimento pleno.

Nos estudos de paro (1997), a escola deve aproveitar todas as oportunidades de contato com os pais para transmitir informações importantes sobre seus objetivos, recursos, desafios e também sobre questões pedagógicas. Dessa forma, a família se sentirá engajada na melhoria da qualidade escolar e no desenvolvimento de seu filho como ser humano.

Parcerias entre escola e comunidade

A relação entre escola e comunidade é essencial para o desenvolvimento integral dos alunos e para o fortalecimento da coesão social. A escola, como um centro de aprendizado e crescimento, não pode operar de maneira isolada. Ela precisa estar intimamente conectada com a comunidade ao seu redor para oferecer uma educação que vá além do currículo tradicional. Essa colaboração permite a troca de recursos, conhecimentos e apoio, criando um ambiente educacional mais rico e inclusivo. Quando escolas e comunidades trabalham juntas, conseguem promover o sucesso acadêmico, o desenvolvimento social e o bem-estar emocional dos alunos, preparando-os melhor para os desafios do futuro. Todavia, alerta Carvalho (2006, p. 20) que:

Não existe uma única forma correta de envolver os pais. As escolas devem procurar oferecer um «menu» variado que se adapte às características e necessidades de uma comunidade educativa cada

vez mais heterogénea. A intensidade do contacto é importante e deve incluir reuniões gerais e o recurso à comunidade escrita, mas sobretudo os encontros a dois. Intensidade e diversidade parecem ser as características mais marcantes dos programas eficazes.

O envolvimento dos pais na educação dos filhos é um aspecto importante para o sucesso académico e o desenvolvimento geral das crianças. No entanto, não existe uma abordagem única que funcione para todas as famílias, dada a diversidade das comunidades escolares. As escolas devem, portanto, oferecer uma variedade de opções para o envolvimento dos pais, adaptando-se às características e necessidades específicas de cada comunidade. Contudo, uma das principais vantagens das parcerias entre escola e comunidade é o fortalecimento do vínculo social. Quando a comunidade está envolvida na vida escolar, os alunos sentem-se mais conectados e apoiados. Eventos comunitários, como feiras escolares, programas de voluntariado e encontros educacionais, ajudam a construir um senso de pertença e solidariedade. Esse vínculo não só melhora o ambiente escolar, mas também cria uma rede de apoio que pode ser crucial para o desenvolvimento emocional e social dos estudantes.

De acordo com Sá (2001), a formação de uma parceria entre a escola e a comunidade desde os primeiros anos de vida da criança traz benefícios significativos para todos os envolvidos. As crianças que já apresentam um bom desempenho poderão

melhorar ainda mais, enquanto aquelas que enfrentam dificuldades receberão apoio tanto na escola quanto em casa.

Parcerias bem-sucedidas entre escola e comunidade também podem proporcionar um suporte acadêmico e extracurricular mais robusto. Através de colaborações com organizações locais, empresas e instituições de ensino superior, as escolas podem oferecer programas de tutoria, oficinas de habilidades, estágios e atividades extracurriculares que complementam o currículo tradicional. Esses recursos adicionais ajudam a enriquecer a experiência educacional e a preparar os alunos para futuras oportunidades acadêmicas e profissionais.

Reconhecendo que a família é o primeiro ambiente de socialização da criança, é essencial entendê-la como um sistema composto por um grupo de pessoas que, independentemente de laços de sangue, compartilham sentimentos, valores, afetividade, solidariedade e reciprocidade (Brito e Soares, 2014).

A intensidade do contato entre a escola e os pais é um fator importante para o sucesso dos programas de envolvimento, que significa que as escolas devem buscar manter uma comunicação frequente e significativa com os pais. Reuniões gerais são importantes para informar sobre o progresso da escola e discutir questões coletivas, mas os encontros individuais, ou “encontros a dois”, são especialmente eficazes. Essas reuniões permitem discussões personalizadas sobre o desempenho e as necessidades específicas do aluno, criando um espaço para um feedback mais detalhado e direcionado.

Malavazi (2002, pp. 222-223) diz que muitas vezes a família deixa de frequentar a escola:

Para muitos, não participar acaba sendo mais interessante uma vez que que têm outras atividades que não podem deixar de assumir. Para a escola, a ausência da família significa poder decidir sozinha, levando em conta seus próprios interesses. Assim surge a família ausente, ou seja, aquela que transfere algumas responsabilidades que seriam suas para outros setores que acabam se ocupando, nem sempre de forma adequada, da educação da criança e do adolescente, como as escolinhas de esporte, centros musicais, academias esportivas etc.

A ausência dos pais no contexto escolar dá origem ao que se chama de “família ausente”, ou seja, significa que os pais que delegam muitas de suas responsabilidades educacionais a outras instituições e setores. Em vez de se envolverem diretamente na educação de seus filhos, eles deixam essa tarefa para escolinhas de esporte, centros musicais, academias esportivas e outras atividades extracurriculares. Embora essas instituições possam oferecer benefícios, elas não substituem o papel crucial da família na formação integral da criança e do adolescente.

CAPÍTULO 2

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS LOCAIS

As políticas públicas educacionais são fundamentais na melhoria da qualidade da educação. Ao direcionar recursos, estabelecer diretrizes e promover iniciativas, essas políticas têm o potencial de transformar positivamente o cenário educacional de uma comunidade. Nos estudos de Souza (2006, p. 22):

A política pública, enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA, rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos.

Essa afirmação destaca uma diferença na evolução do campo da política pública entre os Estados Unidos e a tradição europeia. Na Europa, os estudos e pesquisas na área de política pública historicamente se concentravam mais na análise do Estado e de suas instituições, com foco na compreensão da estrutura e funcionamento do governo e suas políticas (Souza, 2006). Por outro lado, nos Estados Unidos, o campo da política pública emergiu de uma maneira diferente. Ao contrário da tradição europeia, os estudos de política pública nos Estados Unidos da América EUA começaram a se desenvolver como uma disciplina acadêmica separada e interdisciplinar, que

aborda não apenas o Estado e suas instituições, mas também uma variedade de atores, processos e questões sociais.

Essa abordagem mais ampla e interdisciplinar nos EUA levou a um foco maior na produção de políticas governamentais e na análise de como as políticas afetam a sociedade em geral. Em vez de se concentrar exclusivamente nas estruturas e processos internos do governo, os estudiosos americanos de política pública tendem a considerar uma variedade de fatores, incluindo o papel de organizações não governamentais, o setor privado, movimentos sociais e a participação pública no processo de formulação de políticas (Barbosa e Ermedoerfer, 2023).

No contexto educacional, ao adotar políticas públicas educacionais locais eficazes, as autoridades podem promover a equidade e criar um ambiente propício para o desenvolvimento integral dos alunos.

Um aspecto fundamental das políticas educacionais locais é o reconhecimento e a consideração das necessidades específicas da comunidade (Dias e Pinto, 2019). Cada região possui suas próprias características, desafios e recursos únicos, e as políticas devem ser desenvolvidas levando em conta a diversidade cultural, socioeconômica e geográfica da população local.

Dourado et al (2016, p. 679) enfatiza que:

[...] para compreender as políticas educacionais, é fundamental situar a concepção de Estado, entendida aqui em acepção ampla, que envolve sociedade civil e política, seus embates e os

percursos históricos em que estas se constroem, tendo por marco as condições objetivas em que se efetivam a relação educação e sociedade, os processos sistemáticos ou não de gestão, bem como o papel das instituições educativas e dos diferentes atores que constroem o seu cotidiano.

A concepção de Estado vai além de sua definição puramente governamental e burocrática. Ela engloba a interação dinâmica entre o Estado, a sociedade civil e política, e significa considerar não apenas as instituições governamentais, mas também as organizações não governamentais, grupos de interesse, movimentos sociais e a participação dos cidadãos no processo político.

As políticas educacionais são moldadas por embates e disputas entre diferentes atores e interesses na sociedade. Esses embates podem refletir ideologias, valores, interesses econômicos e sociais em jogo. Além disso, as políticas educacionais são influenciadas por percursos históricos, que incluem eventos, movimentos e transformações ao longo do tempo que moldam as estruturas e práticas educacionais.

Desse modo, as políticas públicas educacionais locais devem priorizar a participação ativa da comunidade no processo de tomada de decisão, que envolve os conselhos escolares, consultas públicas, grupos de trabalho ou outras formas de engajamento cívico. Ao envolver pais, alunos, educadores, líderes comunitários e outros stakeholders, as políticas educacionais podem se tornar mais inclusivas, relevantes e eficazes.

Segundo Freitas (2007), as políticas locais são essenciais para enfrentar desafios específicos de cada localidade, promovendo um ambiente educacional mais justo e inclusivo.

Um dos princípios fundamentais das políticas educacionais locais é a descentralização, que busca transferir responsabilidades e recursos do governo central para as administrações locais. Essa estratégia visa aumentar a eficiência e a eficácia das ações educativas, uma vez que as decisões são tomadas mais perto das realidades e necessidades dos alunos e professores. Gouvêa (2009) argumenta que a descentralização é uma ferramenta poderosa para fortalecer a autonomia das escolas e das redes de ensino, possibilitando uma gestão mais participativa e contextualizada.

A participação ativa da comunidade é outro aspecto vital das políticas educacionais locais. Envolver pais, alunos, professores e outros membros da comunidade no processo de elaboração e implementação dessas políticas contribui para uma maior legitimidade e eficácia das ações propostas. Oliveira (2010) destaca que a colaboração entre escola e comunidade fortalece o sentido de pertencimento e responsabilidade coletiva, resultando em um ambiente educacional mais favorável.

O financiamento adequado é um dos desafios mais significativos para a implementação eficaz das políticas educacionais locais. A alocação de recursos precisa ser justa e suficiente para atender às demandas específicas de cada região. Segundo Costa (2012), a sustentabilidade das políticas educacionais depende de uma gestão financeira eficiente e

transparente, além de um compromisso contínuo do poder público com a educação.

Diversos estudos de caso no Brasil demonstram a importância e os impactos positivos das políticas educacionais locais. Um exemplo é o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica (PADEB) em municípios do Nordeste, que mostrou resultados significativos na melhoria da qualidade do ensino e na redução das desigualdades educacionais. Nascimento (2015) ressalta que o sucesso desses programas está diretamente relacionado à adaptação das políticas às especificidades locais e à participação ativa da comunidade.

As políticas educacionais locais são essenciais para a promoção de uma educação de qualidade e equitativa no Brasil. A descentralização, a participação da comunidade e o financiamento adequado são pilares fundamentais para o sucesso dessas políticas. Estudos de caso demonstram que, quando bem implementadas, as políticas locais podem transformar a realidade educacional, promovendo um ambiente mais justo e inclusivo.

Desafios da infraestrutura escolar das escolas ribeirinhas

As escolas ribeirinhas, localizadas nas regiões macapaense e em outras áreas ribeirinhas do Brasil, enfrentam desafios únicos em termos de infraestrutura escolar. A geografia, o clima e as condições socioeconômicas dessas áreas influenciam diretamente a qualidade do ensino e o acesso à educação.

A geografia das regiões ribeirinhas apresenta um dos maiores desafios para a infraestrutura escolar. As distâncias entre as comunidades, a presença de rios e a ausência de estradas pavimentadas dificultam o acesso regular às escolas. Segundo Amaral (2017), muitas crianças enfrentam longas viagens diárias de barco para chegar às escolas, o que compromete a frequência e o rendimento escolar. Além disso, a sazonalidade das chuvas pode agravar ainda mais essas dificuldades, isolando comunidades inteiras durante certos períodos do ano.

As condições estruturais das escolas ribeirinhas são frequentemente precárias. Edificações inadequadas, falta de manutenção e escassez de recursos básicos, como água potável e saneamento, são problemas comuns.

Silva (2018) destaca que muitas dessas escolas são construídas com materiais frágeis e não resistem às intempéries da região, colocando em risco a segurança dos alunos e professores.

A falta de recursos pedagógicos e materiais didáticos adequados é outro desafio enfrentado pelas escolas ribeirinhas. A dificuldade de transporte e a falta de investimento resultam em uma escassez de livros, computadores e outros materiais essenciais para o ensino.

De acordo com Lima (2019) a carência de recursos impede a implementação de práticas pedagógicas inovadoras e limita o desenvolvimento das habilidades dos alunos, afetando negativamente o desempenho escolar.

A formação e a valorização dos professores que atuam em áreas ribeirinhas são fundamentais para a melhoria da qualidade do ensino. Muitos docentes enfrentam condições de trabalho adversas, incluindo salários baixos, falta de formação continuada e dificuldades de locomoção.

Oliveira (2020) afirma que a valorização profissional e a oferta de programas de capacitação são essenciais para motivar os professores e melhorar a qualidade do ensino nas escolas ribeirinhas.

As políticas públicas voltadas para a educação nas regiões ribeirinhas precisam ser reforçadas e direcionadas para atender às especificidades dessas áreas. A alocação de recursos financeiros adequados e a implementação de programas específicos são fundamentais para superar os desafios de infraestrutura.

Santos (2021) sugere que parcerias entre governo, iniciativa privada e organizações não-governamentais podem contribuir para a construção e manutenção de escolas adequadas, além de fornecer os recursos necessários para um ensino de qualidade.

A busca por soluções inovadoras e sustentáveis é importante para enfrentar os desafios da infraestrutura escolar nas regiões ribeirinhas. Iniciativas como a construção de escolas flutuantes, o uso de energias renováveis e a implementação de tecnologias de ensino à distância podem proporcionar melhorias significativas. Rocha (2022) destaca que projetos de educação contextualizada, que respeitam e valorizam a cultura local, são fundamentais para o sucesso educacional nessas regiões.

Os desafios da infraestrutura escolar das escolas ribeirinhas são complexos e multifacetados, exigindo uma abordagem integrada e colaborativa. A melhoria das condições estruturais, o aumento dos recursos pedagógicos, a valorização dos professores e o fortalecimento das políticas públicas são passos essenciais para garantir uma educação de qualidade para as crianças e jovens dessas regiões. A adoção de soluções inovadoras e sustentáveis pode transformar a realidade educacional das escolas ribeirinhas, promovendo um futuro mais justo e inclusivo para todos.

Programas de apoio psicossocial

Os programas de apoio psicossocial são iniciativas fundamentais para promover a saúde mental e o bem-estar de indivíduos e comunidades. No Brasil, esses programas têm ganhado destaque devido à crescente conscientização sobre a importância da saúde mental e à necessidade de intervenções que abordem os diversos fatores sociais que influenciam a qualidade de vida.

Esses programas visam proporcionar suporte emocional, psicológico e social para indivíduos em situação de vulnerabilidade. Eles buscam promover a resiliência, reduzir os impactos negativos do estresse e fortalecer as redes de apoio social.

Segundo Almeida e Santos (2018), esses programas são essenciais para prevenir e tratar transtornos mentais, bem como para promover a inclusão social e a qualidade de vida.

A implementação eficaz dos programas de apoio psicossocial envolve uma abordagem multidisciplinar, fazendo parte desses programas: psicólogos, assistentes sociais, educadores e profissionais de saúde. A formação de equipes integradas e a capacitação contínua dos profissionais são fundamentais para o sucesso das intervenções.

De acordo com Carvalho (2019), a estrutura dos programas deve ser flexível e adaptada às necessidades específicas das comunidades atendidas, considerando fatores culturais, sociais e econômicos.

Diversos programas têm sido implementados no Brasil com o objetivo de oferecer apoio psicossocial a diferentes grupos populacionais.

O Programa de Saúde Mental nas Escolas (PSME), por exemplo, tem como objetivo promover a saúde mental de estudantes e educadores, oferecendo suporte psicológico e capacitação para lidar com questões emocionais no ambiente escolar. Lima e Oliveira (2020) destacam que esse programa tem contribuído significativamente para a redução de casos de bullying e para a melhoria do clima escolar.

Outro exemplo é o Programa de Apoio Psicossocial a Comunidades Indígenas (PAPCI), que busca oferecer suporte emocional e social a comunidades indígenas, respeitando suas tradições e culturas. Souza (2021) enfatiza que a inclusão de práticas culturais tradicionais nas intervenções psicossociais tem sido essencial para o sucesso do programa, promovendo um ambiente de respeito e valorização da diversidade cultural.

Embora é evidente a importância desses programas, a sua implementação no Brasil enfrenta diversos desafios e barreiras. A falta de recursos financeiros, a escassez de profissionais qualificados e a resistência cultural são alguns dos obstáculos comuns. Além disso, a pandemia de COVID-19 trouxe novos desafios, aumentando a demanda por serviços de saúde mental e exacerbando as dificuldades de acesso.

Araújo (2022) destaca que a pandemia evidenciou a necessidade de fortalecer as políticas públicas de saúde mental e de ampliar a rede de apoio psicossocial. Todavia, os programas de apoio psicossocial têm demonstrado resultados positivos na promoção da saúde mental e na melhoria da qualidade de vida dos indivíduos atendidos. Estudos mostram que esses programas contribuem para a redução de sintomas de depressão e ansiedade. Segundo Ferreira (2023), os impactos positivos dos programas são mais evidentes quando há uma abordagem integrada e contínua, com a participação ativa das comunidades e o apoio das políticas públicas.

Apesar dos desafios, iniciativas bem-sucedidas demonstram a importância de uma abordagem multidisciplinar, culturalmente sensível e adaptada às necessidades específicas das comunidades. O fortalecimento das políticas públicas e o investimento em recursos humanos e financeiros são essenciais para ampliar o alcance e a eficácia desses programas, contribuindo para um futuro mais saudável.

Perfil demográfico dos estudantes ribeirinhos

O perfil demográfico dos estudantes ribeirinhos no Brasil é um assunto de relevância no contexto social, para a compreensão das especificidades e desafios enfrentados por essa população.

As comunidades ribeirinhas, muitas vezes localizadas em áreas remotas e de difícil acesso, possuem características demográficas únicas que influenciam diretamente o contexto educacional. Essas comunidades são marcadas por uma diversidade cultural e étnica bastante significativa.

Segundo Silva e Souza (2019), elas abrigam populações indígenas, quilombolas e outros grupos tradicionais, cada um com suas próprias práticas culturais e modos de vida.

Essa diversidade se reflete na composição demográfica dos estudantes, que frequentemente enfrentam desafios adicionais relacionados à inclusão e ao respeito às suas tradições culturais no ambiente escolar.

A faixa etária dos estudantes ribeirinhos varia amplamente, abrangendo desde a educação infantil até o ensino médio. No entanto, a evasão escolar é um problema recorrente, especialmente entre os adolescentes.

Costa (2020) aponta que a necessidade de contribuir para a renda familiar ou de ajudar nas atividades de subsistência muitas vezes leva os jovens a abandonar a escola precocemente. Além disso, a distância e a dificuldade de acesso às escolas são fatores que contribuem para essa realidade.

Meninas e meninos enfrentam desafios distintos no contexto educacional ribeirinho. Rodrigues (2021) aponta que, apesar de haver uma tendência de maior permanência das

meninas na escola em comparação com os meninos, elas enfrentam barreiras relacionadas a responsabilidades domésticas e pressões culturais para o casamento precoce. Já os meninos são frequentemente pressionados a ingressar no mercado de trabalho informal ou a se envolver em atividades de pesca e agricultura desde cedo.

A presença de estudantes indígenas e quilombolas nas escolas ribeirinhas requer uma abordagem educacional que respeite e valorize suas identidades culturais. Segundo Almeida (2018), a inclusão de conteúdos curriculares que reflitam a história, a língua e as tradições desses grupos é essencial para promover um ambiente de aprendizagem respeitoso e satisfatório, demandando criatividade do professor para utilizar espaços alternativos próximos à escola.

As condições socioeconômicas das famílias ribeirinhas têm um impacto direto na vida escolar dos estudantes. Muitas dessas famílias vivem em situação de vulnerabilidade econômica, com acesso limitado a serviços básicos como saúde, saneamento e transporte.

Oliveira (2019) afirma que a precariedade das condições de vida muitas vezes se reflete na dificuldade de acesso a materiais escolares, uniformes e até mesmo à alimentação adequada, afetando o desempenho e a frequência escolar.

A migração sazonal e permanente é um fenômeno comum entre as comunidades ribeirinhas, influenciado por fatores como a busca por melhores oportunidades de trabalho e as condições ambientais, como as cheias dos rios.

Ferreira (2022) observa que a migração pode interromper a continuidade dos estudos dos jovens, uma vez que muitas famílias se deslocam para áreas urbanas ou outras regiões em busca de melhores condições de vida. Essa mobilidade constante dificulta a permanência dos estudantes na escola e a continuidade dos projetos pedagógicos, levando o professor a desenvolver estratégias para ajustar o seu planejamento de aula aos ambientes disponíveis na escola ou em seu entorno.

Nesse sentido, o perfil demográfico dos estudantes ribeirinhos é marcado por uma grande diversidade e por desafios específicos que requerem atenção especial das políticas públicas e das práticas educativas. A compreensão das características demográficas, das condições socioeconômicas e dos padrões culturais é essencial para o desenvolvimento de estratégias educacionais eficazes.

A valorização das identidades culturais e o enfrentamento das barreiras socioeconômicas são passos fundamentais para garantir uma educação de qualidade e equitativa para todos os estudantes ribeirinhos.

Dessa forma, conhecer o perfil demográfico dos estudantes é fundamental para qualquer professor, especialmente para aqueles que trabalham em comunidades ribeirinhas. O contexto demográfico inclui fatores como idade, gênero, etnia, condições socioeconômicas e padrões de migração, todos os quais têm um impacto na experiência educacional. O conhecimento do perfil demográfico permite que os professores personalizem suas abordagens de ensino de acordo com as necessidades e características específicas de seus alunos. Para Lima (2019),

compreender a diversidade etária, de gênero e cultural dos estudantes ribeirinhos facilita a criação de estratégias pedagógicas mais inclusivas e eficazes. Por exemplo, professores que conhecem a presença de estudantes indígenas podem incorporar conteúdo que valorizem e respeitem a cultura e a língua desses alunos, promovendo um ambiente de aprendizagem mais inclusivo.

Conhecer o perfil dos estudantes, também ajuda os professores a adaptar seu planejamento pedagógico às realidades socioeconômicas dos estudantes. Quando os professores demonstram interesse e respeito pelas origens e pela realidade dos estudantes, eles criam um ambiente de confiança e segurança. Santos (2021) argumenta que essa confiança é fundamental para o engajamento dos alunos e para o sucesso educacional.

Iniciativas pedagógicas inovadoras

A educação está em constante transformação, impulsionada pelas mudanças tecnológicas, sociais e culturais. Nesse contexto, as iniciativas pedagógicas inovadoras têm se destacado como estratégias essenciais para promover uma aprendizagem significativa e engajadora. Essas iniciativas buscam superar as limitações dos métodos tradicionais de ensino, oferecendo abordagens mais interativas, colaborativas e centradas no aluno.

A Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) é uma abordagem pedagógica que coloca os alunos no centro do processo de aprendizagem, incentivando-os a desenvolver

projetos que abordem problemas reais e complexos. Segundo Moura e Silva (2019), essa metodologia promove a integração de diferentes áreas do conhecimento, o desenvolvimento de habilidades críticas e a aplicação prática dos conteúdos aprendidos. Na ABP, os alunos trabalham em equipes, pesquisam, planejam e executam projetos, resultando em produtos finais que são apresentados e avaliados.

De acordo com Bacich e Moran (2017, p. 28):

Metodologias são grandes diretrizes que orientam os processos de ensino e aprendizagem e que se concretizam em estratégias, abordagens e técnicas concretas, específicas e diferenciadas. Metodologias Ativas são estratégias de ensino centradas na participação efetiva dos estudantes na construção do processo de aprendizagem, de forma flexível, interligada e híbrida. As metodologias ativas, num mundo conectado e digital, expressam-se por meio de modelos de ensino híbrido, com muitas possíveis combinações. A junção de metodologias ativas com modelos flexíveis e híbridos traz contribuições importantes para o desenho de soluções para os aprendizes de hoje.

Assim, ao trabalhar com ABP, os alunos se sentem mais motivados e engajados ao trabalhar em projetos que têm relevância para suas vidas e comunidades.

Figura n. 2: Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP)



Fonte: Loch (2023)

A ABP promove o desenvolvimento de habilidades como pensamento crítico, resolução de problemas, colaboração e comunicação, no qual alunos assumem um papel ativo em seu processo de aprendizagem, tornando-se protagonistas de seu conhecimento.

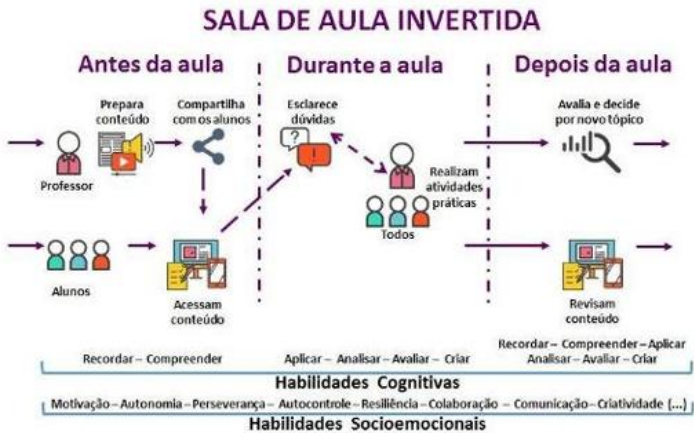
A implementação da ABP exige um planejamento cuidadoso e pode demandar mais tempo do que as abordagens tradicionais. Para trabalhar com essa metodologia, os professores precisam de formação e suporte adequados para facilitar a aprendizagem baseada em projetos de maneira eficaz.

A Sala de Aula Invertida também é uma forma inovadora do professor trabalhar com seus alunos. Ela é uma metodologia que inverte a lógica tradicional de ensino, transferindo o conteúdo teórico para fora da sala de aula, geralmente por meio de vídeos e leituras, e utilizando o tempo em sala para atividades práticas e colaborativas.

De acordo com Alcantara et al. (2020), essa abordagem permite que os alunos avancem em seu próprio ritmo e que o

tempo em sala de aula seja dedicado à aplicação do conhecimento, discussão e resolução de problemas. Esse tipo de metodologia traz grandes benefícios para os alunos e para o professor, uma vez que os alunos têm a oportunidade de controlar seu ritmo de aprendizagem e revisar o conteúdo quantas vezes necessário (Alcantara et al., 2020).

Figura n. 3: Esquema de Sala de Invertida



https://www.researchgate.net/figure/FIGURA-1-Esquema-basico-da-sala-de-aula-invertida_fig1_322567566

A sala de aula se torna um espaço para a interação, troca de ideias e aplicação prática do conhecimento. Os professores podem oferecer apoio mais individualizado, focando nas necessidades específicas de cada aluno (Suhr, 2016). A implementação eficaz dessa abordagem requer que todos os alunos tenham acesso à tecnologia e à internet, e os professores precisam preparar materiais de alta qualidade para que os alunos estudem em casa.

Aprendizagem Baseada em Jogos (Game-Based Learning), é uma metodologia que utiliza elementos de jogos e videogames para engajar os alunos e promover a aprendizagem de maneira lúdica e interativa. Segundo Kim (2018), essa metodologia pode ser aplicada a diversas disciplinas e níveis de ensino, incentivando a motivação, a competição saudável e a resolução de problemas.

Os jogos são artefatos tecnológicos essenciais para compreender a cultura contemporânea. Hoje em dia, a maioria das pessoas usa a internet como uma ferramenta fundamental para executar uma ampla gama de tarefas diárias. Esse hábito de acessar a internet não se restringe apenas a adultos e adolescentes, mas tem sido cada vez mais adotado também pelo público infantil (Lima e Sartori, 2021).

Os jogos oferecem feedback imediato, permitindo que os alunos ajustem suas estratégias e melhorem seu desempenho e ajuda os alunos a desenvolver competências como pensamento estratégico, tomada de decisão e trabalho em equipe.

As iniciativas pedagógicas inovadoras representam um avanço significativo na busca por uma educação mais significativa e inclusiva. A Aprendizagem Baseada em Projetos, a Sala de Aula Invertida, e a Aprendizagem Baseada em Jogos são exemplos de abordagens que colocam os alunos no centro do processo educacional, promovendo o desenvolvimento de habilidades essenciais para o século XXI. Apesar dos desafios, essas metodologias oferecem oportunidades valiosas para transformar a educação e preparar os alunos para os desafios futuros.

Monitoramento e avaliação do desempenho escolar

Monitorar e avaliar o desempenho escolar são componentes essenciais na busca pela qualidade da educação. Essas duas ações permitem identificar áreas de sucesso e de necessidade de melhoria, oferecendo a escola subsídios para a tomada de decisões informadas por parte de gestores, professores e outros stakeholders¹

O monitoramento escolar envolve a coleta contínua de dados sobre o desempenho dos alunos, enquanto a avaliação se refere ao julgamento desses dados para determinar a eficácia do ensino e a aprendizagem (Araújo, 2022). Juntos, eles fornecem uma visão abrangente da qualidade da educação oferecida e ajudam a identificar estratégias que podem melhorar os resultados educacionais.

Para Araújo (2022, p.2):

O monitoramento da qualidade da educação no Brasil é apresentado, pelos diferentes governos que se sucederam desde os anos 1990, como um conjunto de estratégias objetivas que visam à elevação da qualidade da educação. Esse conjunto de medidas, no entanto, é um todo caótico que precisa ser elucidado por meio do estabelecimento de relações entre os seus determinantes.

Assim, o monitoramento e a avaliação são fundamentais para detectar precocemente dificuldades de aprendizagem ou

¹ Todas as pessoas envolvidas no processo de ensino -aprendizagem

lacunas no ensino e informar decisões pedagógicas e administrativas baseadas em evidências. Além disso essas práticas, provém ainda de informações colhidas dos pais, comunidade e órgãos governamentais sobre o desempenho da escola. Portanto, “os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei (Brasil, 1988, art. 37, § 16, incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021).

Com o monitoramento e a avaliação do contexto escolar, tanto os órgãos federal, estadual e municipal, e a própria escola, desenvolvem planos de ação para aprimorar o ensino e a aprendizagem. Para tal, diversos métodos e ferramentas podem ser utilizados para monitorar o desempenho escolar, cada um com suas próprias vantagens e limitações.

Em relação as avaliações como uma forma de determinar a eficácia do ensino pode ocorrer de várias formas como: as avaliações padronizadas que são testes aplicados de maneira uniforme para todos os alunos, permitindo comparações objetivas entre diferentes grupos e ao longo do tempo. Exemplos incluem ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e Prova Brasil.

Outro tipo de determinar como está indo o ensino aprendizagem se a avaliação formativa, que são aplicadas durante o processo de ensino e aprendizagem, com o objetivo de fornecer feedback contínuo tanto para os alunos quanto para

os professores. Exemplos incluem quizzes², projetos e atividades em sala de aula.

O governo brasileiro, estabeleceu, parâmetros para o monitoramento da educação básica e um padrão mínimo de qualidade a alcançar até 2021, qual seja: a média nacional 6,0. Para fixar esse padrão, o MEC tomou como referência a média já alcançada em países de desenvolvimento econômico avançado. Esse padrão ainda continua em vigor, principalmente ancorada e amparada pela Lei nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Base da Educação -LDB (Brasil, 1996).

Também pode-se utilizar a observação direta, que envolve o acompanhamento das atividades diárias dos alunos e professores na sala de aula. Esse método pode ser realizado por coordenadores pedagógicos.

Os portfólios são coleções de trabalhos dos alunos que demonstram seu progresso ao longo do tempo. Eles permitem uma visão holística do desenvolvimento das habilidades e conhecimentos dos estudantes.

Os relatórios de progresso fornecem uma visão detalhada do desempenho dos alunos em diversas disciplinas e habilidades, geralmente compilados por professores e compartilhados com os pais.

Embora essenciais, o monitoramento e a avaliação do desempenho escolar enfrentam vários desafios que precisam ser superados para serem eficazes, isso porque, segundo Soares e Sousa (2020, p.18), “a avaliação, que deveria constituir-se

²Conjunto de perguntas que mede os conhecimentos, muitas vezes em formato de jogo.

como um processo formativo, contínuo e processual, torna-se um instrumento mecanicista, descontextualizado, ideológico e inapropriado para a preservação do caráter público da escola brasileira”. A avaliação educacional idealmente deveria ser um processo formativo, contínuo e processual, com o objetivo de melhorar a aprendizagem dos alunos e a prática pedagógica dos professores. No entanto, na prática, muitas vezes ela se transforma em um instrumento mecanicista, descontextualizado, ideológico e inapropriado para a preservação do caráter público da escola brasileira. Além do que, muitas escolas, especialmente em áreas menos favorecidas, enfrentam a falta de recursos humanos e materiais para implementar um sistema robusto de monitoramento e avaliação. Mudanças nos métodos de avaliação e monitoramento podem encontrar resistência por parte de professores, alunos e até pais, especialmente se não forem bem compreendidas ou se parecerem ameaçadoras.

Apesar de em muitos casos, o monitoramento e a avaliação enfrentarem desafios no cenário escolar, a implementação de práticas eficazes pode levar a melhorias significativas no ensino e na aprendizagem. Ao investir em recursos, capacitação e tecnologia, as escolas podem desenvolver sistemas robustos de monitoramento e avaliação que beneficiem todos envolvidos no processo educativo.

Desafios na formação docente para atuação em comunidades ribeirinhas

As comunidades ribeirinhas são localidades que muitas dependem dos rios para transporte, alimentação e atividades econômicas, o que molda seu modo de vida e cultura.

Mota Neto e Oliveira (2004) descreve diversas características típicas desses ambientes que têm um impacto direto nas escolas. Ele destaca: as condições físicas e pedagógicas precárias das escolas; as dificuldades no acesso e na continuidade dos estudos devido à distância, ao acesso limitado e aos deslocamentos até os locais das aulas; a alta rotatividade de professores; a escassez de docentes e a organização pedagógica em classes multisseriadas que englobam desde a Educação Infantil até os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Os currículos tradicionais muitas vezes não consideram essas especificidades. Nesse sentido, é extremamente importante que o planejamento das aulas do professor seja integrado, combinando teoria e prática de maneira coesa.

Para o aluno ribeirinho, é essencial que a conexão entre teoria e prática seja clara. Segundo Santos, Câmara e Fonseca (2018) teoria e prática são interdependentes; uma não existe sem a outra. Se há prática, é porque em algum momento houve teoria, e o contrário também é verdadeiro. A existência de ambas depende de sua relação mútua.

Para atuar nas escolas ribeirinhas, os professores precisam ser treinados em métodos pedagógicos que considerem as especificidades do ambiente ribeirinho, como o uso de recursos naturais e o ensino ao ar livre, para promover práticas diferenciadas, mesmo compreendendo se que não é tão simples,

pois requer investigações sobre a cultura local (Nista-Piccolo e Moreira, 2012).

As regiões ribeirinhas frequentemente recebem menos investimento em educação passando a ser um complicador a mais, o que se reflete na qualidade da formação e nas condições de trabalho dos docentes, mas, “com estes empecilhos, a dedicação na busca dessa formação entrelaça com a distância a ser enfrentada, pois as universidades e faculdades estão inseridas em centros urbanos[...] (Sanada e Rabelo, 2020, p.2). Por isso, a formação inicial dos professores deve ser complementada com programas de formação continuada, adaptados às realidades locais e que permitam a atualização constante dos docentes.

A formação desse professor deve ter como foco a incorporação de conteúdos que reflitam a realidade local e sejam relevantes para a vida cotidiana dos alunos. Por isso, cabe às Instituições desenvolver um currículo flexível que permita ajustes conforme as necessidades e contextos específicos das comunidades. Para Gatti (2011, p.89) a formação inicial do professor é de:

[...]importância ímpar, uma vez que cria as bases sobre as quais esse profissional vem a ter condições de exercer a atividade educativa na escola com as crianças e jovens que aí adentram, como também, as bases de sua profissionalidade e da constituição de sua profissionalização.

A formação inicial do professor é de extrema importância porque estabelece as bases fundamentais sobre as quais esse

profissional desenvolverá sua prática educativa na escola. Essa formação não apenas prepara o professor para lidar com crianças e jovens dentro do ambiente escolar, mas também constitui os alicerces de sua profissionalidade e da sua trajetória de profissionalização. Em outras palavras, é durante essa fase inicial de formação que o professor adquire os conhecimentos teóricos, as habilidades práticas e os valores éticos necessários para enfrentar os desafios da educação, moldando sua identidade profissional e sua capacidade de impactar positivamente o desenvolvimento dos alunos.

Tal formação voltada ao contexto das escolas ribeirinhas precisa abordar as particularidades das comunidades ribeirinhas para prepará-los adequadamente, incluindo disciplinas e módulos específicos sobre educação em contextos ribeirinhos nos cursos de formação de professores. Além do que deve proporcionar experiências práticas em comunidades ribeirinhas durante a formação inicial, para que os futuros professores compreendam melhor o contexto em que atuarão.

De acordo com a Base Nacional Curricular Comum -BNCC (Brasil, 2018) a formação docente deve capacitar os professores a alinhar seus currículos e práticas pedagógicas com os princípios e as competências descritas por esse documento. O que implica em revisar e ajustar os planos de ensino para garantir que estejam em conformidade com as diretrizes curriculares nacionais.

A BNCC enfatiza o desenvolvimento integral dos estudantes, promovendo competências como colaboração, criatividade, pensamento crítico, comunicação e autonomia.

Dessa forma, a formação docente deve incluir estratégias para desenvolver essas competências nos alunos, por meio de práticas pedagógicas inovadoras e contextualizadas.

Os professores devem ser capacitados para planejar e implementar projetos e atividades que conectem diferentes disciplinas, tornando o aprendizado mais significativo e integrado. Agindo assim, “a escola, como instituição social formadora e com um currículo amplo, tem papel determinante na articulação e desenvolvimento de ações pedagógicas que estimulem o protagonismo dos estudantes” (Maranhão, 2018, p. 15).

Nesse sentido, a formação docente para atuação em comunidades ribeirinhas envolve superar desafios únicos e complexos. Ao reconhecer e abordar essas particularidades, é possível desenvolver uma educação de qualidade que respeite e valorize as especificidades culturais e sociais dessas comunidades. Investir na formação adequada dos professores, em políticas públicas específicas e em parcerias colaborativas são passos fundamentais para garantir que a educação nas comunidades ribeirinhas seja inclusiva, relevante e eficaz.

Aspectos culturais e contexto local na formação de professores

A formação de professores é um processo complexo que deve levar em consideração diversos aspectos para ser eficaz e relevante. Imig, Wiseman e Neel (2014) destacam que professores bem formados têm um impacto relevante na melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem dos estudantes. Eles enfatizam a importância dos cursos de

formação que capacitam profissionais reflexivos, capazes de desenvolver os conhecimentos, habilidades e competências necessárias para identificar e enfrentar os desafios do ensino. Reconhecer e integrar essa importância pode resultar em uma educação mais contextualizada e que atenda melhor às necessidades dos alunos.

Maiato (2014) enfatiza que os novos contextos sociais exigem um aperfeiçoamento contínuo das metodologias e atitudes dos professores. Segundo ele, os educadores precisam desenvolver essas competências para responder adequadamente às demandas da educação contemporânea.

Na formação de professores, a sensibilidade cultural é essencial. Professores formados com uma consciência cultural estão mais aptos a respeitar e valorizar a diversidade cultural de seus alunos, incluindo a apreciação de diferentes línguas, religiões, práticas familiares e outros elementos culturais que influenciam o aprendizado.

Brandão (2002, p.31) diz que:

A cultura existe nas diversas maneiras por meio das quais criamos e recriamos as teias e as (tessituras) e os tecidos sociais de símbolos e de significados que atribuímos a nós próprios as nossas vidas e aos nossos mundos. Criamos os mundos sociais em que vivemos e só sabemos viver nos mundos sociais que criamos. Ou onde reaprendemos a viver, para sabermos criarmos com os outros os seus outros mundos sociais. E isto é a cultura que criamos para viver e conviver.

Já Bourdieu (1996), afirma que a cultura é o conteúdo substancial da educação, sua fonte e sua justificação última uma não pode ser pensada sem a outra. Isso significa que a cultura e a educação estão intrinsecamente ligadas e não podem ser separadas. A cultura fornece o conteúdo, os valores e as normas que são transmitidos através da educação. Ela é a base sobre a qual a educação se constrói e se justifica, pois sem cultura, não haveria nada para ensinar ou aprender. A educação, por sua vez, é o meio pelo qual a cultura é perpetuada e renovada, garantindo que os conhecimentos, as tradições e os valores culturais sejam passados de geração em geração. Dito de outra forma, a educação é o veículo que carrega e dissemina a cultura, tornando-as inseparáveis e mutuamente dependentes.

Nesse sentido, os culturais e contextuais locais desempenham um papel fundamental, principalmente o currículo que incorpora elementos culturais locais tornando a aprendizagem significativa para os alunos. Professores que compreendem e utilizam a cultura local em suas práticas pedagógicas podem fazer conexões mais fortes entre o conteúdo acadêmico e a vida cotidiana dos estudantes.

Candau e Anhorn (2000, p.2) afirmam que "hoje se faz cada vez mais urgente a incorporação da dimensão cultural na prática pedagógica". Candau defende que a educação deve refletir e respeitar a diversidade cultural presente nas salas de aula. Argumentam ainda que a integração da cultura na pedagogia não apenas enriquece o processo educativo, mas também ajuda a formar cidadãos mais conscientes e sensíveis às diferenças culturais. Incorporar a dimensão cultural permite

que os alunos vejam suas próprias experiências e identidades refletidas no conteúdo que estão aprendendo, o que pode aumentar seu engajamento e sucesso acadêmico.

A compreensão das práticas culturais pode influenciar a escolha de métodos de ensino que sejam mais eficazes e apropriados para a comunidade. Além dos aspectos culturais, o contexto local abrange as condições socioeconômicas, políticas, geográficas e históricas de uma comunidade e integrar esse contexto na formação de professores é vital para garantir que a educação seja relevante e aplicável.

Uma formação permanente, que se prolonga por toda vida, torna-se crucial numa profissão que lida com a transmissão e internalização e saberes e com a formação humana, numa época em que se renovam os currículos, introduzem-se novas tecnologias, acentuam-se os problemas sociais e econômicos, modificam-se os modos de viver e de aprender, reconhece-se a diversidade social e cultural dos alunos (Libâneo, 2008, p. 227).

Nesse contexto, os professores precisam estar cientes das condições socioeconômicas de seus alunos para adaptar suas práticas pedagógicas, considerando os recursos disponíveis, condições de vida e desafios específicos enfrentados pela comunidade.

O entendimento da história local e das dinâmicas políticas pode ajudar os professores a abordar tópicos sensíveis de maneira informada e respeitosa. Também permite a integração de questões locais no currículo, tornando a aprendizagem mais

engajada e relevante. Professores bem-preparados para lidar com a diversidade cultural e as especificidades do contexto local estão mais aptos a promover um ambiente de aprendizagem que respeite e valorize todos os alunos, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e consciente.

Integração de saberes locais no currículo de formação docente

Estudos têm explorado qual é o contexto mais adequado para proporcionar a formação inicial aos futuros professores. Esses estudos buscam identificar os ambientes e condições que melhor preparam os educadores para enfrentar os desafios da sala de aula contemporânea. Fatores como a integração de teorias pedagógicas com práticas reais, a inclusão de estágios supervisionados em escolas diversificadas e a oferta de um currículo que valorize tanto os conhecimentos acadêmicos quanto os saberes locais são frequentemente considerados.

Para que essa formação seja realmente eficaz e relevante, é fundamental integrar os saberes locais no currículo de formação docente. Os saberes locais englobam conhecimentos, práticas, identidade, políticas tradições e valores específicos de uma determinada comunidade. Eles representam a riqueza cultural e histórica que molda a identidade e o cotidiano das pessoas.

Assim “as formas do saber são sempre e inevitavelmente locais, inseparáveis de seus instrumentos e de seus invólucros” (Geertz, 2014, p. 10). O autor argumenta que o conhecimento é profundamente influenciado e moldado pelo contexto local em que é produzido e utilizado. Em outras palavras, o saber não existe de maneira isolada ou abstrata; ele está sempre enraizado

em um contexto específico, que inclui o ambiente cultural, social e histórico de onde surge.

Figura n. 5: A abrangência dos saberes locais



Fonte: [esearchgate.net/figure/Figura-1-Dimensoes-da-aprendizagem-situada-em-uma-Comunidade-de-Pratica-adaptado-de_fig1_357440647](https://www.esearchgate.net/figure/Figura-1-Dimensoes-da-aprendizagem-situada-em-uma-Comunidade-de-Pratica-adaptado-de_fig1_357440647)

A inclusão dos saberes locais no currículo ajuda a valorizar e preservar a cultura e as tradições da comunidade, colaborando para a promoção de um senso de pertencimento e respeito pela diversidade cultural entre os alunos.

A integração dos saberes locais no currículo de formação docente é um aspecto que precisa ainda de muitos debates, principalmente para criar uma educação que seja ao mesmo tempo relevante e sensível ao contexto cultural dos alunos, apesar de que na proposta da BNCC, já enfatizar-se esse aspecto, aconselhando que o aluno deve:

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer

escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (Brasil, 2018, p. 9).

O currículo elaborado nessa perspectiva reconhece que o conhecimento é profundamente enraizado nas experiências e tradições locais e que, para ser eficaz, a formação dos professores deve refletir e incorporar esses saberes. Ainda de acordo com a BNCC (2018)

[...] cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora (Brasil, 2018, p. 19).

Nesse viés, é fundamental que a formação docente inclua a integração dos saberes locais no currículo. Essa integração promove uma conexão mais estreita entre os conteúdos ensinados e a realidade dos alunos, valorizando as práticas e conhecimentos específicos da comunidade. Incorporar os saberes locais na formação dos futuros professores ajuda a contextualizar o ensino, tornando-o mais relevante, contribuindo para a preservação e valorização da diversidade cultural presente nas escolas.

Portanto, é fundamental que a formação docente inclua a integração dos saberes locais no currículo, pois, essa integração

promove uma conexão mais estreita entre os conteúdos ensinados e a realidade dos alunos, valorizando as práticas e conhecimentos específicos da comunidade. Um currículo que abarque a multiculturalidade.

Candau e Anhorn (2000) salientam que um currículo multicultural apresenta aos professores o desafio de desenvolver estratégias e recursos didáticos que utilizem conteúdos de diversas culturas para vários propósitos. Esses propósitos incluem a introdução e exemplificação de conceitos de diferentes disciplinas, a investigação de como os referenciais teóricos de uma disciplina influenciam a construção do conhecimento, o apoio ao sucesso acadêmico de alunos de diferentes grupos sociais, o estímulo da autoestima entre grupos minoritários ou excluídos, e a educação para o respeito à diversidade e à democracia. Eles enfatizam a importância de ações e discursos que questionem e combatam manifestações de racismo, discriminação, opressão e autoritarismo nas práticas sociais cotidianas.

Dessa forma, a incorporação dos saberes locais no currículo de formação docente é essencial para criar uma educação que seja relevante e contextualizada para os alunos. Ao integrar esses conhecimentos, os futuros professores podem desenvolver uma compreensão mais profunda das culturas e tradições das comunidades em que atuarão, enriquecendo suas práticas pedagógicas e promovendo um ensino mais inclusivo.

Educação ambiental e sustentabilidade na formação do professor ribeirinho

A formação de professores em comunidades ribeirinhas apresenta desafios e oportunidades únicos, pois integrar a educação ambiental e a sustentabilidade no currículo de formação desses professores é complexo e exige uma formação voltado a um saber diferenciado. Ferreira e Silva (2019, p. 363), salientam que “a inserção da Educação Ambiental no processo de desenvolvimento local, considerando que o processo de mudança por parte dos atores locais do desenvolvimento deve ser mediado para que estes possam discernir sobre o caminho que desejam seguir”.

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) reconhecendo como uma parte fundamental de todo o processo educacional, seja ele formal ou informal. No seu artigo 1o, a Educação Ambiental é entendida como: “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (Brasil, 1999, p. 1). Este conceito enfatiza a importância de integrar a educação ambiental em todos os níveis de ensino, promovendo uma consciência crítica e uma responsabilidade compartilhada. Ao desenvolver uma compreensão profunda sobre as questões ambientais, os indivíduos tornam-se agentes ativos na proteção e preservação dos recursos naturais.

Assim, a educação ambiental, precisa refletir essa realidade, abordando questões como a preservação dos rios, a biodiversidade local, e os impactos das atividades humanas

sobre o meio ambiente e implica em uma educação interdisciplinar.

Para Guimarães (2010, p. 32) a interdisciplinaridade é “uma forma que o professor tem para trabalhar vários temas e ou conteúdos contemplando os diferentes argumentos, mas sempre buscando ligar as disciplinas. A educação ambiental não só informa, mas também inspira a ação. Professores bem formados podem levar seus alunos a entenderem a importância de conservar o meio ambiente e a participarem ativamente de iniciativas locais de sustentabilidade.

As comunidades ribeirinhas possuem um vasto conhecimento tradicional sobre o uso sustentável dos recursos naturais. Integrar esses saberes no currículo fortalece a identidade cultural e promove práticas sustentáveis.

É fundamental que os futuros professores ribeirinhos aprendam a desenvolver e implementar práticas pedagógicas que incentivem a sustentabilidade, incluindo a gestão de recursos naturais, o cultivo sustentável e a pesca responsável.

Tristão (2005) afirma que a Educação Ambiental gera um sentimento de pertencimento à natureza, um contato íntimo com o ambiente natural, permitindo a percepção do movimento constante entre equilíbrio e desequilíbrio, organização e desorganização, vida e morte, e os aspectos de beleza e bondade presentes na natureza. Carvalho (2003, p. 66) enfatiza que “homem e natureza - formam um conjunto indissociável, interdependente, cujos comportamentos se refletem mutuamente”. Dessa forma, a formação dos indivíduos através da Educação Ambiental não se baseia exclusivamente no

coletivo ou no individual, mas sim na relação entre o indivíduo e a sociedade. Essa formação se desenvolve na interação com o mundo, onde todos são responsáveis, implicando uma preocupação tanto consigo mesmo quanto com os outros e com o meio ambiente.

Ao preparar os futuros professores para ensinar e inspirar seus alunos sobre a importância da sustentabilidade, contribuimos para a preservação dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável das comunidades ribeirinhas. Esse processo não apenas promove a conscientização ambiental, mas também a emancipação dos alunos, capacitando-os a se tornarem agentes de mudança em suas próprias comunidades. Ao entenderem e valorizarem a sustentabilidade, os alunos se tornam protagonistas na construção de um futuro mais equilibrado e responsável, tanto para o meio ambiente quanto para a sociedade. Para Ferreira e Silva (2019, p. 365) “a Educação Ambiental numa perspectiva emancipatória, assume papel fundamental na construção desse desenvolvimento local, levando em consideração, que a sua prática induz na mudança de hábitos e comportamentos dos indivíduos”. Esse tipo de educação vai além da simples transmissão de conhecimentos sobre o meio ambiente; ela visa capacitar os indivíduos a serem agentes ativos de mudança em suas comunidades. Quando a Educação Ambiental é aplicada de forma emancipatória, ela busca libertar os indivíduos de práticas e pensamentos que não promovem a sustentabilidade.

Capacitação em tecnologias adaptadas à realidade ribeirinha

A capacitação de professores em tecnologias colabora para garantir uma educação voltada aos anseios de uma sociedade tecnológica, conforme apontado por Almeida et al. (2021), ao mencionar que existem desafios a serem vencidos para garantir que todos tenham acesso ao conhecimento. Além disso, é essencial utilizar as tecnologias digitais de forma apropriada dentro da sala de aula, principalmente a escola pesquisada que se situa em um espaço onde as oportunidades de acesso a recursos tecnológicos são geralmente mais limitadas.

A localização geográfica apresenta tanto desafios quanto oportunidades para a educação dos alunos. A proximidade com rios pode significar que a escola enfrenta dificuldades em termos de infraestrutura e acesso a recursos tecnológicos e educacionais modernos.

O isolamento geográfico também é um fator que pode levar a uma menor exposição a diversas oportunidades educacionais e culturais que são mais facilmente acessíveis em áreas urbanas. Seria importante que a escola utilizasse as tecnologias que poderiam estar disponíveis que ajudaria a busca de soluções de problemas sociais locais criando um novo espaço de relações na qual a comunidade também seria beneficiada como um novo ator nessa dinâmica, estabelecendo vínculos de solidariedade. Trata-se enfim, de gerar novas reciprocidades entre a escola e a comunidade socioambiental que a envolve (Carvalho, 2004, p.158).

Entre as tecnologias que poderia ser adaptada e inclusas no currículo dessa escola podemos destacar: Energia Solar, Tecnologias de Agricultura Sustentável, Transporte

Sustentável, Tecnologias de Pesca Sustentável, dentre outras, que se bem trabalhadas poderiam melhorar a qualidade de vida desses estudantes e consequentemente a da sua família.

Figura n. 6: Painéis solares



Fonte: <https://images.app.goo.gl/TMDVj4EAJo1iYRxw9>

Os painéis solares fornecem energia limpa e renovável, adequada para áreas remotas sem acesso à rede elétrica. Além de ser uma fonte renovável e limpa, a tecnologia se destaca pela versatilidade e baixo custo para atender locais sem acesso à rede elétrica (Moura, 2024).

Figura n.º 7: Tecnologias de agricultura sustentável



Fonte: <https://images.app.goo.gl/8rmymFhPfo2JYbsR7>

A implementação de tecnologias de agricultura sustentável nas comunidades ribeirinhas é essencial para promover a segurança alimentar, preservar o meio ambiente e melhorar a qualidade de vida. Essas tecnologias são adaptadas às condições locais e utilizam recursos de forma eficiente, garantindo que a produção agrícola seja sustentável a longo prazo (Assis, Piantoni e Azevedo, 2024). Para comunidades ribeirinhas que enfrentam períodos de seca ou possuem acesso limitado a fontes de água potável, sistemas de captura e armazenamento de água da chuva são vitais. Esses sistemas coletam a água da chuva dos telhados e a armazenam em cisternas, garantindo uma fonte de água para irrigação durante os períodos secos.

Figura n. 8: Transporte Sustentável



Fonte: <https://images.app.goo.gl/kEiRD39DZNfyUJy7A>

A implementação de transporte sustentável nas comunidades ribeirinhas deve ser uma proposta a ser inserida no currículo escolar, uma vez que, visa a promoção da

conscientização e a prática de princípios sustentáveis. Além disso, facilita o acesso da comunidade aos mais diversos lugares por onde ela transitar. A utilização desse tipo de transporte minimiza os impactos negativos no meio ambiente, promovendo ao mesmo tempo o desenvolvimento econômico e social (Guzman, Arellana & Alvarez, 2020).

Figura n. 9: Tecnologias de pesca sustentável



Fonte: <https://images.app.goo.gl/UHBp2hwL5Ht5T5Vg8>

Integrar tecnologias de pesca sustentável no currículo das escolas ribeirinhas é fundamental e pode promover uma compreensão profunda e prática da sustentabilidade, essencial para a preservação dos recursos naturais e a prosperidade das comunidades locais. Incluir ecologia aquática, conservação de peixes e sustentabilidade na disciplina de ciências os, destacando a importância da pesca sustentável para a saúde dos ecossistemas e das comunidades ribeirinhas coloca o aluno como protagonistas de sua comunidade, levando-o a detectar e apontar soluções que ora a sua comunidade enfrenta (Demo, 1998).

Nas comunidades ribeirinhas, essas tecnologias devem ser pensadas e desenvolvidas para atender às especificidades culturais, geográficas e socioeconômicas dessas regiões, conectando o conteúdo acadêmico às experiências e ao ambiente dos alunos. Sendo assim, capacitar os professores para trabalhar com as escolas localizadas em zona rural/ribeirinhas em tecnologias, ajuda a reduzir a exclusão digital, proporcionando acesso a ferramentas e recursos educativos que podem enriquecer o processo de aprendizagem.

A capacitação em tecnologias é fundamental para a motivação dos alunos. Segundo Pinheiro, Benvenuti e Favretto (2020, p. 9) “a motivação dos alunos é o principal aspecto citado pelos docentes, quando deixam transparecer nas respostas que o trabalho que integra as mídias digitais atrai a atenção dos alunos e gera sua motivação e participação”. É visível que o uso de mídias digitais nas aulas atrai a atenção dos estudantes.

Esse envolvimento não só torna as aulas mais interessantes, mas também estimula a participação ativa dos alunos.

Parcerias e colaborações com as comunidades no processo formativo

Em um contexto em que a formação acadêmica e técnica busca não apenas transmitir conhecimento, mas também preparar os indivíduos para enfrentar desafios reais e contribuir para a sociedade, o envolvimento ativo com as comunidades locais se destaca como uma estratégia fundamental.

A esse respeito, Silva; Gomes & Santana (2016, p.9):

A relação escola e comunidade é um fato social que deve ser tratado com mais seriedade pelos profissionais em educação e pelos pais, principalmente nos dias atuais em que a sociedade e a família vêm sofrendo muito com a falta de políticas públicas que promovam o bem estar de ambas. A escola é uma das instituições que tem um grande poder de transformação da sociedade, através da educação, a família tem suas crianças e jovens que são formados por ela. Desta forma a instituição de ensino e a comunidade devem buscar parcerias em prol de uma qualidade melhor na educação para seus filhos, como também infra-estrutura que garanta uma vida saudável e digna para todos.

Essas parcerias proporcionam uma rica oportunidade para que os aprendizes se conectem com a realidade prática, adquiram habilidades valiosas e promovam um aprendizado mais significativo e contextualizado. Além disso, ao colaborar com organizações comunitárias, empresas e instituições locais, os formadores e educadores podem criar um ambiente de aprendizado mais dinâmico e adaptado às necessidades reais do mercado e da sociedade.

A relação entre escola e comunidade é fundamental para a formação e o desenvolvimento das crianças e jovens, e merece uma abordagem mais profunda e séria por parte dos profissionais da educação e dos pais. Em um contexto em que políticas públicas frequentemente falham em atender adequadamente às necessidades da sociedade e das famílias, a

colaboração entre escolas e comunidades se torna ainda mais essencial. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998, p. 10):

[...] mostrar a importância da participação da comunidade na escola, de forma que o conhecimento apreendido gere maior compreensão, integração e inserção do mundo; a prática escolar comprometida com a interdependência escola-sociedade tem como objetivo situar as pessoas como participantes da sociedade – cidadãos - desde o primeiro dia de sua escolaridade.

A colaboração mútua entre instituições educacionais e comunidades fortalece o vínculo entre teoria e prática, favorecendo a troca de conhecimentos e experiências que beneficiam tanto os alunos quanto os parceiros comunitários. Assim, essas interações não só enriquecem o processo formativo, mas também fomentam o desenvolvimento de uma cidadania ativa e responsável, capacitando os indivíduos a contribuir de maneira mais eficaz e consciente para o progresso social e econômico.

Chraim (2009, p.148) expressa que:

Como é colocado pela LDB a escola tem a função de promover a cidadania e a formação para o trabalho. Portanto, a escola não pode assumir para si a função da família, pois ela se retira das suas obrigações sociais que é a formação e

qualificação do aluno para o mundo do trabalho ou para o universo da cidadania.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), especificamente em seu artigo 2º, estabelece que a educação tem como objetivos fundamentais "o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Essa diretriz delineia claramente o papel da escola e distingue suas funções das responsabilidades familiares. A escola nesse sentido, deve oferecer uma formação que permita aos alunos compreenderem e exercerem seus direitos e deveres dentro da sociedade. Isso inclui o ensino de valores democráticos, respeito à diversidade, compreensão das leis e políticas públicas, e habilidades para participar ativamente da vida comunitária e política.

A escola também deve preparar os alunos para o mundo do trabalho, fornecendo conhecimentos e habilidades que sejam relevantes para o mercado de trabalho. Isso pode incluir habilidades técnicas específicas, pensamento crítico, capacidade de resolução de problemas, e habilidades interpessoais que são valorizadas pelos empregadores.

Embora a escola tenha essas responsabilidades, ela não deve assumir as funções da família. A família tem um papel primordial na formação inicial e contínua dos filhos. Apesar da escola e a família terem funções distintas, elas devem trabalhar em colaboração para garantir o desenvolvimento integral dos alunos. A escola não pode substituir a família, assim como a família não pode assumir todas as funções educacionais da escola. Em vez disso, ambas as instituições devem

complementar suas ações para alcançar os objetivos educacionais e formativos propostos pela LDB.

Além da parceria entre escola e família, a colaboração com a comunidade é igualmente essencial no processo formativo. A comunidade desempenha papel relevante ao oferecer recursos adicionais (apoio comunitário e voluntariado), experiências práticas e oportunidades de aprendizado que vão além do que a escola pode proporcionar sozinha. Projetos comunitários, atividades extracurriculares e parcerias com empresas e organizações locais enriquecem o currículo e ajudam a conectar o aprendizado escolar com a realidade do mundo exterior.

A integração da comunidade no processo educativo fortalece o vínculo entre a teoria e a prática, proporcionando aos alunos uma visão mais ampla e prática de suas futuras carreiras e responsabilidades cidadãos. Quando a escola, a família e a comunidade trabalham juntas, elas criam um ambiente de aprendizado mais robusto e eficaz, preparando melhor os alunos para se tornarem cidadãos ativos e profissionais competentes. Portanto, a colaboração entre escola, família e comunidade os tornam potentes para o sucesso educacional e formativo dos alunos, cada uma contribuindo com sua expertise e recursos para apoiar o desenvolvimento pleno das crianças e jovens.

Avaliação contínua e aperfeiçoamento profissional

No dinâmico e desafiador campo da educação, a avaliação contínua e o aperfeiçoamento profissional são essenciais para garantir a eficácia do ensino e a qualidade da aprendizagem. No

contexto contemporâneo, o desenvolvimento profissional é uma característica predominante em diversos setores de trabalho. Esse aprimoramento pode ocorrer de maneira informal, através da interação com colegas mais experientes, experimentação prática, leitura de livros, trabalho colaborativo e a consulta a uma ampla gama de recursos e tutoriais disponíveis globalmente. Além disso, também pode acontecer de forma formal, conforme descrito por Libâneo (1994) que pode ser adquirida em diversos ambientes, como escolas técnicas, universidades, cursos livres e eventos especializados. Assim, a avaliação contínua é um processo sistemático que visa monitorar e melhorar o desempenho de professores e instituições, identificando áreas de sucesso e oportunidades para desenvolvimento. Esse processo não se limita a avaliações pontuais ou formais, mas é uma prática constante que permite ajustes e melhorias ao longo do tempo.

O aperfeiçoamento profissional, por sua vez, é o compromisso contínuo dos educadores em expandir suas habilidades, atualizar seus conhecimentos e adotar novas metodologias de ensino. Em um ambiente educacional em constante evolução, é fundamental que os profissionais da educação se mantenham atualizados com as melhores práticas e inovações pedagógicas para atender às necessidades emergentes dos alunos e às demandas do mercado de trabalho.

Integrar a avaliação contínua ao aperfeiçoamento profissional permite que os educadores não apenas respondam de forma proativa às mudanças e desafios, mas também promovam um ambiente de aprendizado mais eficaz e

adaptativo. Este ciclo de autoavaliação e desenvolvimento contínuo contribui para a criação de uma prática educativa mais robusta, refletiva e responsiva, assegurando que os alunos recebam uma educação de alta qualidade e relevante para seu desenvolvimento pessoal e acadêmico.

CAPÍTULO 3

O ENSINO MÉDIO MODULAR

O Sistema Modular foi criado em 1982 como um projeto de extensão dos cursos de Magistério (formação de professores para a educação infantil e séries iniciais) oferecidos pelo Instituto de Educação do Amapá (IETA) e do Curso Básico de 2º grau da Escola Estadual Dr. Alexandre Vaz Tavares. O objetivo era atender alunos de zonas rurais de cinco municípios (Amapá, Calçoene, Laranjal do Jarí, Mazagão, Oiapoque, e o Distrito de Porto Grande) que não tinham condições de continuar os estudos onde moravam e também não podiam se deslocar para a capital do estado. A iniciativa do governo justificava-se por resolver as principais dificuldades educacionais da época: a falta de recursos humanos e financeiros, superando assim os desafios para oferecer ensino regular nessas localidades. Esse esforço inicial alcançou as expectativas até 1986, com um acompanhamento administrativo-pedagógico adequado, mas, gradualmente, a qualidade do trabalho pedagógico diminuiu, resultando em uma queda na assistência aos professores e em um aumento significativo na taxa de evasão escolar, o que acabou prejudicando a credibilidade do Sistema Modular (Brasil, 2008).

Entre 1992 e 1994, o SOME (Sistema Modular de Ensino) interrompeu suas atividades, enquanto o curso de magistério funcionava de forma regular. No entanto, a secretaria de

educação não conseguiu desenvolver um trabalho eficiente devido à falta de profissionais qualificados para ministrar as disciplinas específicas do curso pedagógico. Diante desses problemas, após estudos e observações, a Secretaria de Educação decidiu, em um encontro realizado em 23 de setembro de 1993, reimplantar o ensino modular nos municípios afetados. Isso permitiu ao Estado cumprir suas obrigações legais e sociais, além de resolver as deficiências nas disciplinas e dar continuidade aos cursos interrompidos, garantindo a continuidade dos estudos dos alunos.

Em 1995, a Secretaria de Educação decidiu reimplantar e expandir o SOME, oferecendo cursos de Ensino Básico de 2º grau e de Formação de Professores para atuar na educação infantil e séries iniciais (Magistério) nos municípios de Oiapoque, Itaubal do Piririm, Amapá, Laranjal do Jarí, Vitória do Jarí, Ferreira Gomes, Tartarugalzinho e São Joaquim do Pacuí. Em 1997, o programa foi expandido para outros municípios.

Embora o SOME tenha sido reimplantado e expandido para as comunidades do ensino médio, a falta de profissionais qualificados para ministrar disciplinas específicas ainda era evidente. No entanto, essa carência era mitigada por professores habilitados em áreas afins. Esse desafio persiste até hoje, mas em menor proporção, com o Estado buscando resolver ou ajustar esses problemas por meio da reorganização do sistema educacional ou de concursos públicos.

A respeito do SOME, Carvalho (2021, pp. 91-92) “o SOME como uma política de educação pensada para o campo é de

fundamental importância, pois sem esse Sistema Modular de Ensino muitos alunos não conseguiriam alcançar a formação completa”. A importância desse sistema vai além da simples oferta de ensino; ele é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais, contribuindo para a redução das desigualdades regionais.

Estrutura e funcionamento do Ensino Médio Modular

O SOME é projetada para atender às especificidades dos alunos que vivem em áreas rurais e de difícil acesso, garantindo a continuidade dos estudos de nível médio. Segundo Costa, Oliveira et al., (2020), essas comunidades enfrentavam dificuldades educacionais significativas, sobretudo pela ausência de um ensino regular que atendesse às necessidades específicas das localidades. As grandes distâncias no estado, combinadas com os meios de transporte disponíveis, tornavam, e ainda tornam, inviável a presença constante de professores. Essa realidade encontra-se nos estudos de Sacramento (2018, p. 113):

Na história da educação brasileira as desigualdades educacionais entre cidade e campo sempre demonstraram inúmeras contradições no que diz respeito ao tratamento do ensino para os alunos do campo: ausência de escolas, professores sem qualificação para a docência, currículo com visão hegemônica de conhecimento, dentre outros. De acordo com o Documento Curricular do Estado do Pará –Etapa Ensino Médio:

Volume II (2021, p. 523):

[...]o funcionamento do SOME ocorre em sistema de rodízio de professores que passam por quatro localidades durante um ano letivo, em períodos chamados de módulos. Ao todo são quatro módulos por ano, com duração de no mínimo 50 dias para atender os 200 dias letivos exigidos pela LDB 9.394/96. As disciplinas são ofertadas em blocos de acordo com as áreas de conhecimento. Todos os professores são lotados com carga horária de 200 h/m, exigidas no mínimo 24h em regência de classe e 16h em projetos quando necessário. Caso haja pendências de oferta de disciplinas ocorre a reposição paralela das mesmas, como previsto na Lei 7.806/2014).

Portanto esse modelo educacional foi criado para suprir a demanda educacional dessas regiões, oferecendo uma alternativa flexível e adaptada às condições locais (Brasil, 2002).

O Ensino Médio é organizado em módulos, cada um com uma duração específica que permite aos alunos avançar de forma mais autônoma e no seu próprio ritmo. Cada módulo cobre um conjunto de disciplinas, e ao final de cada um, há uma avaliação para determinar a progressão do aluno (Brasil, 2002).

As disciplinas são agrupadas em blocos temáticos, o que facilita o aprendizado integrado e interdisciplinar. Esse formato permite uma melhor articulação dos conteúdos e um enfoque mais aplicado às realidades locais.

Os professores são designados para atuar em diferentes escolas a cada módulo, com base em sorteios realizados na capital, Macapá. Essa rotatividade garante que diferentes professores compartilhem suas experiências e conhecimentos em diversas comunidades, enriquecendo o processo educativo.

O Documento Curricular do Estado do Pará –Etapa Ensino Médio: Volume II (2021, p. 523) descreve como ocorre o funcionamento desse Sistema:

[...]o funcionamento do SOME ocorre em sistema de rodízio de professores que passam por quatro localidades durante um ano letivo, em períodos chamados de módulos. Ao todo são quatro módulos por ano, com duração de no mínimo 50 dias para atender os 200 dias letivos exigidos pela LDB 9.394/96. As disciplinas são ofertadas em blocos de acordo com as áreas de conhecimento. Todos os professores são lotados com carga horária de 200 h/m, exigidas no mínimo 24h em regência de classe e 16h em projetos quando necessário. Caso haja pendências de oferta de disciplinas ocorre a reposição paralela das mesmas, como previsto na Lei 7.806/2014” (Pará, 2021, p. 523).

As aulas podem ser ministradas tanto em escolas comunitárias, localizadas dentro das próprias comunidades, quanto em escolas polo que atendem a estudantes de várias comunidades adjacentes. As escolas polo são equipadas para receber estudantes de áreas mais isoladas, proporcionando um

espaço de ensino adequado e recursos necessários para um ensino de qualidade (Brasil, 2002).

Cada módulo tem uma duração de 50 dias letivos, seguidos por um período de recuperação de três dias, quando necessário. Esse formato permite que os alunos tenham a flexibilidade necessária para cumprir as exigências curriculares, mesmo com as dificuldades impostas pela distância e pelo acesso às escolas (Brasil, 2002).

O acesso às escolas é garantido por meio de transportes específicos, como pequenas embarcações motorizadas (catraias) nas áreas ribeirinhas e automóveis nas áreas de terra firme. Em alguns casos, os estudantes precisam utilizar ambos os meios de transporte para chegar às escolas, especialmente nas comunidades mais isoladas.

O conteúdo pedagógico e a metodologia de ensino são adaptados para refletir as realidades culturais, sociais e econômicas das comunidades atendidas o que inclui a incorporação de elementos da cultura local, práticas sustentáveis e conhecimentos tradicionais, garantindo que a educação oferecida seja relevante e significativa para os alunos.

A progressão dos alunos é baseada em avaliações realizadas ao final de cada módulo. Os estudantes que não alcançam os resultados esperados têm a oportunidade de participar de atividades de recuperação, garantindo assim que todos tenham as condições de avançar em seus estudos.

Flexibilidade curricular e autonomia do aluno

A flexibilidade no currículo é um pilar fundamental do sistema modular de ensino, especialmente em contextos como o Ensino Médio Modular. Essa flexibilização promove uma abordagem adaptativa que atende às diversas necessidades e realidades dos estudantes, ajustando-se às particularidades de cada aluno e das comunidades em que estão inseridos. Essa estrutura facilita a integração de conteúdos que refletem a cultura, a economia e o meio ambiente das regiões atendidas, tornando a educação mais significativa para os alunos.

De acordo com o Art. 4º da Lei n.º 7.806/2014, o Ensino Modular transcende a simples tarefa de ensino-aprendizagem nas comunidades ribeirinhas, uma vez que o objetivo do programa é mais amplo e deve:

I —assegurar o direito a uma escola pública gratuita e de qualidade;

II —levar em consideração a diversidade territorial, reconhecendo os diversos povos do campo, das águas, das florestas e das aldeias, a fim da compreensão da dinâmica sócio espacial da Amazônia;

III —valorizar atividades curriculares e pedagógicas voltadas para o desenvolvimento sustentável, baseando-se na economia solidária e na inclusão dos povos que vivem no campo;

IV —garantir a manutenção dos laços de convívio familiar e comunitários dos jovens e adultos que, por necessidade de acesso e/ou continuidade dos estudos, teriam que se afastar dos costumes e valores de suas comunidades;

V —possibilitar aos alunos a conclusão de seus estudos no ensino fundamental e médio;

VI —garantir um ensino de qualidade, levando desenvolvimento e justiça social a todas as regiões do Estado (Pará, 2014).

Além disso, a flexibilidade curricular possibilita a inclusão de atividades extracurriculares e projetos interdisciplinares que complementam o aprendizado tradicional, o que enriquece o currículo, promovendo o desenvolvimento de competências essenciais como pensamento crítico, criatividade e habilidades socioemocionais. A modularidade também facilita a atualização constante do conteúdo pedagógico, garantindo que o ensino esteja sempre alinhado com as necessidades contemporâneas e as inovações educacionais. Nesse contexto, a autonomia do aluno é estimulada ao proporcionar maior controle sobre seu próprio processo de aprendizagem.

Com a possibilidade de avançar em módulos conforme seu ritmo e desempenho, os estudantes desenvolvem a capacidade de autogerenciamento e responsabilidade pelo próprio aprendizado. Essa autonomia incentiva a motivação intrínseca, pois os alunos se sentem mais engajados e comprometidos com seu progresso acadêmico.

No sistema modular, os alunos têm a oportunidade de escolher determinados aspectos de seu currículo, como áreas de interesse ou projetos específicos, o que promove uma aprendizagem mais personalizada e significativa. Essa liberdade para explorar temas de interesse pessoal também facilita a identificação de vocações e aptidões, auxiliando na

orientação profissional e no desenvolvimento de carreiras futuras. A respeito do currículo no Sistema Modular, Pereira (2020, p. 176) aconselha que:

[...] as necessidades de religar os saberes formais e vividos, sobretudo no âmbito do currículo das disciplinas escolares, para além de perspectivas que disseminem os saberes formais como elementos de maior legitimidade em relação aos saberes da cultura vivida. Até mesmo porque esses saberes o tempo todo têm extravasado nos espaços escolares, mostrando que não são passivos às tentativas de imposição meramente prescritivas dos currículos formais, e que estão suscetíveis a contribuir com outros formatos que possam endossar uma região de confluência entre ambas as demandas.

A combinação da flexibilidade curricular com a autonomia do aluno cria um ambiente educacional dinâmico e responsivo, capaz de atender às diversidades e promover a inclusão. No contexto do Estado do Amapá, onde as comunidades rurais enfrentam desafios como a distância e o acesso limitado às escolas, o sistema modular oferece soluções práticas que garantem a continuidade dos estudos e a equidade educacional, favorecendo a construção de uma educação mais democrática, onde os alunos são protagonistas de sua própria aprendizagem. A autonomia incentivada pelo Sistema Modular contribui para o desenvolvimento de cidadãos mais críticos, capazes de tomar

decisões informadas e de se adaptarem a diferentes contextos sociais e profissionais.

Desafios e Oportunidades para Professores no Ensino Médio Modular

O Ensino Médio Modular, especialmente em contextos como o do Estado do Amapá, oferece uma alternativa educacional que busca atender às necessidades de alunos em áreas remotas e de difícil acesso. Para Silva; Barros & Oliveira (2015, pp.195-196):

O Sistema de Organização Modular de Ensino é implantado em polos estratégicos justamente para possibilitar que os moradores do campo de diferentes localidades tenham oportunidade de acesso ao ensino de nível básico. [...] o alunado que deve se deslocar para a comunidade a qual não é a sua de origem enfrenta diversos problemas interligados com os desafios que precisam enfrentar no cotidiano para poder realmente estudar, como: acordar cedo e as características dos nossos rios, furos e igarapés, muitas vezes desfavoráveis para o transporte escolar chegar até sua residência para buscá-lo.

Todavia, enquanto esse modelo proporciona uma oportunidade vital para a continuidade dos estudos, ele também impõe uma série de desafios e oportunidades únicas para os professores que atuam nesse sistema.

As dificuldades logísticas não apenas afetam o tempo de deslocamento dos professores, mas também influenciam sua capacidade de manter uma presença constante e pontual nas escolas. Em áreas ribeirinhas, por exemplo, os professores dependem das condições climáticas e das marés para se deslocar, o que pode interromper a continuidade das aulas, representando um desafio adicional para os professores, que precisam ser criativos na utilização dos materiais disponíveis e adaptar suas práticas pedagógicas para garantir que os alunos recebam uma educação de qualidade, mesmo com recursos escassos. Além dessas dificuldades, Sacramento (2018, pp. 161-162) ainda acrescenta outras:

Infraestrutura (escolas) adequada para a execução das atividades relacionadas às práticas pedagógicas de ensino para os jovens do campo, ausência de recursos didático pedagógicos e tecnológicos, de acessibilidade para a juventude, falta de acompanhamento técnico e assistência pedagógica para os professores, entre outras na operacionalização das práticas de ensino dificultam, em parte, o acesso à educação e a construção dos conhecimentos

A necessidade de se adaptar a diferentes contextos e desafios educacionais fortalece a capacidade de resolução de problemas, flexibilidade, e criatividade dos docentes. Essa experiência diversificada enriquece o currículo dos professores e os prepara para enfrentar uma variedade de situações

educacionais no futuro. Mas, apesar da boa vontade do professor, o SOME,

[...] sofre com os descasos por parte do governo que trata a educação com políticas mínimas, pois o Estado reduz os seus gastos públicos com a educação, não possibilitando em dá uma assistência no que diz respeito a estrutura física e suporte didático, técnico e pedagógico como requisitos básicos de formação do aprendizado para os jovens em consonância com as determinações legais vigentes. (Sacramento, 2018, p. 161).

Apesar desses empecilhos, para muitos estudantes em áreas remotas, o acesso ao ensino médio seria impossível sem o sistema modular.

A necessidade de superar as limitações materiais e adaptar-se a diferentes contextos educacionais é fator determinante para um ensino qualitativo. Nas palavras de Sacramento (2018, pp. 116-117)

O Ensino Médio Modular padece de uma aguda crise no que diz respeito a falta de investimento em infraestrutura acompanhada de uma ausência enorme do poder político do Estado, que apenas mantém os pagamentos de salários para os professores e acha que “está tudo resolvido” na educação do ensino médio, o que na verdade esconde ou escamoteia as realidades, para não

mostrar as decadências em que vivemos no ensino médio público no Pará.

Esse cenário esconde ou mascara as verdadeiras condições do ensino médio público no Pará, que está em declínio. Ao não enfrentar esses problemas de forma transparente e efetiva, o governo falha em proporcionar uma educação de qualidade, perpetuando as dificuldades enfrentadas pelos alunos e professores. Essa situação revela uma realidade preocupante, onde as deficiências estruturais são ignoradas, resultando em um sistema educacional que não cumpre seu papel de forma plena.

Avaliação e monitoramento do desempenho em um ambiente modular

A avaliação em um ambiente modular deve ser contínua, abrangente e formativa. Diferente do ensino tradicional, onde as avaliações são frequentemente realizadas em momentos específicos, o sistema modular demanda uma avaliação constante ao longo de cada módulo. Isso significa que o desempenho dos alunos é monitorado durante todo o processo de ensino-aprendizagem, permitindo ajustes imediatos e intervenções quando necessário.

A natureza contínua da avaliação no sistema modular possibilita que os professores identifiquem rapidamente as dificuldades enfrentadas pelos alunos e adaptem suas estratégias de ensino. Essa avaliação pode incluir uma combinação de testes escritos, atividades práticas, trabalhos em grupo e observações diretas. A flexibilidade do sistema

modular permite que essas avaliações sejam adaptadas ao ritmo de cada aluno.

A ênfase na avaliação formativa é fundamental no ambiente modular em um contexto emancipador, que tem como potencial de incentivar reflexões profundas que contribuem para a formação integral dos indivíduos. Esse tipo de avaliação prioriza menos a medição dos resultados e mais a retroalimentação dos processos de aprendizagem (Hadji, 2001). Em vez de focar apenas nos resultados finais, a avaliação formativa se concentra no processo de aprendizado, ajudando os alunos a entender seus próprios progressos e áreas que precisam de desenvolvimento.

A avaliação formativa é igualmente recomendada por diretrizes legais em diversos estados do Brasil e, de forma indireta, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei 9.394/1996, p.7) sugerindo que a sua implementação seja “contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”. Isso é especialmente importante em um contexto modular, onde os alunos podem ter ritmos de aprendizagem diferentes.

A avaliação formativa ajuda a manter os alunos motivados e engajados, fornecendo feedback contínuo e construtivo.

No ambiente modular, é essencial diversificar os instrumentos de avaliação para capturar uma imagem completa do desempenho do aluno. Para Freire (1987, p. 84) “educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas

transformam o mundo”. A educação, portanto, é vista como um agente de transformação indireta, pois seu verdadeiro poder reside na capacidade de moldar mentes, desenvolver habilidades e inspirar ações.

Quando consideramos essa perspectiva dentro do contexto do Sistema Modular de Ensino, especialmente em áreas rurais e remotas, a frase ganha uma dimensão ainda mais significativa. O Sistema Modular é uma iniciativa educacional que precisa ser monitorada.

O monitoramento contínuo do desempenho dos alunos é fundamental para garantir que todos estejam progredindo adequadamente no ambiente modular. De acordo com Vaitsman & Paes-Sousa (2006, p. 21):

Monitoramento consiste no acompanhamento contínuo, cotidiano, por parte de gestores e gerentes, do desenvolvimento dos programas e políticas em relação a seus objetivos e metas. É uma função inerente à gestão dos programas, devendo ser capaz de prover informações sobre o programa para seus gestores, permitindo a adoção de medidas corretivas para melhorar sua operacionalização. É realizado por meio de indicadores, produzidos regularmente com base em diferentes fontes de dados, que dão aos gestores informações sobre o desempenho de programas, permitindo medir se objetivos e metas estão sendo alcançados.

Esse monitoramento envolve não apenas a coleta de dados sobre as avaliações, mas também a análise desses dados para orientar decisões pedagógicas.

CAPÍTULO 4

FATORES SOCIECONÔMICOS COMO CATALISADORES DA EVASÃO ESCOLAR

A evasão escolar é um problema complexo que afeta muitos países, e suas causas estão frequentemente enraizadas em uma série de fatores socioeconômicos. Estes fatores desempenham um papel importante na decisão dos alunos de abandonar a escola, especialmente em regiões de maior vulnerabilidade social. Bezerra et al. (2020) identificam que a evasão escolar também está relacionada ao número de alunos por turma. Segundo os autores, turmas maiores tendem a ter um desempenho escolar inferior. Eles sugerem que a redução do tamanho das turmas pode contribuir para a melhoria do desempenho dos alunos. Já Pereira (2003) argumenta que a evasão escolar está intimamente ligada à discussão sobre a qualidade do ensino, pois, em muitos casos, a falta de qualidade leva à perda definitiva do aluno no sistema educacional. No entendimento de Trindade e Oliveira (2019) uma das causas da evasão escolar é a falta de incentivo por parte da família, o que está frequentemente associado a fatores socioeconômicos. Famílias em situação de extrema pobreza muitas vezes não conseguem manter seus filhos na escola. Em muitas famílias de baixa renda, as crianças e adolescentes são obrigados a deixar a escola para contribuir financeiramente para o sustento familiar. Isso pode significar trabalhar em empregos formais, informais,

ou até mesmo em atividades agrícolas nas áreas rurais. Quando a sobrevivência imediata se torna a prioridade, a educação é vista como um luxo, e a permanência na escola é sacrificada.

Na tentativa de explicar as causas da evasão escolar, alguns estudos indicam que fatores relacionados aos alunos, como sua motivação, capacidade ou predisposição genética, podem influenciar essa decisão. Outras abordagens destacam a importância dos fatores sociais e culturais. Perspectivas alternativas consideram uma combinação de fatores individuais, sociais e econômicos, atribuindo maior responsabilidade ao próprio sistema educacional, ao funcionamento das escolas e ao estilo de ensino dos professores. Pode-se afirmar que o fracasso escolar resulta da interação de três tipos de determinantes: psicológicos, que envolvem fatores cognitivos e psicoemocionais dos alunos (Brasil, 1996).

Em comunidades desfavorecidas, o acesso a recursos educacionais adequados é muitas vezes limitado. Escolas com infraestrutura precária, falta de materiais didáticos, e ausência de apoio pedagógico tornam o ambiente de aprendizagem pouco estimulante. Essa realidade pode desmotivar os alunos e aumentar as chances de evasão, pois eles não veem o valor em continuar frequentando uma escola que não oferece as condições necessárias para um aprendizado de qualidade.

Em áreas rurais ou periféricas, a falta de transporte escolar adequado é outro fator significativo que contribui para a evasão. Quando a distância entre a casa do aluno e a escola é grande e os meios de transporte são inexistentes ou insuficientes, a frequência escolar se torna um desafio. Muitas

vezes, os alunos desistem da escola simplesmente porque a jornada até a instituição é longa, difícil e exaustiva. Para Brandão (1983, pp. 38-69) “o fenômeno da evasão e repetência longe está de ser fruto de características individuais dos alunos e suas famílias. Ao contrário, refletem a forma como a escola recebe e exerce ação sobre os membros destes diferentes segmentos da sociedade”. Em ambientes onde há grandes disparidades de renda e status social, alunos de famílias menos favorecidas podem se sentir marginalizados ou excluídos. A falta de integração social e a sensação de não pertencer ao ambiente escolar podem levar à desmotivação e, eventualmente, ao abandono dos estudos.

Em algumas culturas e comunidades, as expectativas sociais e culturais podem pressionar os jovens a deixar a escola. Por exemplo, em certos contextos, meninas podem ser incentivadas a abandonar a escola para casar ou cuidar de responsabilidades domésticas. Da mesma forma, em comunidades onde o trabalho manual é valorizado em detrimento da educação formal, os jovens podem ser levados a deixar a escola cedo para seguir tradições familiares ou comunitárias.

A fome e a desnutrição, frequentemente associadas à pobreza, têm um impacto direto na capacidade dos alunos de aprender e permanecer na escola. Crianças e adolescentes que não têm acesso a uma alimentação adequada podem sofrer de problemas de saúde que afetam sua concentração, energia e disposição para aprender. Sendo assim, conforme pontua Freire (1987, p. 34).

Os oprimidos, que introjetam a ‘sombra’ dos opressores e seguem suas pautas, temem a liberdade, na busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Não é também a liberdade um ponto ideal, fora dos homens, ao qual inclusive eles se alienam. Não é ideia que se faça mito. É condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inconclusos medida em que está implicando a expulsão desta sombra, exigiria deles que ‘preenchessem’ o ‘vazio’ deixado pela expulsão com outro ‘conteúdo’ – o de sua autonomia. O de sua responsabilidade, sem o que não seriam livres. A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação exige uma permanência.

O autor aborda a complexidade da liberdade e da opressão, especialmente no contexto das relações de poder e dominação. Freire sugere que os oprimidos, muitas vezes, interiorizam as normas e expectativas dos opressores, o que leva a um medo da verdadeira liberdade. Esse medo surge porque a liberdade não é algo dado ou garantido, mas sim algo que deve ser conquistado através de uma luta consciente e contínua. No contexto da evasão escolar, essa dinâmica de opressão pode ser vista quando alunos de comunidades marginalizadas abandonam a escola, muitas vezes influenciados por um sistema educacional que não atende às suas realidades e

necessidades. A evasão escolar, nesse sentido, pode ser interpretada como uma manifestação do medo da liberdade, onde os estudantes, internalizando a opressão estrutural, veem a educação como algo distante ou inacessível. Para esses alunos, permanecer na escola e lutar por uma educação que realmente os liberte exige superar as barreiras impostas por um sistema que frequentemente reforça a desigualdade.

Dificuldades educacionais e desinteresse dos alunos

O desinteresse dos alunos e as dificuldades educacionais são questões interligadas que afetam profundamente o sistema de ensino, impactando a qualidade da educação e o sucesso acadêmico. Nakamura et al. (2005) observam que muitos alunos demonstram apatia em relação às aulas e até mesmo aos professores. Parece que, embora estejam fisicamente presentes na escola, sua atenção e interesse estão ausentes. Essa falta de engajamento resulta em uma motivação insuficiente, essencial para a eficácia do processo de ensino e aprendizagem, especialmente para a assimilação dos conteúdos abordados.

No cenário Freire (1985) destacou que é papel do professor incentivar os alunos a fazer perguntas para estimular sua curiosidade e interesse pelo conhecimento. Para ele, isso envolve motivar o estudante a se tornar mais curioso e ativo durante as aulas. Nesse processo, o professor deve mostrar ao aluno que ele é o responsável por sua própria aprendizagem, enquanto o docente atua como mediador do conhecimento, em vez de simplesmente impondo.

A desconexão entre o currículo escolar e as experiências práticas ou interesses dos alunos pode levar a um sentimento de inutilidade das matérias. Fatores como a falta de reconhecimento, metas acadêmicas pouco claras e a ausência de incentivos positivos podem contribuir para a desmotivação.

Além disso, experiências anteriores negativas ou fracassos podem afetar a autoestima e o engajamento dos alunos. Pressões externas, como a necessidade de contribuir para o sustento da família ou problemas pessoais e familiares, podem também afetar o desempenho e o interesse dos alunos. Esses fatores externos podem criar barreiras adicionais para o sucesso acadêmico e a permanência na escola.

Nakamura et al. (2005, p. 33) nos faz refletir sobre a seguinte problemática, ao citar que, “acontece que há um descompasso entre a inteligência dos alunos e a falta de sensibilidade de uma parcela dos educadores. Por que insistir em querer tirar do aluno aquilo que ele não pode dar ou que não está disposto a oferecer, por falta de motivação ou vocação?” Os alunos possuem diferentes níveis e tipos de inteligência, o que significa que têm variadas habilidades e potenciais de aprendizagem. Cada aluno tem seu próprio ritmo e estilo de aprendizado, e sua inteligência pode se manifestar de diversas maneiras, nem sempre refletidas nos métodos tradicionais de avaliação.

A falta de sensibilidade por parte dos professores pode se manifestar na falta de adaptação dos métodos de ensino às necessidades específicas dos alunos, na insistência em abordagens pedagógicas que não consideram o contexto

individual dos estudantes, ou na ausência de estratégias para engajar e motivar os alunos.

Intervenções educacionais para combater o abandono escolar

O abandono escolar é um desafio enfrentado por sistemas educacionais em todo o mundo, impactando não apenas o futuro dos alunos, mas também a sociedade como um todo e tem se tornado um fenômeno complexo, dinâmico e acumulativo que envolve a retirada gradual do aluno do ambiente escolar. O fracasso acadêmico exige uma compreensão abrangente e contextualizada, considerando tanto abordagens qualitativas quanto quantitativas (Silva Filho & Araújo, 2017).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira -INEP (2008), descreve o termo “abandono” como a situação em que o aluno se desliga da escola, mas retorna no ano seguinte, enquanto a “evasão” refere-se ao aluno que sai da escola e não retorna mais. O abandono escolar é um fenômeno que pode ser temporário e, muitas vezes, está associado a fatores transitórios, como problemas de saúde ou dificuldades familiares. Nesse caso, as intervenções podem focar em garantir a reintegração do aluno, oferecendo suporte para resolver as questões que levaram ao afastamento temporário e promovendo uma reintegração suave ao ambiente escolar.

Por outro lado, a evasão representa um problema mais grave e duradouro, pois indica a saída definitiva do aluno do sistema educacional. A evasão escolar geralmente está ligada a

fatores mais profundos e persistentes, como dificuldades econômicas, falta de motivação, problemas acadêmicos ou questões familiares complexas. Dessa forma, combater o abandono escolar, é importante a criação e implementação de intervenções eficazes para garantir que todos os estudantes tenham a oportunidade de concluir seus estudos e alcançar seu potencial máximo.

Batista, Souza e Oliveira (2009) afirmam que a questão do abandono escolar tem sido amplamente discutida por especialistas ao longo dos anos e é vista como um problema crescente. Diversos fatores contribuem para a persistência e o aumento dessa situação. Estudantes que se sentem desconectados da escola ou desinteressados no aprendizado são mais propensos a abandonar os estudos. Programas que envolvem os alunos em atividades extracurriculares, como clubes, esportes e projetos comunitários, podem aumentar o engajamento escolar e promover uma maior sensação de pertencimento. Além disso, a incorporação de métodos pedagógicos que se alinhem com os interesses e necessidades dos alunos pode tornar o aprendizado mais relevante e estimulante (Nakamura et al. 2005).

Problemas emocionais e psicológicos frequentemente contribuem para a evasão escolar. É fundamental oferecer suporte psicossocial aos alunos, como aconselhamento psicológico, serviços de saúde mental e grupos de apoio. Criar um ambiente escolar que promova o bem-estar emocional e forneça suporte adequado pode ajudar a prevenir o abandono escolar (Freire, 1996).

A participação dos pais e da comunidade é também muito importante para o sucesso educacional dos alunos. Programas que envolvem pais e responsáveis no processo educacional, oferecendo workshops, reuniões e estratégias de apoio em casa, podem melhorar o desempenho escolar e reduzir a evasão. Além disso, a colaboração com organizações comunitárias pode proporcionar recursos adicionais e apoio para os alunos e suas famílias.

Ambientes escolares inadequados podem contribuir para o abandono escolar. Investir na infraestrutura das escolas, garantir que as instalações sejam seguras e confortáveis, e fornecer materiais e recursos adequados são essenciais para criar um ambiente de aprendizagem positivo. A promoção de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor pode ajudar a reter alunos e promover o sucesso acadêmico (Nakamura et al.,2005).

Intervenções em nível governamental, como a implementação de políticas de assistência financeira, programas de alimentação escolar e iniciativas de apoio à educação, podem desempenhar um papel importante na redução do abandono escolar. Políticas que abordem as desigualdades e ofereçam suporte adicional para alunos de baixa renda ou em situações vulneráveis são cruciais para garantir que todos os estudantes tenham acesso à educação de qualidade.

Monitoramento e identificação precoce de sinais de evasão

O monitoramento e a identificação precoce de sinais de evasão escolar são fundamentais para implementar estratégias

eficazes de retenção de alunos no ambiente escolar. Identificar sinais precoces de evasão é fundamental para permitir intervenções oportunas e direcionadas (Sampaio, 2018). Esses sinais podem incluir alterações no comportamento acadêmico, como a diminuição nas notas, a frequência irregular, o desinteresse pelas atividades escolares e a falta de participação em sala de aula. Certamente, tudo isso, tem prejudicado a permanência dos alunos no ambiente escolar.

Identificar os sinais de evasão escolar com antecedência permite que as instituições educacionais intervenham de maneira proativa. A detecção precoce pode prevenir o abandono escolar e proporcionar o suporte necessário para que os alunos superem desafios e permaneçam na escola. Entre os sinais de alerta, estão mudanças no desempenho acadêmico, como quedas significativas nas notas, frequências irregulares, desinteresse nas atividades escolares e dificuldades comportamentais (Lüscher & Dore, 2011).

Acompanhamento regular das notas e do desempenho dos alunos pode ajudar a identificar aqueles que estão enfrentando dificuldades. Relatórios de desempenho e histórico de notas são ferramentas úteis para detectar padrões que indicam risco de evasão.

Monitorar a frequência escolar é importante pois ausências frequentes podem ser um indicativo de problemas subjacentes. Sistemas de registro e análise de presença ajudam a identificar alunos com taxas de frequência preocupantes.

O comportamento dos alunos em sala de aula e em atividades extracurriculares também pode fornecer pistas sobre

seu nível de engajamento e satisfação escolar. Mudanças bruscas no comportamento, como desinteresse ou irritabilidade, podem sinalizar, pois o abandono escolar resulta em um nível educacional reduzido e, consequentemente, em uma desqualificação dos alunos. Isso limita seu acesso a empregos mais qualificados e melhor remunerados, criando um "ciclo vicioso de causa e efeito" (Glavam & Cruz, 2013, p. 4).

A comunicação constante entre a escola, os professores e os pais são essenciais (Freire, 1996) é um fator importante como uma forma de impedir o abandono. Segundo Reinhardt (2015, p. 36) “a comunicação constitui um processo social onde os participantes interagem trocando informações e influenciando-se mutuamente. Deste modo, no estudo da comunicação na sala de aula é relevante atender quer às funções de interação quer à negociação de significados”. O Feedback de professores sobre o comportamento e o desempenho dos alunos, assim como a percepção dos pais sobre a experiência escolar de seus filhos, pode ajudar a identificar sinais de alerta.

CAPÍTULO 5

MARCO METODOLÓGICO DE UMA PESQUISA

Este tópico tem o objetivo de expor o percurso seguido na condução da pesquisa, bem como os conceitos relacionados a ela. Serão descritos de forma detalhada o tipo, o modelo e o foco da investigação, além das técnicas e dos procedimentos metodológicos adequados para a realização deste estudo.

A pesquisa, enquanto prática científica, segue processos sistematizados em busca de conhecimento, visando oferecer soluções para questões específicas de um problema. Como explica Gil (2008) O objetivo fundamental da pesquisa é encontrar respostas para problemas por meio do uso de procedimentos científicos. Para alcançar esse objetivo, é essencial que o pesquisador tenha familiaridade com os diferentes tipos de pesquisa, para então escolher os instrumentos e métodos mais adequados, garantindo resultados que atendam ao problema e aos objetivos do estudo.

O planejamento das etapas para o desenvolvimento da pesquisa e, conseqüentemente, para alcançar os objetivos estabelecidos, é o que define sua metodologia. Segundo Kauark, Manhães e Medeiros (2010), a metodologia é a descrição minuciosa, detalhada, rigorosa e precisa de todas as ações realizadas ao longo do processo de pesquisa". Ao planejar e executar uma pesquisa científica, é essencial que ela esteja fundamentada em princípios sistematizados, apoiada em

métodos e técnicas adequados. Nas palavras de Prodanov e Freitas (2013), o método é definido como o caminho, a forma, o modo de pensamento. É a maneira de abordar os fenômenos em um nível de abstração. Em outras palavras, o método é o percurso sistemático utilizado para alcançar um objetivo específico, enquanto a metodologia refere-se aos procedimentos adotados para que esse objetivo seja concretizado. Métodos e metodologias são processos interligados que visam obter resultados mais eficazes. O método está relacionado ao trajeto que deve ser seguido para atingir um determinado fim, enquanto a metodologia envolve as técnicas e procedimentos aplicados na pesquisa para alcançar o resultado almejado.

Esses métodos e técnicas estabelecem direções predeterminadas que, quando combinados com o conhecimento racional, permitem atingir os resultados desejados da pesquisa.

Nesse contexto, a presente tese intitulada: “Evasão escolar: as principais dificuldades de permanência dos estudantes na Escola Ribeirinha Filadélfia do Igarapé Grande no Município de Macapá no Estado do Amapá, Brasil”, vêm retratar os desafios enfrentados pelos estudantes da Escola Ribeirinha no que diz respeito à evasão escolar. A pesquisa busca compreender as principais dificuldades que impactam a permanência dos alunos nesse ambiente educacional, levando em consideração fatores socioeconômicos, culturais, geográficos e institucionais. Além disso, procura identificar as estratégias já adotadas pela escola para combater o problema, bem como propor soluções

que possam contribuir para a redução da evasão e promover a inclusão e sucesso escolar dos estudantes.

A investigação se desenvolve a partir de uma análise crítica e reflexiva das condições que influenciam diretamente a evasão escolar, destacando aspectos como a infraestrutura da escola, a qualificação dos professores, o acesso a recursos didáticos, além do envolvimento da comunidade e das famílias no processo educativo. A pesquisa também explora o impacto das políticas públicas na região e como essas ações, ou a falta delas, contribuem para a manutenção das altas taxas de abandono escolar.

Justificativa da pesquisa

Acreditamos que precisamos avançar no desenvolvimento de pesquisas científicas para poder conhecer os problemas educacionais enfrentados pelas escolas ribeirinhas e assim podermos apresentar propostas para possíveis mudanças.

A pesquisa sobre “Evasão escolar: as principais dificuldades de permanência dos estudantes na Escola Ribeirinha” é relevante não apenas no contexto local, mas também para o cenário educacional mais amplo, pois busca entender os desafios enfrentados por estudantes que, além de viverem em situação de vulnerabilidade socioeconômica, têm o acesso à educação comprometido por fatores geográficos e estruturais.

No aspecto social, a evasão escolar é um reflexo das desigualdades que afetam o país. De acordo com Arroyo (2013), as condições precárias de vida, a distância das escolas e a falta

de recursos materiais e apoio familiar são alguns dos fatores que contribuem para a saída precoce dos alunos do ambiente escolar. Entender essas dificuldades é fundamental para criar políticas públicas e estratégias que promovam a inclusão e a permanência dos estudantes, especialmente em áreas vulneráveis como as ribeirinhas.

Do ponto de vista pedagógico, Freire (1996) destaca que a escola deve ser um espaço que não apenas transmita conhecimento, mas que também valorize a realidade social dos estudantes. Em comunidades ribeirinhas, onde os desafios diários incluem longas jornadas até a escola e a necessidade de conciliar estudo com o trabalho familiar, o papel dos educadores torna-se ainda mais importante. É fundamental que as práticas pedagógicas sejam adaptadas para atender a essas realidades e motivar os alunos a permanecerem na escola, como enfatiza Gadotti (2009) ao discutir a importância de uma educação contextualizada. Nesse caso, é imperativo que as escolas nessas áreas adotem uma abordagem educativa contextualizada. Freire (1996) argumenta que a educação precisa se alinhar à realidade dos alunos, levando em consideração sua cultura, desafios cotidianos e experiências de vida. Em comunidades ribeirinhas, essa abordagem é ainda mais crítica. Gadotti (2009) reforça que as práticas pedagógicas devem ser pensadas para engajar os alunos, não apenas em termos acadêmicos, mas também para valorizar suas habilidades e conhecimentos locais, como os relacionados à pesca, agricultura e à relação com o meio ambiente.

A contextualização do ensino pode ser uma ferramenta poderosa para fortalecer o vínculo dos estudantes com a escola. Quando o conteúdo educacional está ligado à realidade vivida, há uma maior identificação dos alunos com o aprendizado, tornando a escola um espaço de transformação pessoal e comunitária. Segundo Mendes (2018), adaptar o currículo e as metodologias de ensino para refletir a cultura e o cotidiano das comunidades ribeirinhas pode ser uma estratégia eficaz para combater a evasão escolar, pois promove o protagonismo dos estudantes em seu processo de aprendizagem e os estimula a permanecer na escola.

No campo científico, a investigação sobre evasão escolar em áreas ribeirinhas contribui para o entendimento das causas e consequências desse fenômeno em uma região ainda pouco estudada. Estudos como o de Soares (2017) mostram que as particularidades dessas comunidades exigem soluções específicas, e a pesquisa se justifica por ampliar o conhecimento sobre o tema e contribuir para o desenvolvimento de ações eficazes para combater a evasão.

Ao explorar as particularidades dessas áreas, a pesquisa pode ampliar o conhecimento sobre as intersecções entre geografia, cultura e educação, fornecendo uma base empírica para a formulação de teorias mais amplas sobre a exclusão escolar. De acordo com Ramos (2021), há uma lacuna significativa de estudos que investiguem a educação em áreas ribeirinhas, o que faz dessa pesquisa um contributo valioso para o campo da educação e das políticas públicas.

No contexto das desigualdades estruturais, a evasão escolar reflete mais do que a falta de recursos imediatos; ela evidencia um ciclo histórico de exclusão social que afeta comunidades marginalizadas. Segundo Santos (2019), as populações ribeirinhas muitas vezes estão distantes do centro econômico e político do país, o que resulta em um desenvolvimento educacional desigual. As escolas localizadas nessas áreas costumam receber menos investimentos públicos, o que agrava a precariedade de sua infraestrutura e dificulta o acesso a recursos pedagógicos modernos, como materiais didáticos e tecnologias digitais. Essa exclusão reforça o ciclo de pobreza e baixa escolaridade, perpetuando a desigualdade de oportunidades entre alunos de diferentes regiões.

Além disso, as condições de vida nas comunidades ribeirinhas impõem um ritmo de vida diferente ao dos centros urbanos. A necessidade de as crianças e adolescentes contribuírem para a subsistência familiar, somada às longas distâncias e à falta de transporte adequado, torna o cotidiano escolar extremamente desafiador. Estudos de Souza e Lima (2021) indicam que muitas vezes os alunos precisam caminhar horas ou até depender de embarcações para chegar à escola, o que contribui significativamente para a desmotivação e o abandono.

O desenvolvimento de políticas públicas que reconheçam e abordem as especificidades dessas regiões é igualmente urgente. A pesquisa científica sobre evasão escolar em áreas ribeirinhas precisa não apenas identificar os fatores que contribuem para o abandono escolar, mas também fornecer um

embasamento sólido para a formulação de políticas educacionais adaptadas às realidades locais. De acordo com Alves (2020), programas de assistência social e educacional voltados especificamente para populações ribeirinhas são fundamentais para mitigar as barreiras ao acesso e à permanência escolar.

Assim, ao abordar a evasão escolar em uma escola ribeirinha, a pesquisa ganha relevância em três dimensões: social, ao expor a desigualdade e a exclusão de populações marginalizadas; pedagógica, ao investigar práticas de ensino que possam reduzir o abandono escolar; e científica, ao gerar novos dados e contribuir para a formulação de políticas públicas que promovam a equidade educacional em regiões de difícil acesso.

Problema da investigação

A evasão escolar é um dos desafios mais complexos enfrentados pela educação brasileira, especialmente em regiões isoladas e com difícil acesso, como é o caso das comunidades ribeirinhas. A dificuldade de manter os estudantes nas escolas nessas áreas está ligada a diversos fatores que afetam diretamente o acesso e a permanência dos alunos no ambiente escolar. No Brasil, diversas políticas públicas buscam minimizar esse problema, mas em comunidades como o Distrito do Arquipélago do Bailique, no município de Macapá, estado do Amapá, a evasão escolar ainda é uma realidade preocupante. A distância da escola, as dificuldades de

transporte e as condições climáticas são algumas das barreiras que impedem a frequência regular dos alunos.

A Escola Estadual Filadélfia, enfrenta dificuldades impostas por longas distâncias e a ausência de infraestrutura de transporte adequada. Muitos alunos dependem de barcos ou de caminhadas extensas para chegar à escola, o que se agrava durante a estação chuvosa, quando as condições climáticas tornam essas rotas perigosas e, por vezes, intransitáveis. A irregularidade no transporte escolar é um dos principais fatores de evasão, pois a incerteza de chegar ou voltar da escola em segurança mina o incentivo dos estudantes e de suas famílias a manterem o compromisso com a frequência escolar.

Essa vulnerabilidade também se reflete na falta de recursos básicos, como materiais escolares, uniformes e até alimentação. Embora existam programas governamentais de merenda escolar, o fornecimento e a distribuição dos alimentos em áreas ribeirinhas nem sempre são regulares, agravando as condições de permanência dos alunos na escola.

Nesse contexto, surgem algumas questões primordiais que precisam ser respondidas: Quais as principais dificuldades que os estudantes ribeirinhos têm em frequentar a Escola Estadual Filadélfia do Igarapé Grande no Distrito do Arquipélago do Bailique? Como a equipe gestora da escola vem trabalhando para combater a evasão escolar?

Quais as principais dificuldades que essa equipe enfrenta para garantir o acesso e a permanência dos estudantes? O problema central que será investigado nesta pesquisa é: **Quais os motivos que levam à evasão escolar e quais as principais**

dificuldades de permanência dos estudantes na Escola Estadual Filadélfia, localizada no Igarapé Grande, no município de Macapá, Amapá?

Com base nessas questões, busca-se entender a complexidade desse fenômeno e propor soluções que possam auxiliar na redução da evasão escolar em áreas ribeirinhas.

Segundo Campoy (2018, p. 51), “o problema é sempre um ponto de partida. É provavelmente a etapa mais importante do processo de investigação, pois envolve várias etapas inter-relacionadas”. Essa afirmação destaca a importância de uma proposição inicial clara, que serve como base para a pesquisa. Para responder adequadamente à questão que motivou a investigação científica, é fundamental organizar de maneira cuidadosa os elementos metodológicos ao longo do processo, garantindo que, ao final, a pesquisa consiga fornecer respostas satisfatórias.

No caso da evasão escolar, o problema se apresenta de maneira ainda mais desafiadora, pois envolve uma série de fatores interconectados, como questões socioeconômicas, geográficas e pedagógicas. Compreender esses fatores exige uma investigação que esteja centrada na clareza do problema e na organização das etapas metodológicas, pois para Gil (2008) a pesquisa científica visa descobrir respostas para problemas por meio de procedimentos científicos rigorosos.

Objetivos da pesquisa - Os objetivos de uma pesquisa indicam os resultados que se busca alcançar ao final do processo investigativo. Definir esses objetivos envolve expressar de maneira precisa e direta o que se deseja obter com a pesquisa e

como os resultados serão utilizados. Eles servem como um guia para todo o desenvolvimento do estudo, orientando as etapas necessárias para atingir as metas propostas (Campoy, 2018), e estão categorizados em objetivo geral e objetivos específicos.

Objetivo geral - Analisar os motivos que levam a evasão escolar e as principais dificuldades de permanência dos estudantes na Escola Ribeirinha Filadélfia do Igarapé Grande do Município de Macapá no Estado do Amapá, Brasil.

Objetivos

- Identificar os motivos que levam a evasão escolar dos estudantes na escola ribeirinha;
- Descrever as principais dificuldades de permanência dos estudantes da escola ribeirinha;
- Relatar as principais dificuldades que a equipe gestora encontra para poder garantir o acesso à escola e combater a evasão escolar.

Contexto espacial e socioeconômico da pesquisa

A pesquisa será realizada na Escola Ribeirinha Filadélfia do Igarapé Grande está localizada no Distrito do Arquipélago do Bailique, uma região insular pertencente ao município de Macapá, no estado do Amapá, Brasil. O arquipélago do Bailique é composto por várias ilhas, situadas na foz do rio Amazonas, próximo ao Oceano Atlântico.

Essa área é caracterizada por comunidades ribeirinhas, onde o acesso é predominantemente fluvial, o que gera desafios de mobilidade, especialmente em períodos de cheia ou seca. A escola está situada em uma região de difícil acesso, com

infraestrutura limitada e vulnerável às condições climáticas e geográficas.

Geograficamente, a escola está na Região Norte do Brasil, conhecida por sua vasta extensão de floresta amazônica, rios caudalosos e grande biodiversidade. O Amapá é um estado fronteiriço, localizado na parte mais ao norte do país, e o município de Macapá, capital do estado, fica às margens do rio Amazonas, sendo o centro urbano mais próximo do Arquipélago do Bailique.

O Brasil, localizado na América do Sul, compartilha fronteiras com quase todos os países do continente, exceto com o Chile e o Equador. O país é composto por 26 estados e o Distrito Federal, abrangendo um total de 5568 municípios, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020a). Sua vasta extensão territorial soma 8.510.345,538 km².

Com dimensões continentais, o Brasil é dividido em cinco grandes regiões: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Segundo o IBGE (2017), essa divisão tem como objetivo facilitar a compreensão da organização territorial e auxiliar o governo federal, assim como os governos estaduais e municipais.

Brasília é a capital do Brasil e serve como o centro das principais instituições de governo, incluindo os poderes legislativo, executivo e judiciário. A administração do país é realizada através das esferas federal, estadual e municipal. O Brasil é o único país na América Latina que tem o português como língua oficial, e sua moeda é o Real.

O estado do Amapá faz fronteira com o estado do Pará e com a Guiana Francesa. Localizado na região da Amazônia, o Amapá é conhecido por sua rica biodiversidade e por ser parte da vasta floresta amazônica (Góes, 2011). A capital do estado é Macapá, que está estrategicamente posicionada na margem esquerda do rio Amazonas, próximo à linha do Equador.

A economia do Amapá é fortemente baseada na exploração de recursos naturais, incluindo a mineração de manganês e a exploração de madeira, além de atividades agrícolas e pesqueiras. O estado também é conhecido por suas áreas de preservação ambiental (Silva, 2013), como o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e a Estação Ecológica do Maracá.

O Amapá possui uma população diversificada, composta por comunidades urbanas e ribeirinhas, muitas das quais enfrentam desafios relacionados ao acesso a serviços e infraestrutura devido à sua localização geográfica e ao clima equatorial. A cultura local reflete uma mistura de influências indígenas, afro-brasileiras e europeias, com festas tradicionais e culinária típica que destacam a rica herança cultural da região.

O município de Macapá possui uma área territorial de 6.563,849 km² e, segundo estimativas de 2020, uma população de aproximadamente 512.902 habitantes. Naquele ano, o setor educacional do município contava com 263 escolas de Ensino Fundamental, que atendiam 75.819 alunos, e 68 escolas de Ensino Médio, com 18.342 matrículas registradas (IBGE, 2020b).

Macapá inclui em sua jurisdição várias comunidades ribeirinhas, que enfrentam desafios significativos devido às grandes distâncias e à baixa densidade populacional,

especialmente no que se refere ao setor educacional. Os ribeirinhos, ou habitantes das águas de Macapá, dependem dos rios para sua subsistência, usando-os para alimentação e como meio de transporte para suas necessidades básicas sociais e econômicas (Viana, 2017). Eles também praticam o extrativismo, colhendo frutos como o açaí, além de se envolverem na caça, pesca e, ocasionalmente, na extração de madeira.

Entre os produtos extrativistas da região, o açaí é particularmente importante (Almeida, 2019). Este fruto é crucial para a dieta local e desempenha um papel fundamental no agronegócio de palmito no Brasil. O açaí cresce em solo de várzea e é uma parte essencial dos ecossistemas florestais naturais. Sua importância socioeconômica é significativa, pois está vinculada à agricultura familiar e tem diversos usos, como plantas ornamentais, materiais para construção, coberturas rurais, vermífugos, medicamentos antidiarreicos, produção de celulose, alimentos processados, fertilizantes orgânicos, entre outros.

Delimitação da pesquisa

A Escola Ribeirinha Filadélfia do Igarapé Grande está localizada na Comunidade Filadélfia de Igarapé Grande, da Terra Grande, Bailique-S/N -Macapá, A/P. Fundada em 14 de agosto de 1988, onde atendia alunos da 1.^a a 4.^a series (atualmente denominado do 1.^o ao 5.^o ano do Ensino Fundamental). Era uma pequena casa com poucos cômodos que acomodavam salas de aulas, cozinha e banheiro.

No ano de 2002 com essa mesma estrutura física, a escola a passou a atender também o Ensino Modular que foi implantado gradativamente, até atender todos as séries do ensino Fundamental e Médio em 2008.

No ano de 2014 foi iniciada a construção de um prédio e bem mais espaçoso, construção essa, que foi paralisada por falta de recursos público financeiros. Mas que devido a demanda crescente de alunos, esse espaço ainda em construção começou a funcionar em 2018. (construção não concluída).

Atualmente a Escola, possui 8(oito) salas de aulas, porém apenas 6 (seis) funciona devido as condições precárias da estrutura física. A escola ainda possui 4 banheiros, mas apenas dois estão aptos a funcionar. Também há uma cozinha, pouco espaçosa, pátio, varanda, sala de diretoria. Caso dê-se continuidade a finalização da construção da escola, mesma terá: biblioteca, sala dos professores, sala de informática.

Nesse ano (2024), a escola possui 109 alunos matriculados, sendo 29 no Ensino Fundamental (anos iniciais), 52 alunos do Ensino Fundamental (anos finais) e 22 alunos do Ensino Médio.

Quanto a equipe gestora a escola possui uma gestora, um secretário escolar, um secretário e três professores do Ensino Fundamental I no contrato administrativo e 10 que trabalha de forma rotativa.

Em relação aos funcionários efetivos, são: 2(dois) cozinheiros e 2(dois) faxineiros.

Quanto aos professores do Ensino Modular, a cada módulo trabalha-se com 2(dois) professores do Ensino Fundamental e 8(oito) professores do Ensino Médio.

Figura n.10: Escola Ribeirinha Filadélfia do Igarapé Grande



Fonte: Da câmera do celular do próprio pesquisador

Como se pode notar, a infraestrutura desta escola revela desafios críticos que impactam diretamente a qualidade do ensino e o ambiente escolar. O fato de apenas 6 das 8 salas de aula estarem funcionando devido a condições físicas precárias restringe o espaço disponível para acomodar os alunos, o que dificulta a atenção individualizada dos professores, diminui a qualidade do ensino e contribui para um ambiente menos propício ao aprendizado. Outro aspecto que se chama a atenção é que a reabilitação dos banheiros inoperantes deve ser tratada como prioridade para garantir o bem-estar da comunidade escolar e cumprir os requisitos de higiene e segurança.

Nesse sentido, podemos inferir que a escola precisa de investimentos em infraestrutura para reverter essa situação. A solução de problemas estruturais é essencial para garantir que o ambiente escolar seja adequado às necessidades dos estudantes e profissionais da educação.

Desenho da pesquisa

Para desenvolver este trabalho científico, é fundamental ao pesquisador adotar uma metodologia apropriada e eficiente, a fim de alcançar resultados relevantes para sua investigação. Assim, ele faz uso de métodos e técnicas que reforçaram a importância de sua produção acadêmica. Nesse processo, o desenho metodológico da pesquisa foi elaborado com o intuito de responder aos objetivos propostos.

Para King; Keohane & Verba (1994, p. 118), “um desenho de pesquisa é um plano que mostra, por meio de uma discussão do nosso modelo e dos nossos dados, como nós pretendemos usar nossa evidência para fazer inferências” (Tradução nossa). Um desenho de pesquisa é como um roteiro que orienta o pesquisador sobre como conduzir seu estudo, explicando detalhadamente como ele pretende usar as informações coletadas para tirar conclusões e responder suas perguntas de pesquisa. Ele define o caminho que será seguido para que a investigação seja organizada e clara, permitindo que as evidências obtidas sejam analisadas de maneira sistemática e lógica.

Para Gonzáles, Fernández e Camargo (2014), o desenho da pesquisa define o tipo de investigação a ser realizada e a hipótese que será testada ao longo do processo investigativo. Através do desenho de pesquisa, o pesquisador discute o modelo teórico ou conceitual que está utilizando, como ele estrutura suas hipóteses ou perguntas de pesquisa, e explica como os dados serão coletados, analisados e interpretados. Ou

seja, o desenho de pesquisa é o plano que mostra como ele usará esses dados e evidências para fazer inferências, ou seja, tirar conclusões válidas e confiáveis sobre o tema estudado. Ele inclui a definição dos métodos e técnicas a serem aplicados, que são fundamentais para garantir a validade e confiabilidade dos resultados. Segundo Gil (2002), o método é o conjunto de procedimentos sistemáticos adotados para alcançar um objetivo, enquanto as técnicas são as ferramentas específicas empregadas para coletar e analisar os dados.

Dessa forma, a escolha do método e das técnicas deve ser coerente com o tipo de investigação e a hipótese proposta. Elencou-se para essa pesquisa o método Fenomenológico, pois foca na compreensão das experiências vividas pelos indivíduos, buscando captar seus significados. Moreira (2004) destaca que a fenomenologia se firmou como um dos movimentos filosóficos mais relevantes do século XX, criando uma conexão estreita com a psicologia. Alvarenga (2019, p.51) afirma que:

As investigações fenomenológicas estudam a maneira como as pessoas experimentam o seu mundo, sua vivência, que significado tem para elas e como compreendê-los, de onde o investigador extrai a essência do fenômeno para descrevê-la. Tais vivências são captadas de atos conscientes como: costumes, ideias, pensamentos, lembranças, crenças, afetos, sentimentos etc.[...].

A essência da fenomenologia está em explorar as vivências conscientes das pessoas, que envolvem seus costumes, ideias, pensamentos, lembranças, crenças, afetos e sentimentos. Isso

significa que o pesquisador tenta captar como esses fenômenos são experimentados internamente pelos indivíduos, explorando o sentido subjetivo que eles atribuem a essas experiências. Dessa forma, buscando responder ao problema da pesquisa, optou-se pelo enfoque qualitativo, descritivo pois visa compreender os fenômenos a partir da perspectiva dos participantes, explorando experiências e descrevendo-as detalhadamente que segundo Taylor e Bogdan (1986) a pesquisa qualitativa produz dados descritivos, que consistem nas palavras das pessoas, seja por meio de falas ou escritos, além do comportamento observado. Para Apolinário (2004, p. 151) “o enfoque dessa pesquisa lida com fenômenos: prevê a análise hermenêutica dos dados coletados”. Assim, em uma pesquisa qualitativa, a interpretação realizada pelo pesquisador é fundamental e isso ocorre porque não se limita a dados numéricos; a essência do fenômeno estudado exige uma análise mais ampla, considerando contextos e significados além das informações quantitativas. Já Chizzotti (2003, p.222) afirma que a pesquisa qualitativa:

[...] opõe-se de modo geral à quantitativa, enquanto esta recorre à quantificação como única via de assegurar a validade de uma generalização, pressupondo um modelo único de investigação, derivado das ciências naturais, que parte de uma hipótese-guia, só admite as observações externas, que siga um caminho indutivo para estabelecer leis, mediante verificações objetivas, amparadas em frequências estatísticas.

A pesquisa qualitativa, não se apoia em números, mas sim em experiências, interpretações e subjetividades, o que lhe dá um caráter mais exploratório e descritivo. Ela busca entender a essência de um fenômeno a partir das percepções das pessoas envolvidas, sem impor um modelo ou hipótese rígida, e dá mais espaço para a interpretação e a subjetividade do pesquisador e dos participantes. Denzin & Lincoln (2011, p. 3) acrescenta que:

A investigação qualitativa consiste em um conjunto interpretável de materiais práticos que lhes tornem visível no mundo. Essas práticas transformam o mundo. Converte o mundo em uma série de representações que incluem notas de campo, entrevistas, conversação, fotografias, gravações, e as próprias notas.

Essas práticas, ao tornar visíveis as experiências, acabam por transformar o mundo, porque elas nos oferecem novas formas de entendê-lo, o que pode influenciar a ação, a tomada de decisões e a mudança de perspectivas em diversos campos, como por exemplo, a educação.

A pesquisa Descritiva busca descrever e interpretar fenômenos em seu contexto natural, capturando a complexidade das experiências dos participantes. Para Sampieri, Collado & Lucio (2014, p. 92) os estudos descritivos são preciso averiguar: “fenômenos, situações, contextos e eventos; ou seja, detalhando como eles se manifestam”. Complementando essa visão, Prodanov e Freitas (2013) explicam que o pesquisador se limita a registrar e descrever os fatos observados sem interferir neles, buscando descrever as

características de uma população ou fenômeno específico, bem como estabelecer relações entre variáveis. Perovano (2016) acrescenta que na pesquisa descritiva seus estudos têm como objetivo especificar as propriedades, características e perfis de pessoas, populações, e fenômenos sociais ou físicos. Dessa forma, pode-se afirmar que a pesquisa descritiva é essencial para o desenvolvimento da investigação, pois, através de suas técnicas de coleta de dados, o pesquisador identifica as diferentes situações em que os fatos ou fenômenos ocorrem.

O modelo transversal foi escolhido por ser adequado a uma investigação realizada em um período limitado, suficiente para obter as informações necessárias à viabilidade do estudo. Nesse tipo de pesquisa, os dados são coletados em um único momento, com o objetivo de descrever variáveis e analisar suas relações em um determinado contexto (Sampieri, Collado & Lúcio, 2006). Assim, a pesquisa busca analisar as principais dificuldades de permanência dos estudantes na Escola Ribeirinha Filadélfia do Igarapé Grande no Município de Macapá no Estado do Amapá, Brasil.

Participantes da pesquisa

O processo para coleta de dados, ocorreu na Escola Estadual Filadélfia do Igarapé Grande no Distrito do Arquipélago do Bailique no Município de Macapá.

O conceito de universo e participantes em uma pesquisa é fundamental para o delineamento e a condução de um estudo científico. Esses elementos determinam a amplitude e a profundidade das análises realizadas e influenciam

diretamente a validade e a relevância dos resultados obtidos. A população para essa pesquisa está definida por 1 diretor escolar, 1 secretario escolar, 109 estudantes e 8 professores. Dessa forma, a população de uma pesquisa refere-se ao conjunto total de indivíduos, objetos ou fenômenos que compartilham certas características e que são o foco da investigação. Assim, definir o universo é o primeiro passo para delimitar o escopo da pesquisa e determinar as variáveis de interesse que serão analisadas (Creswell, Plano Clark, 2017). Já os participantes da pesquisa são os indivíduos que, efetivamente, serão investigados ou com quem o pesquisador entrará em contato para a coleta de dados.

Por ser uma população numerosa, faz-se necessário fazer-se um recorte desses participantes, o que Cajueiro (2015) chama de Amostra. Para o autor “a importância da amostra na pesquisa é fundamental, pois a qualidade dos resultados obtidos depende em grande parte da amostra selecionada” (Cajueiro, 2015, p.40). O autor destaca a importância da amostra afirmando que a qualidade dos resultados obtidos está fortemente ligada à forma como a amostra é selecionada. Isso ocorre porque a amostra é uma representação do universo da pesquisa, ou seja, um grupo menor que reflete as características da população total. Se a amostra for bem escolhida e representar adequadamente o universo, os resultados da pesquisa serão mais precisos, confiáveis e aplicáveis ao contexto maior.

Por outro lado, uma amostra mal selecionada pode gerar resultados enviesados ou imprecisos, comprometendo a validade da pesquisa. Portanto, é fundamental que a amostra

seja selecionada de maneira criteriosa, utilizando métodos apropriados que garantam a representatividade dos participantes em relação ao universo estudado. Nesse contexto, tem-se como amostra:

Estudantes

Dez (10) estudantes matriculados no Ensino Médio Modular, foram convidados a participar desta investigação, com o intuito de demonstrar que a educação deve ser para todos. Desta forma, ao abordar o tema sobre: “Evasão escolar e as principais dificuldades de permanência dos estudantes na escola ribeirinha no Município de Macapá no Estado do Amapá, Brasil”, verificou-se que por ser estes participantes se tornam peças fundamentais para que os resultados sejam alcançados. Para Tardif (2002, p.221), “a fim de aprender, os alunos devem tornar-se, de uma maneira ou de outra, os autores de sua própria aprendizagem, pois ninguém pode aprender em lugar deles”.

Para tanto, estes participantes foram escolhidos por fazer parte diretamente do tema, onde procura-se averiguar no cotidiano desses estudantes.

Diretora Escolar

Um (01) Diretor Escolar, pois enquanto gestor deve criar estratégias educativas das quais venham minimizar a evasão escolar e ao mesmo tempo fazer com os estudantes permaneçam na escola. Nesse sentido, cabe ainda a diretora desenvolver atividades, principalmente, aquele que contribui

para o desenvolvimento integral dos estudantes, e sobretudo, fazendo com que os mesmos possam compreender o meio onde está inserido e a importância de estudar. Segundo Lamosa e Macedo (2015), o gestor deve ter a habilidade de promover o desenvolvimento do espírito humano e a competência para resolver problemas, além de possuir um espírito criativo e flexível para lidar com os desafios decorrentes da reestruturação da sociedade e se adaptar à nova racionalidade imposta pela pós-modernidade. Portanto, o diretor escolar está fazendo parte desta pesquisa com o objetivo de conhecermos quais as ações desempenhadas por essa esfera em favor a minimizar a evasão escolar e a permanência dos estudantes, sendo em vista a proposta desse estudo.

Secretário Escolar

Um (01) Secretário Escolar foi escolhido para participar desta investigação por ser responsável pela documentação dos estudantes, e por estar sempre atento aos estudantes faltosos. A entrevista com este participante será de grande valia nesta investigação, pois através dela, será investigado o cotidiano dos estudantes, tanto no âmbito escolar como perante a sociedade, observando ainda, se a escola vem contribuindo para minimizar a evasão escolar e permanência dos estudantes. A profissão de secretário escolar foi oficializada pela Lei 7.3771 em 07 de julho de 1989, sancionada pelo então Presidente da República, José Sarney. Assim, o secretário de escolas ou de instituições de ensino desempenha sua função de maneira regulamentada, indo além das tarefas burocráticas e formais. Suas

responsabilidades se expandem (Gimenes, 2011) uma vez que ele interage diretamente com as pessoas em suas atividades cotidianas. Portanto, com a opinião deste participante, será possível responder parte dos objetivos propostos para esta investigação.

Professor

Quatro (04) professores do Ensino Médio Modular foi escolhido para participar desta investigação porque a opinião deste contribuirá para atingir os objetivos desta pesquisa, principalmente para averiguar a eficácia das normatizações para minimizar a evasão escolar e contribuir para permanência dos estudantes na escola, visto que o professor tem contato direto com a realidade dos mesmos.

Sendo assim, os professores foram escolhidos por participarem ativamente da vida dos estudantes, e são responsáveis por transmitir o conteúdo e, também, de promover a inclusão para alteridade, ou seja, tornar o ambiente da sala de aula agradável, onde todos possam participar livremente, com diálogo, respeitando as diversidades de cada um, e ao mesmo tempo, “media à relação ativa do aluno com a matéria, e seus conteúdos, considerando o conhecimento, a experiência e o significado que o aluno traz à sala de aula, seu potencial cognitivo, sua capacidade e interesse, seu procedimento de pensar, seu modo de trabalhar” (Libâneo, 1998, p.29). Portanto, a preparação do professor no decorrer de sua prática pedagógica é fundamental para trabalhar a importância de estudar e de frequente regulamente a escola.

Logo, tornam-se importantes porque poderão certamente transmitir confiabilidade nos dados a serem analisados no decorrer desta pesquisa.

Seleção dos participantes

A seleção dos participantes para a pesquisa segue um tipo de amostragem não probabilística, conhecida como amostragem por conveniência. Este tipo de amostragem é amplamente utilizado em pesquisas qualitativas, nas quais o objetivo é compreender as percepções e experiências de um grupo específico de participantes, em vez de generalizar os resultados para toda uma população. Segundo Gil (2002), esse tipo de amostragem é escolhido com base na acessibilidade dos participantes, no tempo disponível para a pesquisa e na proximidade do pesquisador em relação aos sujeitos da pesquisa. No contexto da escola ribeirinha, foi viável selecionar um número limitado de participantes que pudessem fornecer informações relevantes sobre o tema investigado, considerando o acesso aos estudantes e à equipe escolar.

Ao incluir diferentes atores da comunidade escolar (estudantes, professores, gestor e secretário), a amostra foi estruturada de forma a capturar uma visão holística das dinâmicas e desafios enfrentados pela escola no que diz respeito à evasão. Como destaca Flick (2009), a diversificação dos participantes contribui para análise dados, garantindo que as perspectivas múltiplas sejam consideradas.

Técnicas e instrumentos da coleta de dados

Para alcançar o sucesso em uma pesquisa, o pesquisador utiliza técnicas e instrumentos que devem ser escolhidos com base nos objetivos que se deseja atingir. Segundo Minayo (2001), é fundamental definir as técnicas a serem empregadas, tanto para a pesquisa de campo quanto para a coleta suplementar de dados. Essa definição é um passo essencial para assegurar a qualidade e a eficácia do estudo. A seguir, será discutida a importância dessas técnicas e instrumentos. Isto posto, a escolha da técnica adequada é de vital importância, pois é por meio desta que serão obtidas as informações que se pretenda investigar. Portanto, torna-se um processo fundamental, pois, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 54), através da coleta de dados “se considerada o ambiente e as formas de controle das variáveis envolvidas”. Logo, “o elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para a coleta de dados”.

Nesta investigação, valoriza-se o contato direto do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada, tornando-se assim, um método apropriado para esta pesquisa, uma vez que se pretende, dentro do ambiente escolar obter dados por meio de entrevistas e análise documental, para posterior organização e interpretação desses mesmos dados.

Espera-se com esta delimitação que as informações a serem coletadas através das entrevistas e análise documental sejam o suficiente para responder aos objetivos geral e específicos da

pesquisa, a qual tem enfoque a minimizar a evasão escolar e permanência dos estudantes que vivem na zona ribeirinha.

Entrevista aberta

A entrevista é uma estratégia adequada para construir os dados descritos na linguagem do sujeito, permite ainda, “coletar uma grande quantidade de informações de uma maneira mais próxima e direta entre o entrevistador e o entrevistado, na qual se manifestam as emoções, sentimentos e pensamentos” (tradução nossa) (Campoy, 2018, p. 348). A escolha pela entrevista na forma aberta se deu pela sua capacidade de fornecer elementos para compreender a estrutura do problema. Esta modalidade apresentou-se bastante adequada para responder às questões chave do estudo, através da captura das percepções dos sujeitos pesquisados. Nesse contexto, o pesquisador tem a liberdade de fazer adaptações e, se necessário correções para aprofundar o ponto chave que busca para o resultado positivo da pesquisa. A Entrevista foi aplicada a todos os participantes selecionados, ou seja, será aplicado aos professores, alunos, gestor escolar e secretário escolar.

Análise Documental

Para aumentar a riqueza dos dados recolhidos foi aplicado também a técnica de análise documental, técnica qualitativa, utilizando a abordagem em documentos oficiais escolares, nesse caso estamos nos referindo a análise do regimento interno, Leis e Resoluções Específicas sobre a Permanência dos

estudantes, Constituição Federal, LDB documentos oficiais entre outros.

Campoy (2018, p.420) relata que:

Quando se fala de documento se faz uma referência a todo elemento de conhecimento ou fonte de informações registrada, materialmente suscetível de ser utilizado para qualquer tipo de consulta, estudo ou prova. A análise documental é uma técnica qualitativa de natureza semiótica e hermenêutica, que tem por objetivo a recopilación de informação.

Não obstante revelar que “os dados obtidos dos documentos podem usar-se da mesma maneira que os derivados das entrevistas e das observações, e sua utilização são uma combinação com outros documentos e técnicas de investigação que enriquecem as descobertas do estudo” (Campoy, 2018, p. 421).

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou ainda podem ser reelaboradas de acordo com os objetos da pesquisa (Gil, 2008, p. 44).

A vantagem de usar essa técnica em uma pesquisa qualitativa é por se tratar de uma técnica não intrusa e os dados têm forma permanente, para isso seja de fato relevante para um estudo científico devemos levar em consideração a credibilidade do documento analisado.

Serão analisados documentos internos como: Projeto Político Pedagógico, Regimento interno entre outros que contribuirão para análise da temática.

Validação dos instrumentos

Após a formulação das perguntas, estas foram enviadas ao professor orientador do trabalho. Após a aprovação, foram novamente encaminhadas a três doutores na área da Educação para que avaliassem a coerência das perguntas em relação aos objetivos específicos selecionados. Os doutores avaliaram a formulação das perguntas sob diferentes aspectos, como a clareza, a relevância e a objetividade. Eles também analisaram se as perguntas realmente capturavam as nuances do problema de pesquisa e se eram capazes de gerar dados significativos que contribuíssem para a compreensão da evasão escolar e das dificuldades enfrentadas pelos estudantes nas comunidades ribeirinhas.

Com base no feedback recebido, os pesquisadores puderam ajustar detalhes importantes e refinar as perguntas, promovendo uma maior precisão no que se deseja investigar. Este processo de validação é fundamental, pois assegura que o instrumento de coleta de dados seja rigoroso e pertinente, aumentando a credibilidade e a validade dos resultados da

pesquisa. Além disso, essa etapa demonstrou um compromisso com a qualidade da pesquisa, ao buscar opiniões de especialistas para fortalecer a fundamentação teórica e metodológica do trabalho. Campoy (2016) destaca que, no que diz respeito à validade das técnicas, a validação é um processo contínuo que envolve diversos procedimentos para assegurar que as perguntas realmente medem o que se propõe a aferir. Assim, a validação é fundamental para verificar se o instrumento de coleta de dados é apropriado para avaliar o que se deseja mensurar.

Aspectos éticos da pesquisa

A ética abrange diversos temas e questões ligadas à conduta humana, aos julgamentos morais e aos princípios que orientam as ações e decisões das pessoas em diferentes contextos. No âmbito científico, a ética refere-se aos princípios e normas morais que regulam o comportamento de profissionais e pesquisadores em suas atividades. A ética científica é composta por um conjunto de valores e padrões que buscam garantir a integridade, a honestidade, a responsabilidade e a qualidade na pesquisa e na divulgação de resultados.

Segundo Fiorentini e Lorenzato (2009), as questões éticas na pesquisa envolvem, entre outros aspectos, os direitos dos entrevistados, o respeito e o bem-estar dos participantes, a proteção da identidade dos envolvidos, o uso responsável das informações e citações de outros autores, a fidelidade dos dados, além das implicações sociais e políticas da pesquisa.

Um dos princípios mais importantes na ética da pesquisa é o consentimento informado. Isso significa que os participantes devem ser plenamente informados sobre os objetivos, métodos e possíveis riscos da pesquisa antes de decidirem participar (Minayo, 2001). Eles devem entender que a participação é voluntária e que têm o direito de se retirar a qualquer momento, sem prejuízo. Os pesquisadores devem garantir a confidencialidade e o anonimato dos participantes, o que envolve a proteção das informações pessoais e a utilização de dados de forma que não seja possível identificar os indivíduos (Silva, 2007). O manejo adequado de dados sensíveis é essencial para construir a confiança dos participantes e respeitar sua privacidade. Nessa visão, os pesquisadores têm a responsabilidade de tratar todos os participantes de forma justa e respeitosa. O respeito pela dignidade de todos os envolvidos é um pilar central na ética da pesquisa. transparência em relação aos métodos de pesquisa, à coleta de dados e à análise é crucial. Os pesquisadores devem relatar suas descobertas de forma honesta, evitando a manipulação ou falsificação de resultados. A honestidade é vital para a credibilidade da pesquisa e para o avanço do conhecimento científico.

Técnicas de análise e interpretação dos dados

A ética abrange diversos temas e questões ligadas à conduta humana, aos julgamentos morais e aos princípios que orientam as ações e decisões das pessoas em diferentes contextos. No âmbito científico, a ética refere-se aos princípios e normas morais que regulam o comportamento de profissionais e

pesquisadores em suas atividades. A ética científica é composta por um conjunto de valores e padrões que buscam garantir a integridade, a honestidade, a responsabilidade e a qualidade na pesquisa e na divulgação de resultados.

Segundo Fiorentini e Lorenzato (2009), as questões éticas na pesquisa envolvem, entre outros aspectos, os direitos dos entrevistados, o respeito e o bem-estar dos participantes, a proteção da identidade dos envolvidos, o uso responsável das informações e citações de outros autores, a fidelidade dos dados, além das implicações sociais e políticas da pesquisa.

Um dos princípios mais importantes na ética da pesquisa é o consentimento informado. Isso significa que os participantes devem ser plenamente informados sobre os objetivos, métodos e possíveis riscos da pesquisa antes de decidirem participar (Minayo, 2001). Eles devem entender que a participação é voluntária e que têm o direito de se retirar a qualquer momento, sem prejuízo. Os pesquisadores devem garantir a confidencialidade e o anonimato dos participantes, o que envolve a proteção das informações pessoais e a utilização de dados de forma que não seja possível identificar os indivíduos (Silva, 2007). O manejo adequado de dados sensíveis é essencial para construir a confiança dos participantes e respeitar sua privacidade. Nessa visão, os pesquisadores têm a responsabilidade de tratar todos os participantes de forma justa e respeitosa. O respeito pela dignidade de todos os envolvidos é um pilar central na ética da pesquisa. transparência em relação aos métodos de pesquisa, à coleta de dados e à análise é crucial. Os pesquisadores devem relatar suas descobertas de forma

honestas, evitando a manipulação ou falsificação de resultados. A honestidade é vital para a credibilidade da pesquisa e para o avanço do conhecimento científico.

Técnicas de análise e interpretação dos dados

A análise e interpretação dos dados permite a obtenção das informações contextualizadas, onde se busca considerar “la subjetividad en el análisis e interpretación de los datos, que facilita comprender las múltiples perspectivas de las situaciones estudiadas” (Campoy, 2018, p. 258).

Para Gil (2002, p. 168), a análise tem por objetivo organizar os dados, respondendo às respostas do problema proposto na investigação. Já a interpretação “tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos”. Na pesquisa qualitativa, a análise consiste num conjunto de técnicas sistemáticas interpretativas do conteúdo oculto nos textos. Por outro lado, Campoy (2018, p. 555), expressa que, “el análisis cualitativo de contenido no solo se debe remitir a la interpretación del contenido manifestó del material analizado, sino que debe profundizar en su contenido latente y en el contexto social donde se desarrolla el mensaje”. Complementa Perovano (2016, p. 290), nesse sentido, afirmando que a análise qualitativa “consiste em um processo rigoroso e lógico no qual se atribui sentido aos dados analisados”, visando chegar a conceitos confiáveis sobre o tema proposto.

Logo, a análise desta pesquisa iniciará com a leitura dos dados coletados pelas técnicas utilizadas com os participantes

da investigação para posterior interpretação dos dados sobre essas técnicas aplicadas.

CAPÍTULO 6

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise e interpretação dos dados são etapas fundamentais em qualquer pesquisa, pois permitem transformar informações brutas em conhecimento significativo. Neste capítulo, discutiremos os procedimentos adotados para analisar os dados coletados, bem como as interpretações que emergem a partir dessa análise. O foco será compreender os padrões, as relações e os significados subjacentes aos dados, proporcionando uma visão clara e contextualizada dos resultados obtidos. A respeito dessa análise deixamos claro que será apresentada de acordo com os objetivos específicos: identificar os motivos que levam a evasão escolar dos estudantes na escola ribeirinha; descrever as principais dificuldades de permanência dos estudantes da escola ribeirinha e relatar as principais dificuldades que a equipe gestora encontra para poder garantir o acesso à escola e combater a evasão escolar.

Para os dados qualitativos, utilizou-se a análise do discurso (Orlandi, 2012, p.15) que afirma o seguinte:

A análise de discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a

transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana.

Essa técnica envolve a identificação de temas recorrentes, sendo possível compreender as percepções e experiências dos participantes em relação ao objeto de estudo (Gil, 2008). Nas palavras de Lakatos e Marconi (2003) a análise e interpretação dos dados são atividades que, embora distintas, estão intimamente ligadas, e cada uma delas envolve operações específicas. Nesse sentido, a análise refere-se à sistematização e organização dos dados coletados, enquanto a interpretação busca atribuir significado a essas informações. Conforme argumentam Sampieri, Collado e Lucio (2006), a análise dos dados não é um processo rígido, mas sim uma atividade que pode ser adaptada conforme os resultados obtidos, iniciando-se a partir de um plano geral que se desenvolve de maneira flexível durante a pesquisa. Essa abordagem permite que o pesquisador faça ajustes e refinamentos à medida que novos insights surgem, tornando a análise e interpretação um processo dinâmico e contínuo.

Nesse contexto, a seguir será apresentada a análise das técnicas empregadas, embasada nos autores que sustentam este estudo, assim como nos participantes envolvidos na pesquisa, os quais serão denominados dessa forma:

Para o professor serão chamados de: P.1; P.2; P.3; P.4.

Quanto ao Diretor Escolar e o Secretário Escolar serão denominados pela própria nomenclatura profissional.

Em relação aos estudantes serão classificados por: E.1; E.2; E.3; E. 4 E.5; E.6; E.7; E. 8; E.9; E;10.

Análise das respostas dos professores

Objetivo: Identificar os motivos que levam a evasão escolar dos estudantes na escola ribeirinha;

Fatores que colaboram para a evasão escolar

Pergunta n.º 1: Como é a infraestrutura da escola em termos de salas de aula, materiais didáticos e acesso à tecnologia?

Tabela n.º 1: A infraestrutura da infraestrutura da escola (salas de aula, materiais didáticos e acesso à tecnologia)

PÚBLICO RESPONDENTE	RESPOSTA:
P.1	<i>"Precária, não dispõe de materiais didáticos e nem de tecnologia";</i>
P.2	<i>"A escola não tem material e nem internet. Não tem manutenção na sua infraestrutura";</i>
P.3	<i>"Não tem material didático e sem estrutura para funcionar bem";</i>
P.4	<i>"Escola está no momento com uma infraestrutura abalada, ainda sem acesso à tecnologia, e com salas de aulas comprometidas";</i>

Fonte: Do próprio pesquisador

A partir das informações apresentadas, é possível observar que a infraestrutura da escola descrita enfrenta uma série de desafios, tanto no que diz respeito às condições físicas das salas de aula quanto à ausência de materiais didáticos e de acesso à tecnologia. A precariedade estrutural compromete diretamente o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que a falta de recursos adequados pode limitar a eficiência pedagógica,

prejudicar o desempenho escolar dos alunos e aumentar a desmotivação.

A falta de materiais didáticos e de tecnologia reflete diretamente no ambiente de aprendizagem, tornando-o inadequado para atender às demandas atuais da educação, que exige cada vez mais integração com recursos digitais e pedagógicos atualizados. Segundo Oliveira (2019), a infraestrutura escolar adequada é um dos fatores essenciais para a promoção de um ambiente de aprendizagem efetivo, pois proporciona o mínimo necessário para o desenvolvimento cognitivo e social dos alunos. A ausência de internet e tecnologia, conforme mencionado, impede a implementação de práticas pedagógicas inovadoras, tornando a escola ainda mais distante dos avanços tecnológicos que já fazem parte da rotina de muitas instituições de ensino.

Além disso, a manutenção inadequada da infraestrutura física reflete no estado das salas de aula. Franco (2018) ressalta que a precariedade das instalações físicas, como a falta de manutenção das salas e a ausência de uma estrutura básica adequada, cria barreiras para o aprendizado e diminui a qualidade do ensino oferecido. Dessa forma, a situação descrita evidencia como a infraestrutura escolar precária compromete o direito à educação de qualidade, previsto na Constituição Brasileira e nos marcos legais da educação no Brasil, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Pergunta n.º 2: Existem questões relacionadas à saúde ou à alimentação que afetam a frequência escolar dos alunos?

Tabela n.º 2: Questões que afetam a frequência escolar

PÚBLICO RESPONDENTE	RESPOSTA:
P.1	<i>"Quanto a alimentação, a merenda servida é insuficiente para suprir as necessidades dos alunos, tendo em vista a maioria das vezes suco com bolacha";</i>
P.2	<i>"A escola não oferece merenda de qualidade, a água não é tratada, os alunos vêm de longe e precisam de uma alimentação de qualidade";</i>
P.3	<i>"A falta de merenda na escola, faz com que os alunos não retornem, pois a distancia contribui. Além de não terem uma qualidade de água tratada";</i>
P.4	<i>"Acredito que devido à qualidade baixa da merenda, contribua muito para a evasão desses alunos na escola".</i>

Fonte: Do próprio pesquisador

A análise das respostas fornecidas revela uma situação alarmante em relação à alimentação e saúde escolar, que afeta diretamente a frequência e permanência dos alunos na escola. A merenda escolar é um componente fundamental para a segurança alimentar e o bem-estar dos estudantes, especialmente aqueles que vêm de regiões mais distantes e cujas condições socioeconômicas são mais vulneráveis. Quando essa alimentação é insuficiente ou de baixa qualidade, como mencionado, os alunos não recebem os nutrientes necessários para sustentar suas atividades diárias, prejudicando tanto o desempenho escolar quanto a motivação para permanecer na escola.

A descrição da merenda como "suco com bolacha" e o fato de que "a escola não oferece merenda de qualidade" indicam uma carência nutricional grave. A alimentação escolar inadequada afeta negativamente o aprendizado, já que a má nutrição compromete a concentração, a memória e a capacidade cognitiva dos alunos. De acordo com Prado e Assis (2017), a alimentação escolar de qualidade é um fator essencial não

apenas para a saúde dos alunos, mas também para garantir que eles tenham energia e foco para acompanhar as atividades escolares. Quando a merenda não atende às necessidades básicas, a evasão escolar se torna um risco real, como sugerido nas respostas dos alunos.

Além disso, a falta de água tratada e o contexto de alunos que vêm de longe agravam ainda mais a situação. Estudantes que percorrem longas distâncias para chegar à escola necessitam de uma alimentação adequada para suportar o desgaste físico, e a ausência de água tratada pode acarretar riscos à saúde, aumentando o número de faltas por problemas relacionados a doenças. Isso é corroborado por Cardoso (2018), que afirma que a falta de saneamento básico nas escolas e a ausência de merenda de qualidade comprometem a saúde dos estudantes, contribuindo para o aumento da evasão escolar, principalmente em áreas rurais e periféricas.

Portanto, a alimentação de baixa qualidade e a falta de saneamento básico, como a ausência de água tratada, são questões cruciais que afetam a saúde dos alunos, influenciam diretamente sua frequência escolar e contribuem para o aumento da evasão.

Pergunta n.º 3: Os pais ou responsáveis apresentam interesse e envolvimento na educação dos filhos?

Tabela n.º 3: O envolvimento da família na educação dos alunos

PÚBLICO RESPONDENTE	RESPOSTA:
P.1	<i>"Raramente eles aparecem na escola, em reuniões ou quando são convocados, alegam o trabalho. Tem baixa renda";</i>
P.2	<i>"Não o suficiente";</i>
P.3	<i>"Pela falta de transporte e a distância, os pais não comparecem, pois a situação econômica faz com que se concentrem em trabalhar em mão de obra pesada e assim tendo o desinteresse";</i>
P.4	<i>"Muito pouco".</i>

Fonte: Do próprio pesquisador

A análise das respostas à pergunta aponta para a percepção de que, de maneira geral, o envolvimento dos pais é insuficiente, sendo este impacto fortemente mediado por fatores socioeconômicos.

As respostas evidenciam uma realidade em que o trabalho e a baixa renda constituem barreiras significativas à participação dos pais na educação de seus filhos. Esse cenário é corroborado por Lück (2009), que argumenta que a relação entre escola e família muitas vezes é prejudicada por limitações econômicas, culturais e sociais, especialmente em contextos de vulnerabilidade. A autora destaca que muitos pais, devido à precariedade de suas condições de vida, tendem a priorizar a sobrevivência financeira em detrimento da participação ativa na vida escolar de seus filhos.

Outro aspecto abordado nas respostas é a falta de transporte e a distância que dificultam a presença dos pais nas reuniões e eventos escolares, o que reflete uma desigualdade de acesso à educação. Segundo Paro (2016), a escola deve considerar as especificidades sociais e econômicas da comunidade escolar, uma vez que fatores externos, como a falta de infraestrutura de transporte e a distância, afetam diretamente a capacidade dos pais de participarem do processo

educativo. O argumento de que o desinteresse dos pais está atrelado à necessidade de focar em trabalhos de mão de obra pesada reflete o que Charlot (2013) define como um "deslocamento de prioridades", em que os pais, apesar de reconhecerem a importância da educação, são forçados a priorizar a sobrevivência. Charlot discute que esse descompasso entre a valorização da educação e a possibilidade real de participar é uma consequência de um sistema educacional que não dialoga suficientemente com as realidades sociais de classes trabalhadoras.

Pergunta n.º 4: Quais são as condições socioeconômicas das famílias dos estudantes?

Tabela n.º 4: As condições socioeconômicas das famílias dos estudantes

PÚBLICO RESPONDENTE	RESPOSTA:
P.1	<i>"Famílias oriundas da pesca e da agricultura";</i>
P.2	<i>"Famílias carentes na sua maioria dependem de programa de governo";</i>
P.3	<i>"Família de baixa renda, sobrevivendo apenas do programa do governo";</i>
P.4	<i>"Famílias bastante carentes".</i>

Fonte: Do próprio pesquisador

As respostas indicam que a maioria dessas famílias está em situação de vulnerabilidade social e econômica, dependendo fortemente de programas governamentais de assistência. Esse cenário é comum em áreas rurais, como já descritas, onde muitas famílias são oriundas da pesca e da agricultura, atividades que tendem a gerar rendas irregulares e, em geral,

insuficientes para assegurar condições dignas de vida. A afirmação de que as famílias “dependem de programas de governo” e estão “sobrevivendo apenas do programa do governo” ressalta a importância das políticas públicas de assistência social. Sposati (2017) discute como o Bolsa Família, agora substituído por programas como o Auxílio Brasil, tem desempenhado um papel fundamental na sobrevivência de famílias de baixa renda. Esses programas garantem um mínimo de subsistência para grupos economicamente desfavorecidos, porém, não são suficientes para promover a mobilidade social dessas famílias.

As condições socioeconômicas descritas também se alinham com a caracterização de Carvalho (2018), que afirma que as áreas rurais enfrentam desafios específicos relacionados à pobreza e à falta de acesso a serviços essenciais, como educação de qualidade e saúde. Famílias que dependem da pesca e da agricultura são particularmente vulneráveis a crises econômicas e ambientais, o que agrava sua situação de pobreza. Abramovay (2020) complementa essa análise ao enfatizar que famílias carentes em zonas rurais muitas vezes enfrentam dificuldades adicionais de acesso a oportunidades de trabalho, transporte, e serviços públicos, o que limita sua capacidade de superar a condição de pobreza. Além disso, o fato de essas famílias serem descritas como “bastante carentes” evidencia uma precariedade estrutural que não se limita à renda, mas também abrange déficits educacionais, habitacionais e de infraestrutura. Segundo Cruz (2021), a vulnerabilidade dessas famílias está profundamente ligada à ausência de políticas

públicas eficazes para enfrentar as múltiplas dimensões da pobreza, que incluem, além da renda, aspectos como saneamento básico, saúde e educação.

Pergunta n.º 5: Como é o relacionamento entre os professores e os alunos?

Tabela n.º 5: Relacionamento entre professor X alunos

PÚBLICO RESPONDENTE	RESPOSTA:
P.1	<i>"Depende muito do tratamento que dão a eles";</i>
P.2	<i>"Um bom relacionamento";</i>
P.3	<i>"Tendo um bom relacionamento, amigável e respeitoso acima de tudo";</i>
P.4	<i>"Diria que depende".</i>

Fonte: Do próprio pesquisador

As respostas indicam que esse relacionamento é altamente condicionado pela forma como os professores tratam os estudantes. A repetição da palavra "depende" nas respostas sugere que o relacionamento pode variar de acordo com a postura dos professores em sala de aula, sendo mais positivo quando há respeito, cordialidade e um ambiente amigável. Isso reflete a importância de uma interação humana de qualidade para o sucesso da dinâmica entre professor e aluno. A percepção de que um "bom relacionamento" e o "respeito" são fundamentais reforça a ideia de que a relação entre professores e alunos não é puramente hierárquica ou institucional, mas depende de um vínculo interpessoal saudável, como discutido por Tardif (2002). Tardif afirma que a relação professor-aluno deve ser construída com base em confiança mútua, comunicação aberta e respeito, sendo essencial para o

desenvolvimento de um ambiente escolar inclusivo e motivador.

Libâneo (1994) também aponta que a mediação pedagógica desempenha um papel central na criação de um clima de cooperação entre professores e alunos. Quando o professor estabelece uma relação respeitosa e amigável, o aluno tende a se sentir mais à vontade, o que favorece o engajamento nas atividades escolares e a construção do conhecimento. Por outro lado, se o professor adota uma postura mais autoritária ou distante, isso pode gerar um ambiente de tensão, prejudicando o processo de ensino-aprendizagem. Ainda sobre a importância da construção de um bom relacionamento, Freire (1987) enfatiza a necessidade do diálogo no ambiente educacional. Para ele, o diálogo é uma ferramenta essencial para o relacionamento entre professor e aluno, permitindo a criação de um espaço de aprendizagem participativo e crítico. Ao promover um ambiente de troca e respeito, os professores contribuem para o desenvolvimento não apenas acadêmico, mas também pessoal e social dos estudantes.

Pergunta n.º 6: Que tipo de suporte a escola oferece para estudantes com dificuldades de aprendizagem?

Tabela n.º 6: O suporte oferecido aos estudantes com dificuldades na aprendizagem

PÚBLICO RESPONDENTE	RESPOSTA:
P.1	<i>"A escola não está capacitada para dar suporte aos alunos com dificuldades";</i>
P.2	<i>"Nenhum";</i>
P.3	<i>"Ela é ineficiente. Não oferecendo um aprendizado de grande qualidade e não contribui para aprendizagens especiais";</i>
P.4	<i>"Nenhum".</i>

Fonte: Do próprio pesquisador

As respostas no mostram que, na percepção dos respondentes, a escola é ineficiente em oferecer apoio adequado a esses estudantes. As afirmações "A escola não está capacitada", "Nenhum" e "Ela é ineficiente" revelam uma falta de estrutura, preparo ou recursos para lidar com as necessidades específicas de alunos com dificuldades de aprendizagem, sugerindo que a escola não possui políticas ou práticas eficazes nesse sentido.

Essa situação é abordada por Mantoan (2003), que discute a importância da inclusão escolar e do suporte adequado para alunos com dificuldades de aprendizagem. Mantoan destaca que a escola inclusiva deve estar preparada para atender à diversidade de alunos, oferecendo apoio pedagógico individualizado, adaptação curricular e métodos que atendam às diferentes necessidades. No entanto, como visto nas respostas, a realidade em muitas escolas brasileiras é a ausência de capacitação dos professores e falta de recursos adequados para implementar tais práticas.

A visão de que a escola "não oferece aprendizado de grande qualidade e não contribui para aprendizagens especiais" reforça a análise de Sasaki (2016), que afirma que muitos sistemas educacionais no Brasil ainda operam de maneira excludente.

Para Sasaki, o suporte educacional a estudantes com dificuldades de aprendizagem deve envolver não apenas estratégias pedagógicas diferenciadas, mas também um ambiente escolar que promova a equidade e o desenvolvimento de todos. A ausência de tais práticas, como evidenciada nas respostas, aponta para falhas no processo de inclusão e adaptação às necessidades dos alunos.

O Ministério de Educação - MEC (2019), em suas diretrizes sobre educação inclusiva, recomenda que as escolas ofereçam suporte especializado para alunos com dificuldades de aprendizagem, como salas de recursos multifuncionais, apoio pedagógico complementar e formação continuada para os docentes. No entanto, a ausência de tais recursos nas escolas relatadas revela uma lacuna entre as políticas educacionais e sua implementação prática, o que contribui para a exclusão de alunos que mais necessitam de apoio. Objetivo: Descrever as principais dificuldades de permanência dos estudantes da escola ribeirinha.

Sobre as principais dificuldades de permanência dos estudantes

Pergunta n.º 7: Quais são os principais desafios enfrentados pelos estudantes para chegar à escola diariamente?

Tabela n.º 7: Os principais desafios enfrentados pelos estudantes para chegar à escola

PÚBLICO RESPONDENTE	RESPOSTA:
P.1	<i>"É a localização da escola em relação a comunidade onde moram a maioria dos alunos que dependem de transportes por água pagos pelo governo, porém a situação de enchentes atrapalha";</i>
P.2	<i>"O fenômeno natural (Rios), devido as secas e transportes insuficientes (transporte aquático)";</i>
P.3	<i>"Falta de transporte";</i>
P.4	<i>"O problema maior são os rios quando ora seca, ora enche";</i>

Fonte: Do próprio pesquisador

Ao analisar as respostas dadas pelos entrevistados em relação aos desafios enfrentados pelos estudantes para chegar à escola diariamente, nota-se que as barreiras estão diretamente relacionadas a questões geográficas e ambientais, além de insuficiências estruturais nos serviços de transporte. Os principais desafios mencionados envolvem a dependência de transporte aquático provido pelo governo, que é afetado por fenômenos naturais, como enchentes e secas, e pela escassez de transportes adequados.

As respostas ressaltam a dependência do transporte aquático, uma característica comum em regiões ribeirinhas ou áreas isoladas, onde o acesso à educação se torna mais complicado devido às variações climáticas. Segundo Dourado (2007), as peculiaridades regionais afetam diretamente o acesso e a permanência dos alunos na escola, especialmente em regiões rurais e periféricas, onde o transporte escolar é limitado e frequentemente interrompido por fenômenos climáticos, como enchentes e secas.

A variação do nível dos rios, que "ora seca, ora enche", é um desafio significativo para esses estudantes. Em períodos de seca, os rios podem se tornar intransitáveis, forçando os alunos

a buscar alternativas, muitas vezes inexistentes. Por outro lado, as enchentes podem representar perigos para a navegação e acesso às escolas. Nesse sentido, Caldart (2004) enfatiza que o contexto natural e ambiental exerce uma influência direta nas condições de acesso à educação nas áreas rurais, especialmente em comunidades que dependem de transportes não convencionais, como o aquático.

Além dos fenômenos naturais, outro fator que agrava a situação é a falta de transporte escolar adequado. O governo fornece meios de transporte, porém, de acordo com os entrevistados, esses são insuficientes para atender a demanda dos estudantes. Isso reforça o ponto discutido por Cavaliere (2002), que destaca a precariedade dos serviços públicos oferecidos para o transporte escolar em áreas isoladas como um dos principais obstáculos ao acesso à educação, evidenciando a desigualdade regional no país.

Pergunta n.º 8: O aluno tem acesso a materiais escolares e recursos educativos (livros e internet)?

Tabela n.º 8: O acesso a materiais escolares e recursos educativos pelos alunos

PÚBLICO RESPONDENTE	RESPOSTA:
P.1	<i>“Poucas vezes ao livro didático. Internet não possui”;</i>
P.2	<i>“Não. Apenas a livros desatualizados”;</i>
P.3	<i>“Somente aos livros didáticos”;</i>
P.4	<i>“Apenas aos livros”.</i>

Fonte: Do próprio pesquisador

As respostas apresentadas indicam que os alunos têm acesso limitado a materiais escolares e recursos educativos, com ênfase em livros didáticos, muitas vezes desatualizados, e sem

acesso à internet. Essa situação evidencia uma falta de infraestrutura e desigualdade no acesso a recursos essenciais para uma aprendizagem de qualidade. Essa limitação no acesso a materiais atualizados pode comprometer a qualidade da educação oferecida, uma vez que o conhecimento se renova constantemente. Segundo Bonamino e Souza (2012), o acesso restrito a materiais atualizados reforça as desigualdades educacionais, já que o currículo escolar, quando pautado em conteúdos desatualizados, não acompanha as transformações e exigências contemporâneas do mercado e da sociedade.

Em um contexto onde as tecnologias digitais estão cada vez mais integradas ao processo de ensino-aprendizagem, a falta de acesso à internet limita as oportunidades de pesquisa, comunicação e interação com conteúdos digitais. De acordo com Costa e Gatti (2017), a internet e as tecnologias digitais desempenham um papel central no desenvolvimento de competências necessárias no século XXI, como a autonomia na busca por informações e o uso de múltiplas linguagens. A ausência desse recurso coloca os alunos em desvantagem em comparação com aqueles que têm acesso às tecnologias.

As respostas também refletem uma desigualdade no acesso a recursos educativos que, segundo os autores, é amplificada pela falta de políticas públicas adequadas que garantam a inclusão digital e a modernização dos acervos escolares. Oliveira (2019) destaca que, para superar essa desigualdade, é essencial que o Estado forneça recursos digitais e invista na formação continuada de professores para o uso pedagógico das tecnologias. A ausência de internet e o uso restrito de materiais

impressos limitam as possibilidades de inovação no ensino e o acesso dos estudantes a um conhecimento mais amplo e atualizado.

Pergunta n.º 9: Você costuma ouvir relatos de discriminação, bullying ou violência na escola que possam afetar a permanência dos alunos?

Tabela n.º 9: Relatos de discriminação, bullying ou violência na escola

PÚBLICO RESPONDENTE	RESPOSTA:
P.1	"Raramente";
P.2	"Raramente";
P.3	"Raramente";
P.4	"Algumas vezes".

Fonte: Do próprio pesquisador

As respostas "raramente" e "algumas vezes" sugerem que os entrevistados percebem casos de discriminação, bullying ou violência na escola como situações esporádicas, mas não ausentes. Embora esses incidentes possam não ser frequentes segundo as respostas, mesmo ocorrências ocasionais de violência ou discriminação podem impactar a permanência dos alunos na escola. Essa situação reflete a complexidade das dinâmicas escolares, onde a presença de conflitos, ainda que não constantes, tem implicações graves para o bem-estar e a aprendizagem dos estudantes. De acordo com Pereira e Moraes (2018), o bullying pode provocar sentimentos de exclusão, medo e baixa autoestima nos alunos, levando à evasão escolar, especialmente quando a escola não dispõe de mecanismos eficazes para prevenir e lidar com esses episódios.

A literatura brasileira destaca que, mesmo em contextos onde o bullying é relatado com menor frequência, seu impacto psicológico pode ser severo, prejudicando tanto o desempenho acadêmico quanto a convivência social dos estudantes. Para Abramovay e Rua (2019), a violência no ambiente escolar, seja física ou simbólica, contribui para a criação de um espaço hostil, que inibe a aprendizagem e o desenvolvimento saudável das relações sociais. A percepção de segurança é fundamental para que os alunos se sintam motivados a frequentar a escola, e a falta dessa segurança pode levar à evasão ou ao desinteresse. Na concepção de Silva e Leme (2020), a criação de ambientes educacionais inclusivos e acolhedores, onde a diversidade é respeitada e os conflitos são mediados de forma eficiente, é fundamental para garantir a permanência dos alunos. Programas de conscientização sobre o respeito às diferenças e o combate à violência escolar têm mostrado eficácia na promoção de uma cultura escolar mais segura e inclusiva.

Pergunta n.º 10: Como é a relação dos alunos com os professores e a equipe escolar?

Tabela n.º 10: O relacionamento aluno X professores X equipe escolar

PÚBLICO RESPONDENTE	RESPOSTA:
P.1	"Boa";
P.2	"Acessível, pois se tratam com respeito";
P.3	"Boa";
P.4	"Legal".

Fonte: Do próprio pesquisador

A relação entre os alunos e os professores, assim como com a equipe escolar, exerce um impacto direto no desempenho

acadêmico, no comportamento dos estudantes e no clima escolar. As respostas "Boa", "Acessível, pois se tratam com respeito" e "Legal" sugerem uma relação positiva e amigável entre os alunos, os professores e a equipe escolar. Embora sejam respostas curtas, elas indicam um ambiente onde há respeito e acessibilidade nas interações, características que influenciam diretamente o sucesso educacional e a satisfação dos alunos no ambiente escolar.

Segundo Abramovay (2022), o clima escolar é um fator essencial para o desenvolvimento de relações interpessoais saudáveis entre os diferentes atores da escola. A palavra "boa" usada pelos alunos para descrever a relação com professores e a equipe sugere um ambiente escolar que favorece a cooperação e o respeito, características de um clima positivo. Abramovay destaca que em escolas onde há respeito mútuo, as interações são mais acessíveis, facilitando o aprendizado e o engajamento dos alunos.

O respeito nas relações entre alunos e professores, mencionado na resposta "Acessível, pois se tratam com respeito", é um aspecto destacado por Pacheco (2021). Ele enfatiza que o respeito mútuo é fundamental para a construção de um ambiente educacional inclusivo e democrático. Quando os alunos percebem que os professores e a equipe escolar são acessíveis e respeitosos, eles se sentem mais à vontade para participar e interagir, o que pode melhorar tanto o desempenho acadêmico quanto o desenvolvimento pessoal.

Outro aspecto importante mencionado por Tognetta (2020) é a ideia de que a relação entre alunos e professores vai além da

dimensão pedagógica e envolve uma relação afetiva. Respostas como "Legal" sugerem que os alunos enxergam seus professores como figuras acessíveis e amigáveis, o que pode facilitar o processo de ensino-aprendizagem. Tognetta afirma que a presença de laços afetivos positivos contribui para a motivação dos alunos e para o fortalecimento de vínculos dentro da escola.

Pergunta n.º 11: A família é chamada a participar das ações que a escola realiza?

Tabela n.º 11: A participação da família nas ações realizadas pela escola

PÚBLICO RESPONDENTE	RESPOSTA:
P.1	<i>"Sim, mas raramente comparece";</i>
P.2	<i>"Sim, e algumas vezes";</i>
P.3	<i>"É chamada, mas dificilmente comparece";</i>
P.4	<i>"Sim, mas por falta de tempo, eles acabam não participando e assim se afastam".</i>

Fonte: Do próprio pesquisador

As respostas fornecidas ("Sim, mas raramente comparece", "Sim, e algumas vezes", "É chamada, mas dificilmente comparece", "Sim, mas por falta de tempo, eles acabam não participando e assim se afastam") indicam uma tendência de baixa participação familiar nas atividades escolares, apesar de a escola realizar convites. Segundo Paro (2016), a participação da família na escola é essencial para o desenvolvimento integral dos estudantes. No entanto, ele destaca que muitas vezes essa participação é limitada por barreiras, como a falta de tempo, dificuldades socioeconômicas ou até uma compreensão equivocada do papel da escola e da família.

Cipriano (2015) também discute as barreiras que as famílias enfrentam para participar das atividades escolares, destacando a falta de tempo como uma das principais justificativas, especialmente em famílias de baixa renda ou com longas jornadas de trabalho. Cipriano afirma que, muitas vezes, o modelo tradicional de engajamento familiar — que espera a presença física dos pais nas reuniões e eventos escolares — não leva em consideração a realidade dessas famílias. A resposta “Sim, mas por falta de tempo, eles acabam não participando e assim se afastam” exemplifica perfeitamente esse cenário descrito por Cipriano.

Para Saviani (2007), uma comunicação eficaz entre a escola e a família é fundamental para superar as barreiras de participação. Ele argumenta que, ao desenvolver uma estratégia de comunicação mais aberta e acessível, as escolas podem minimizar o afastamento das famílias e incentivá-las a participar de outras formas, mesmo que não seja sempre presencialmente. As respostas analisadas sugerem que, apesar dos convites, ainda há uma falha na comunicação ou na motivação que permita maior envolvimento, o que reflete a importância das estratégias sugeridas por Saviani.

Análise das respostas do Diretor escolar e do secretário escolar

Objetivo:

Relatar as principais dificuldades que a equipe gestora encontra para garantir o acesso à escola e combater a evasão escolar.

Pergunta 12: Quais são os principais desafios logísticos enfrentados pela equipe gestora para garantir que todos os alunos possam chegar à escola?

Tabela n.º 12: Os principais desafios logísticos enfrentados pela equipe gestora

PÚBLICO RESPONDENTE	RESPOSTA:
Diretor escolar	<i>“Os repasses das verbas não são suficientes para o pagamento dos transportes, devido também ao atraso, os alunos passam dias sem estudar e perdem o interesse”;</i>
Secretário escolar	<i>“Pelo fato de a Escola estar situada em área rural, onde a grande maioria dos alunos dependem de transporte escolar para chegar até ela, considero este um desafio aos alunos”;</i>

Fonte: Do próprio pesquisador

As respostas destacam dois desafios logísticos enfrentados pela equipe gestora da escola: o repasse insuficiente e o atraso das verbas destinadas ao transporte escolar, além da localização rural da escola. Para Oliveira (2014), a falta de recursos financeiros é uma das principais barreiras enfrentadas pelas gestões escolares, especialmente em áreas rurais, onde o transporte escolar é essencial para a frequência regular dos alunos. O atraso nas verbas, conforme destacado na resposta, leva à interrupção temporária do serviço, comprometendo o interesse dos alunos e a continuidade de seus estudos. Já Souza (2015) enfatiza que a localização geográfica das escolas em áreas rurais constitui um desafio, pois muitos alunos moram em locais distantes, onde o transporte público é escasso ou inexistente. Esses desafios ressaltam a necessidade de políticas públicas eficazes para garantir o direito ao acesso à educação.

Pergunta 13: De que maneira as condições de infraestrutura da escola (salas de aula, materiais didáticos, etc.) impactam na frequência e no desempenho dos alunos?

Tabela n.º 13: Os impactos da de infraestrutura da escola na aprendizagem e no desempenho dos alunos

PÚBLICO RESPONDENTE	RESPOSTA:
Diretor escolar	<i>"A escola não foi concluída na sua construção e está em péssimas condições, não sendo um lugar atrativo para os estudantes";</i>
Secretário escolar	<i>"A escola precisa ser um local aconchegante, onde os alunos se sintam confortáveis, nesse sentido, a escola Filadélfia, por ter uma estrutura inacabada e já um pouco deteriorada pela ação do tempo, dessa maneira, os alunos não se sentem valorizados, por estar a tanto tempo em um prédio cuja infraestrutura não oferece boas condições".</i>

Fonte: Do próprio pesquisador

As respostas evidenciam que a infraestrutura precária da escola impacta diretamente na frequência e no desempenho dos alunos. A falta de conclusão na construção da escola e sua deterioração geram um ambiente pouco atrativo e desconfortável para os estudantes, o que desmotiva a frequência regular e afeta negativamente o processo de aprendizagem. Araújo (2017) destaca que o ambiente escolar precisa ser acolhedor e estimulante para que os alunos se sintam motivados a frequentar as aulas. As condições físicas da escola, como salas de aula bem iluminadas, ventiladas e com mobiliário adequado, favorecem o bem-estar dos alunos e influenciam diretamente na sua capacidade de concentração e aprendizado. Quando a infraestrutura é deficiente, como no caso da Escola Filadélfia, descrita como "inacabada" e "deteriorada", os estudantes não se sentem confortáveis e isso

afeta sua motivação, participação e desempenho acadêmico. A precariedade da infraestrutura também compromete a autoimagem dos alunos. Menezes (2016) argumenta que um ambiente escolar malconservado pode influenciar a autoestima dos estudantes, levando-os a acreditar que não são prioridade para o sistema educacional.

Pergunta 14: Quais estratégias e programas a escola já implementaram para combater a evasão escolar e quais foram os principais desafios e resultados dessas iniciativas?

Tabela n.º 14: As estratégias e os programas implementados pela escola e seus resultados para combater a evasão escolar

PÚBLICO RESPONDENTE	RESPOSTA:
Diretor escolar	<i>“Os alunos foram escritos nos programas do governo para que com a aquisição dos recursos possam contribuir para a permanência na escola”;</i>
Secretário escolar	<i>“Além de conversas com os alunos, a Escola não adotou estratégias e programas, porém, não considero que a evasão escolar da mesma seja elevada”.</i>

Fonte: Do próprio pesquisador

As respostas mencionam uma ação relacionada à inscrição dos alunos em programas do governo, como uma tentativa de combate à evasão escolar. A adoção de programas governamentais é uma estratégia comum nas escolas públicas para promover a inclusão e a permanência dos estudantes. Esses programas, geralmente de assistência social ou de incentivo à educação, visam diminuir as barreiras socioeconômicas que levam à evasão escolar, como falta de transporte, materiais escolares e alimentação. Libâneo (1998) argumenta que os programas governamentais, como o

Programa Bolsa Família, Bolsa Escola e outros incentivos sociais, desempenham um papel fundamental na promoção da permanência escolar, pois fornecem suporte direto a famílias em situação de vulnerabilidade. No entanto, apenas inscrever os alunos em programas de governo não é suficiente para garantir sua permanência. Há a necessidade de uma abordagem mais ampla, incluindo apoio pedagógico e ações específicas voltadas para o engajamento acadêmico e a construção de um ambiente escolar acolhedor.

A resposta: *"Além de conversas com os alunos, a escola não adotou estratégias e programas, porém, não considero que a evasão escolar da mesma seja elevada"*, revela uma abordagem limitada para lidar com a evasão escolar, restringindo-se a "conversas com os alunos". Isso sugere que, na visão da escola, apenas o diálogo poderia ser suficiente para abrandar a evasão. Além disso, o conceito de "evasão não elevada" pode ser subjetivo e deve ser analisado em relação aos dados e contextos regionais. Mesmo que os números absolutos não pareçam alarmantes, cada aluno que abandona a escola é um indicativo de que existem problemas a serem resolvidos.

Pergunta 15: Quais são as principais barreiras encontradas na comunicação e no engajamento com as famílias dos alunos?

Tabela n.º 15: As principais barreiras encontradas na comunicação e no engajamento com as famílias dos alunos

PÚBLICO RESPONDENTE	RESPOSTA:
Diretor escolar	<i>"A distância entre a escola e a residência dos alunos, a falta de acompanhamento dos pais devido ao trabalho e por não terem acesso à tecnologia";</i>
Secretário escolar	<i>"As maiores dificuldades estão com as famílias que moram em áreas isoladas e afastadas da escola. Acredito que essa seja uma das maiores dificuldades encontradas para manter o contato dessas famílias com a escola nos momentos necessários".</i>

Fonte: Do próprio pesquisador

A resposta destaca duas barreiras principais na comunicação e engajamento com as famílias dos alunos: a distância geográfica entre a escola e a residência dos alunos e a falta de acompanhamento parental devido a fatores socioeconômicos, como a carga de trabalho dos pais e a falta de acesso a tecnologias. Caldart (2004), em seu estudo sobre educação no campo, destaca que a localização das escolas em áreas rurais influencia diretamente o acesso à educação e o engajamento das famílias. A dificuldade de deslocamento compromete a interação constante entre a escola e os responsáveis, além de limitar a participação ativa nas reuniões escolares e nas decisões pedagógicas.

O segundo fator levantado é a falta de acompanhamento parental, que pode estar relacionada à necessidade dos pais trabalharem longas horas ou à falta de familiaridade com as novas tecnologias, fundamentais para a comunicação escolar no cenário atual. Freitas (2010) ressalta que, em muitas famílias de baixa renda, os pais não conseguem acompanhar a vida escolar de seus filhos, seja por questões de tempo, seja por não possuírem os conhecimentos necessários para utilizar as plataformas digitais que conectam a escola e os alunos.

Pergunta 16: Quais dificuldades financeiras a escola enfrenta que impactam na capacidade de combater a evasão escolar?

Tabela n.º 16: Dificuldades financeiras a escola enfrenta que impactam na capacidade de combater a evasão escolar

PÚBLICO RESPONDENTE	RESPOSTA:
Diretor escolar	<i>“A escola está inadimplente por conta da falta de prestação de contas de verbas pelos gestores anteriores, com isso os recursos são mínimos para a aquisição de materiais”;</i>
Secretário escolar	<i>“As dificuldades financeiras estão baseadas nos recursos recebidos pela mantenedora, que não são suficientes para manter a escola com um funcionamento adequado, o que acaba impossibilitando a implantação de projetos que possam envolver os estudantes de maneira prazerosa”.</i>

Fonte: Do próprio pesquisador

A situação de inadimplência devido à má gestão anterior, que não prestou contas das verbas recebidas, cria um bloqueio no recebimento de novos recursos, afetando diretamente a capacidade da escola de financiar materiais e atividades essenciais. Sem esses recursos, a escola enfrenta dificuldades para adquirir materiais didáticos, realizar manutenções e investir em infraestrutura adequada. Cury (2008) discute como a má gestão de recursos educacionais afeta diretamente a qualidade do ensino e a oferta de serviços fundamentais para a retenção dos alunos, o que acaba levando à evasão escolar. As dificuldades financeiras, portanto, criam um ambiente desfavorável ao desenvolvimento de uma educação de qualidade, o que contribui para a desmotivação dos estudantes e aumenta as taxas de evasão escolar.

Pergunta 17: Quais são as condições socioeconômicas das famílias dos estudantes?

Tabela n.º 17: As condições socioeconômicas das famílias

PÚBLICO RESPONDENTE	RESPOSTA:
Diretor escolar	<i>“As famílias são formadas por: agricultores, pescadores, caseiros que tomam conta de fazenda. Todos de baixa renda”;</i>
Secretário escolar	<i>“A maioria das famílias são de baixa renda, sendo que muitos vivem da agricultura, pesca e benefícios sociais”.</i>

Fonte: Do próprio pesquisador

As respostas apontam que as condições socioeconômicas das famílias dos estudantes são marcadas por baixa renda e por atividades de subsistência. As famílias mencionadas são compostas por trabalhadores que atuam em setores tradicionais e de pouca formalização, como agricultura e pesca. Essas ocupações, além de serem instáveis, geralmente geram rendimentos baixos e irregulares. Souza (2011) discute que famílias em situações de baixa renda, especialmente em áreas rurais e pesqueiras, enfrentam limitações para garantir uma educação de qualidade a seus filhos, principalmente por não poderem investir em materiais escolares, transporte ou atividades extracurriculares. Essa vulnerabilidade econômica afeta diretamente o desempenho e a permanência dos estudantes na escola.

Pergunta 18: Como é o relacionamento entre os professores e os alunos?

Tabela n.º 18: O relacionamento entre professor e aluno

PÚBLICO RESPONDENTE	RESPOSTA:
Diretor escolar	<i>"Quanto a isso, o relacionamento não há problemas";</i>
Secretário escolar	<i>"A relação entre professor e aluno é essencial para que a vivência escolar aconteça de forma plena e prazerosa. É a partir desse contato que se constrói um vínculo importante para superar as dificuldades e alcançar a aprendizagem, nesse sentido, acredito que a maioria dos professores tenham uma boa relação com os estudantes, fazendo com que estes busquem alcançar os objetivos propostos pelas disciplinas".</i>

Fonte: Do próprio pesquisador

A primeira resposta menciona que "não há problemas" no relacionamento, sugerindo que a interação entre professores e alunos é funcional e harmoniosa. Tardif (2002) discute que o bom relacionamento interpessoal é fundamental para criar um ambiente de ensino produtivo, em que os estudantes se sentem à vontade para expressar suas dúvidas e dificuldades. Um vínculo positivo, sem conflitos aparentes, facilita a comunicação e o engajamento do aluno nas atividades escolares.

A segunda resposta destaca a importância de uma relação prazerosa e construtiva entre professores e alunos, afirmando que essa interação é fundamental para superar dificuldades e alcançar os objetivos de aprendizagem. Libâneo (1994) afirma que a qualidade do relacionamento entre professor e aluno é um fator crucial para o sucesso pedagógico. Professores que conseguem estabelecer um vínculo de confiança e respeito com seus alunos tendem a motivá-los a participar ativamente do processo educacional, o que melhora o desempenho e promove um ambiente de aprendizagem mais efetivo.

Pergunta 19: Que tipo de suporte a escola oferece para estudantes com dificuldades de aprendizagem?

Tabela n.º 19: O suporte ofertado pela escola para estudantes com dificuldades de aprendizagem

PÚBLICO RESPONDENTE	RESPOSTA:
Diretor escolar	<i>“No momento não dispomos de recursos auxiliares para contribuir na aprendizagem e nem professores disponíveis”;</i>
Secretário escolar	<i>“Ao detectar esses estudantes com dificuldades de aprendizagem, a equipe pedagógica e gestora, buscam juntas alternativas para trabalhar esses alunos e assim inseri-los no nível de aprendizado ao qual deve corresponder”.</i>

Fonte: Do próprio pesquisador

As respostas indicam dois aspectos distintos sobre o suporte oferecido pela escola a estudantes com dificuldades de aprendizagem: falta de recursos auxiliares e de professores disponíveis, e esforço da equipe pedagógica e gestora para encontrar alternativas para apoiar esses alunos. A primeira resposta destaca que, no momento, a escola não dispõe de recursos auxiliares, como materiais didáticos adaptados ou profissionais especializados, para atender de forma adequada os estudantes com dificuldades de aprendizagem. Essa falta de suporte pode comprometer o desenvolvimento dos alunos.

Mantoan (2003) argumenta que a ausência de recursos pedagógicos e de professores capacitados é uma barreira significativa para a inclusão de estudantes com dificuldades de aprendizagem no ambiente escolar. Sem apoio especializado, como professores de reforço ou psicopedagogos, a escola tem menos condições de atender às necessidades específicas desses alunos.

Apesar das limitações, a segunda resposta menciona que a equipe pedagógica e gestora da escola tenta buscar alternativas para trabalhar com os alunos com dificuldades, inserindo-os no nível de aprendizado adequado. Isso demonstra um esforço colaborativo para apoiar os estudantes, mesmo sem os recursos ideais. Segundo Freire (1996), o papel dos educadores é buscar constantemente métodos inclusivos para superar barreiras no processo de ensino aprendizagem, utilizando criatividade e adaptação às circunstâncias.

Análise das respostas dos estudantes

Objetivo: Identificar os motivos que levam a evasão escolar dos estudantes na escola ribeirinha?

Pergunta 20: Como é a infraestrutura da escola em termos de salas de aula, materiais didáticos e acesso à tecnologia?

Tabela n.º 20: A infraestrutura da escola na visão dos estudantes

PÚBLICO RESPONDENTE	RESPOSTA:
E.1	<i>“A escola precisa ser reformulada. Não possui livros didáticos e nem internet”;</i>
E.2	<i>“Muito precária, não tem material didático e nem acesso à internet”;</i>
E.3	<i>A escola precisa de uma nova estrutura. Não dispõe de internet e nem de livros atualizados”;</i>
E.4	<i>“Muito precária. não tem material didático e nem acesso à internet”;</i>
E.5	<i>“Precária e o acesso à internet não tem”;</i>
E.6	<i>“Bem deteriorada”;</i>
E.7	<i>“Situação bastante precária. Falta tudo”;</i>
E.8	<i>“A estrutura é bastante carente. Sem acesso à internet”;</i>
E.9	<i>“Estrutura precária. Materiais didáticos insuficientes”;</i>
E.10	<i>“Estrutura muito precária”.</i>

Fonte: Do próprio pesquisador

A repetição do termo "precária" nas respostas reflete uma infraestrutura inadequada. A falta de manutenção e o estado de "deterioração" comprometem o ambiente escolar, o que é corroborado por autores como Saviani (2007), que afirma que a infraestrutura física das escolas exerce impacto direto no rendimento dos alunos, pois ambientes deteriorados desmotivam o aprendizado. A ausência de livros atualizados e material didático é recorrente nas respostas. Conforme Libâneo (1998), a oferta de materiais pedagógicos é essencial para o planejamento e a execução de aulas eficazes.

A carência de recursos como livros prejudica o ensino e a aprendizagem, especialmente em contextos onde os estudantes dependem desses recursos para o desenvolvimento de habilidades de leitura e interpretação.

A falta de acesso à internet, destacada em várias respostas, evidencia a lacuna tecnológica da escola. A ausência de conexão dificulta o uso de ferramentas digitais essenciais no cenário educacional contemporâneo. Moran (2005) destaca que a integração das tecnologias digitais no ambiente escolar amplia as possibilidades de aprendizado, sendo a internet um recurso indispensável na educação moderna. No entanto, a escola em questão apresenta "acesso à internet inexistente", o que compromete o preparo dos alunos para o mundo digital e limita as práticas pedagógicas inovadoras.

Pergunta 21: Existem questões relacionadas à saúde ou à alimentação que afetam a frequência escolar dos alunos?

Tabela n.º 21: A questões relacionadas à saúde ou à alimentação que afetam a frequência escolar dos alunos

PÚBLICO RESPONDENTE	RESPOSTA:
E.1	<i>"Existe a carência de merenda escolar: de água é o mínimo que são o mínimo. Os alunos vêm de longe e a escola não dispõe de cantina para o mínimo suporte";</i>
E.2	<i>"Sim, existe. Quase não oferece merenda na escola e nem água tratada";</i>
E.3	<i>"Sim, falta de merenda de qualidade e água tratada";</i>
E.4	<i>"Sim, merenda de baixa qualidade e insuficiente";</i>
E.5	<i>"Sim, a merenda é pouco nutritiva";</i>
E.6	<i>Sim, falta de merenda boa e água tratada";</i>
E.7	<i>Sim, falta de merenda diariamente e água tratada";</i>
E.8	<i>Sim, a merenda de qualidade e água tratada que não tem";</i>
E.9	<i>Sim, falta todos os dias e água que não é tratada";</i>
E.10	<i>Sim, de merenda nutritiva e água tratada".</i>

Fonte: Do próprio pesquisador

A análise dessas respostas revela uma preocupação significativa com a merenda e a qualidade da água disponíveis na escola, elementos que podem impactar diretamente a saúde, o bem-estar e, conseqüentemente, a frequência escolar dos alunos. Praticamente todas as respostas mencionam a falta de uma merenda de qualidade e água tratada. Isso inclui questões como insuficiência, baixa qualidade nutricional e a ausência de merenda em dias específicos.

A carência de uma alimentação adequada pode afetar diretamente a disposição física e cognitiva dos alunos, dificultando sua concentração nas aulas e até mesmo sua motivação para frequentar a escola. A falta de acesso a água potável, além de ser um problema para a hidratação, afeta também o preparo de alimentos seguros e saudáveis. Lima e Sousa (2011) afirmam que a alimentação escolar é um fator essencial para garantir que os alunos tenham energia e disposição para aprender.

A ausência de uma merenda adequada pode impactar diretamente o desempenho escolar, pois a desnutrição ou uma

alimentação inadequada prejudica a capacidade de concentração e de aprendizado dos alunos. Além disso, Lima e Sousa destacam que a merenda escolar, quando de qualidade, pode contribuir para a formação de hábitos alimentares saudáveis e combater problemas como a evasão escolar, já que muitas vezes a refeição oferecida na escola é a principal do dia para alguns estudantes.

Para Silva e Gomes (2018) a merenda escolar desempenha um papel fundamental na promoção da equidade dentro das instituições de ensino, especialmente em áreas de vulnerabilidade social.

Quando a alimentação e o acesso a serviços básicos, como água potável, não são assegurados, os estudantes de famílias com menor poder aquisitivo são diretamente prejudicados. Silva e Gomes também apontam que a descontinuidade na oferta de merenda de qualidade, como mencionam os professores nas respostas analisadas, não só afeta a saúde dos alunos, mas compromete a percepção de cuidado e acolhimento que a escola deveria transmitir.

Pergunta 22: Os pais ou responsáveis apresentam interesse e envolvimento na educação dos filhos?

Tabela n.º 22: O envolvimento da família na educação dos filhos na visão dos estudantes

PÚBLICO RESPONDENTE	RESPOSTA:
E.1	<i>"Raramente";</i>
E.2	<i>"O interesse é mínimo";</i>
E.3	<i>"Pouco interesse";</i>
E.4	<i>"Pouca participação";</i>

E.5	<i>"Não. Poucos dias participam";</i>
E.6	<i>"Baixa participação";</i>
E.7	<i>"Muito baixa participação";</i>
E.8	<i>"Muito raramente;</i>
E.9	<i>"Muito pouco".</i>
E.10	<i>"De vez em quando".</i>

Fonte: Do próprio pesquisador

Todas as respostas evidenciam que há um envolvimento muito reduzido por parte dos pais na educação escolar de seus filhos. Esse pouco interesse pode ser um fator significativo que afeta o desempenho acadêmico e o comportamento dos alunos, uma vez que a participação ativa da família é reconhecida como um elemento fundamental para o sucesso escolar. Epstein (1995) defende que a parceria entre escola e família é essencial para criar um ambiente de suporte que motiva o estudante. A ausência dessa colaboração pode resultar em dificuldades na aprendizagem, menor motivação para os estudos e até mesmo na evasão escolar.

As respostas também sugerem uma desconexão ou falta de comunicação entre a escola e os responsáveis. Segundo Libâneo (2008), a colaboração entre esses dois agentes é fundamental para o desenvolvimento integral do aluno. Quando o interesse dos pais é mínimo ou raramente demonstrado, pode haver um distanciamento em relação ao progresso escolar dos filhos, o que impede o estabelecimento de um vínculo positivo entre família e escola.

Pergunta 23: Quais são as condições socioeconômicas das famílias dos estudantes?

Tabela n.º 23: As condições socioeconômicas das famílias na ótica dos estudantes

PÚBLICO RESPONDENTE	RESPOSTA:
E.1	<i>"Famílias carentes em sua maioria";</i>
E.2	<i>"Famílias que dependem de seus produtos que vendem nas feiras e também dependem do programa do governo";</i>
E.3	<i>"São carentes e de baixa renda";</i>
E.4	<i>"A maioria depende do programa do governo";</i>
E.5	<i>"São de baixa renda";</i>
E.6	<i>"Dependem do programa do governo";</i>
E.7	<i>"Muito carente";</i>
E.8	<i>"Bastante carente";</i>
E.9	<i>"Muitos depende do governo";</i>
E.10	<i>"Em sua maioria, são famílias carentes".</i>

Fonte: Do próprio pesquisador

As respostas fornecidas indicam um padrão claro nas condições socioeconômicas das famílias dos estudantes. Ao analisar as afirmações, observa-se que o vocabulário é repetitivo, utilizando frequentemente termos como "carente", "baixa renda" e "dependência de programas do governo. Segundo Sen (1999), a pobreza não se resume apenas à falta de renda, mas à privação de capacidades, ou seja, à falta de acesso a recursos e oportunidades que permitam às pessoas melhorar sua qualidade de vida. No caso dessas famílias, a dependência de programas governamentais e a informalidade nas fontes de renda são indicativos dessa privação de capacidades, o que limita suas chances de mobilidade social e desenvolvimento.

Além disso, Holanda (2000) discute a informalidade nas relações de trabalho no Brasil, enfatizando como as camadas mais pobres da população recorrem ao trabalho informal para sobreviver, já que o mercado formal de trabalho muitas vezes

não lhes oferece oportunidades suficientes. No caso das famílias descritas, a venda de produtos nas feiras se insere nesse contexto, reforçando a vulnerabilidade econômica e a incerteza quanto à estabilidade financeira.

Pergunta 24: Como é o relacionamento entre os professores e os alunos?

Tabela n.º 24: Como se dá o relacionamento entre professor e aluno na visão dos estudantes

PÚBLICO RESPONDENTE	RESPOSTA:
E.1	<i>“Um bom relacionamento”;</i>
E.2	<i>“Um relacionamento tranquilo de muito respeito e cordialidade”;</i>
E.3	<i>“Muito bom”;</i>
E.4	<i>“Muito bom”;</i>
E.5	<i>“Bom”;</i>
E.6	<i>“Existe respeito entre os professores e os alunos”;</i>
E.7	<i>“Muito bom”;</i>
E.8	<i>“Tranquilo”;</i>
E.9	<i>“Muito bom, envolve respeito”;</i>
E.10	<i>“Se dão bem”.</i>

Fonte: Do próprio pesquisador

As respostas indicam um relacionamento marcado pelo respeito e cordialidade entre professores e alunos, o que é fundamental para criar um ambiente de aprendizado saudável. Freire (1996) em *Pedagogia da Autonomia* defende que o ato de educar deve ser uma relação dialógica, baseada no respeito mútuo. Freire acredita que a educação só é eficaz quando há uma relação de troca entre professor e aluno, onde ambos são agentes ativos do processo de ensino aprendizagem.

Tardif e Lessard (2005) exploram como o relacionamento entre professores e alunos afeta diretamente a eficácia

pedagógica. Segundo eles, um ambiente baseado em respeito e cordialidade promove um clima favorável ao aprendizado, reduzindo tensões e conflitos, o que facilita o desempenho acadêmico e o desenvolvimento social dos estudantes. Esses autores reforçam a ideia de que relações saudáveis entre professores e alunos são pilares para uma prática pedagógica bem-sucedida. Um ambiente onde predomina o respeito mútuo, como descrito nas respostas, tende a favorecer o engajamento dos alunos e a cooperação no processo de ensino.

Pergunta 25: Que tipo de suporte a escola oferece para estudantes com dificuldades de aprendizagem?

Tabela n.º 25: Tipo de suporte oferecido aos alunos com dificuldades

PÚBLICO RESPONDENTE	RESPOSTA:
E.1	<i>"A escola não tem suporte pedagógico e nem material didático";</i>
E.2	<i>"Nenhum";</i>
E.3	<i>"Os suportes são quase zero, tem-se apenas uma recuperação paralela";</i>
E.4	<i>"Quase nada. Existe apenas recuperação";</i>
E.5	<i>"A escola oferece apenas recuperação paralela como suporte";</i>
E.6	<i>"Nenhum";</i>
E.7	<i>"Não existe trabalho no contra turno para trabalhar as dificuldades dos alunos";</i>
E.8	<i>"Nenhum";</i>
E.9	<i>"Nenhum";</i>
E.10	<i>"Somente a recuperação paralela".</i>

Fonte: Do próprio pesquisador

As respostas sinalizam para uma clara insuficiência de suporte pedagógico para estudantes com dificuldades de aprendizagem na escola, limitando-se à "recuperação paralela".

A frequência da resposta "nenhum" sugere que os alunos com dificuldades não recebem uma intervenção pedagógica adequada e contínua para superar suas barreiras de aprendizagem, o que pode comprometer o desenvolvimento acadêmico e pessoal desses alunos. Vygotsky (1998), ao discutir a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), sugere que o papel do educador é essencial para identificar e atuar na intermediação entre o que o aluno já sabe e o que ele pode aprender com apoio adequado. Quando o suporte escolar é reduzido a estratégias pontuais como a recuperação, perde-se a oportunidade de trabalhar de forma colaborativa e sistemática as dificuldades de aprendizagem, o que compromete o desenvolvimento integral do aluno. Coll et al. (2000) discutem que o suporte pedagógico deve incluir uma variedade de recursos, desde materiais didáticos diferenciados até o uso de tecnologias, e não se limitar a ações corretivas isoladas, como a recuperação. A falta de tais suportes na escola pode contribuir para a perpetuação das dificuldades dos alunos, ao invés de solucioná-las.

Objetivo: Descrever as principais dificuldades de permanência dos estudantes da escola ribeirinha;

Pergunta 26: Quais são os principais desafios enfrentados pelos estudantes para chegar à escola diariamente?

Tabela n.º 26: Os principais desafios enfrentados pelos estudantes

PÚBLICO RESPONDENTE	RESPOSTA:
E.1	<i>"A falta de locomoção";</i>
E.2	<i>"A falta de locomoção e a falta de transporte escolar";</i>
E.3	<i>"A distância e o transporte para o deslocamento";</i>
E.4	<i>"Livros desatualizados e a falta de internet";</i>
E.5	<i>"A distância e a falta de transporte escolar";</i>
E.6	<i>"Carência de transporte escolar e a distância longa até a escola";</i>
E.7	<i>"O meio de transporte escolar";</i>
E.8	<i>"A distância entre a escola e a casa dos alunos";</i>
E.9	<i>"O acesso à escola, pois o transporte escolar é insuficiente";</i>
E.10	<i>"O transporte escolar".</i>

Fonte: Do próprio pesquisador

As respostas apontam que os principais desafios enfrentados pelos estudantes para chegar à escola estão relacionados à falta ou insuficiência de transporte escolar e à distância considerável entre suas residências e a instituição de ensino. Além disso, há menções à falta de infraestrutura, como livros desatualizados e ausência de internet, o que também pode afetar o processo de aprendizado, mas o foco principal é a dificuldade no deslocamento.

Os desafios enfrentados pelos estudantes para chegar à escola estão, em grande parte, ligados a fatores de infraestrutura, particularmente o transporte escolar inadequado e a distância entre suas casas e a escola. Saviani (2008) discute que a falta de infraestrutura adequada, como transporte escolar eficiente, é uma das barreiras históricas para a democratização do acesso à educação no Brasil, especialmente nas áreas rurais e regiões periféricas. Isso limita o direito à educação, visto que o deslocamento até a escola se torna um obstáculo significativo, especialmente para alunos de baixa

renda. Segundo Libâneo (2008), o acesso à educação de qualidade não se limita ao conteúdo oferecido dentro da sala de aula, mas também inclui as condições que possibilitam o comparecimento dos alunos. A falta de transporte escolar ou sua insuficiência afeta diretamente a frequência dos estudantes, o que, por sua vez, impacta seu rendimento acadêmico e pode aumentar os índices de evasão escolar.

Pergunta 27: O aluno tem acesso a materiais escolares e recursos educativos (livros e internet)?

Tabela n.º 27: O acesso a materiais escolares e recursos educativos pelos estudantes

PÚBLICO RESPONDENTE	RESPOSTA:
E.1	<i>“Não, pois os livros na maioria já estão desatualizados”;</i>
E.2	<i>“Não temos internet e os livros são desatualizados”;</i>
E.3	<i>“Os livros são desatualizados”;</i>
E.4	<i>“Não temos internet, os livros que usamos estão em situação precária”;</i>
E.5	<i>“Somente a livros didáticos”;</i>
E.6	<i>“Não”;</i>
E.7	<i>“Pouca coisa, apenas livros didáticos”;</i>
E.8	<i>“Quase nada. Apenas a livros”;</i>
E.9	<i>“Só a livros”;</i>
E.10	<i>“A livros somente”.</i>

Fonte: Do próprio pesquisador

As respostas revelam uma clara insuficiência de recursos educativos disponíveis aos alunos, sendo mencionado que os materiais, em especial os livros, estão desatualizados ou em condições precárias. Além disso, a ausência de internet é recorrente nas respostas, o que limita ainda mais o acesso a fontes diversificadas e atualizadas de conhecimento. A falta de

recursos educativos adequados, como livros atualizados e internet, prejudica a qualidade da educação e o desenvolvimento dos alunos. Essa falta de recursos pedagógicos compromete o processo de ensino-aprendizagem, pois, como afirma Vygotsky (1998), o aprendizado ocorre em interação com o ambiente e com ferramentas culturais, como livros e tecnologias. A ausência dessas ferramentas impede que o aluno se aproprie de conhecimentos atualizados e diversificados, limitando seu desenvolvimento intelectual.

Manuel Castells (2011), em seus estudos sobre a sociedade em rede, destaca a importância do acesso à internet para o aprendizado e para a participação ativa no mundo contemporâneo. A internet oferece uma vastidão de informações e possibilidades de pesquisa que ampliam o horizonte educacional, permitindo que o aluno acesse conteúdos atualizados e interativos. A falta desse recurso nas escolas mencionadas nas respostas reflete uma lacuna tecnológica, que aumenta a desigualdade educacional.

Pergunta 28: Você costuma ouvir relatos de discriminação, bullying ou violência na escola que possam afetar a permanência dos alunos?

Tabela n.º 28: A questão da discriminação, bullying ou violência como fator que promove a desistência dos alunos

PÚBLICO RESPONDENTE	RESPOSTA:
E.1	"Não, raramente";
E.2	"Poucas vezes";
E.3	"Raramente";
E.4	"Não. Somos bem tranquilos";
Q	"Quase nada";
E.6	"Muito pouco";
E.7	"Não";
E.8	"Poucas vezes";
E.9	"Raramente";
E.10	"Poucas vezes".

Fonte: Do próprio pesquisador

As respostas mostram que relatos de discriminação, bullying ou violência na escola são raros ou pouco frequentes, com a maioria dos respondentes afirmando que esses incidentes ocorrem "raramente", "poucas vezes" ou "quase nada". Na percepção dos entrevistados, a escola não enfrenta grandes problemas relacionados a essas questões, pelo menos de forma explícita ou evidente. Olweus (1993), considerado um dos principais pesquisadores sobre bullying, defende que escolas com boas políticas de convivência, intervenções eficazes e uma cultura escolar que valoriza o respeito e a empatia tendem a reduzir significativamente os casos de bullying e violência entre os estudantes.

Por outro lado, a percepção de que esses problemas ocorrem "raramente" ou "poucas vezes" pode também indicar uma subnotificação ou a dificuldade de os alunos relatarem esses episódios. Zan (2015) destaca que, em muitos casos, alunos que sofrem bullying ou discriminação não se sentem à vontade para denunciar esses incidentes, seja por medo de represálias ou pela falta de mecanismos claros de apoio. Nesse

sentido, mesmo que os relatos sejam poucos, isso não significa que a violência ou a discriminação estejam ausentes, mas podem estar sendo ocultadas.

Pergunta 29: Como é a relação dos alunos com os professores e a equipe escolar?

Tabela n.º 29: A relação dos alunos com professor e a equipe escolar.

PÚBLICO RESPONDENTE	RESPOSTA:
E.1	<i>"Existe uma relação de parceria e respeito";</i>
E.2	<i>"É uma boa relação";</i>
E.3	<i>"Boa, cordialidade";</i>
E.4	<i>"Existe uma boa relação";</i>
E.5	<i>"Há um bom relacionamento";</i>
E.6	<i>"Muito boa";</i>
E.7	<i>"De respeito e cordialidade";</i>
E.8	<i>"Boa relação";</i>
E.9	<i>"Há muito respeito entre todos";</i>
E.10	<i>"O relacionamento é muito bom".</i>

Fonte: Do próprio pesquisador

A maioria dos entrevistados descreve a interação como "boa" ou "muito boa", sugerindo um ambiente de cooperação e harmonia no contexto escolar. Piaget (1977) sugere que a aprendizagem envolve não apenas a assimilação de conhecimentos, mas também a construção ativa de saberes mediada pelo relacionamento entre indivíduos em diferentes papéis. Em ambientes onde há respeito mútuo, a interação se torna mais rica e produtiva, potencializando o desenvolvimento intelectual e emocional dos alunos. Freire (1996), destaca que o diálogo entre professores e alunos deve ser baseado em respeito e horizontalidade, para que ambos sejam coparticipantes do processo educativo. As relações hierárquicas rígidas, que não

permitem o diálogo aberto, tendem a gerar distanciamento entre os estudantes e a equipe escolar. Portanto, o fato de as respostas indicarem uma relação de parceria e cordialidade é um indicador de que a escola pode estar promovendo um ambiente mais democrático e inclusivo, favorecendo a aprendizagem crítica e reflexiva.

Pergunta 30: A família é chamada a participar das ações que a escola realiza?

Tabela n.º 30: O chamado da família pela escola afim de participarem de ações escolares.

PÚBLICO RESPONDENTE	RESPOSTA:
E.1	<i>"Nem sempre, somente em datas comemorativas";</i>
E.2	<i>"Nem sempre, mas quando são chamados não aparecem";</i>
E.3	<i>"São chamados, mas raramente aparecem";</i>
E.4	<i>"Sim, mas demonstram pouco interesse";</i>
E.5	<i>"Sim, mas a participação é pouca";</i>
E.6	<i>"Quando são chamados, nunca veem";</i>
E.7	<i>"Nem sempre são chamados";</i>
E.8	<i>"Não demonstram interesse, não gostam de participar";</i>
E.9	<i>"Quando a escola chama, geralmente aparece";</i>
E.10	<i>"Sempre demonstram desinteresse".</i>

Fonte: Do próprio pesquisador

As respostas apresentadas para a pergunta revelam uma percepção predominante de baixa participação ou interesse da família nas atividades escolares, mesmo quando são chamadas. De acordo com Paro (2000), a relação entre família e escola é essencial para o desenvolvimento escolar dos alunos. A presença da família no ambiente escolar não apenas estimula o desempenho acadêmico, mas também cria um ambiente propício para o desenvolvimento socioemocional do aluno.

Quando há uma parceria consolidada entre família e escola, o impacto positivo no desenvolvimento do estudante é significativo. No entanto, quando essa relação é frágil ou inexistente, como apontado em várias das respostas analisadas, há um impacto negativo no processo educacional.

Análise documental

O Projeto Político Pedagógico -PPP.

A ausência desse documento, limitou a profundidade e abrangência da análise da temática relacionada à evasão escolar e às práticas pedagógicas na Escola Ribeirinha Filadélfia. Esse documento é essencial para compreender a estrutura organizacional e os princípios que norteiam o funcionamento da instituição de ensino, bem como as diretrizes pedagógicas que orientam o trabalho dos docentes e a interação com a comunidade escolar. Sem o PPP, tornou se difícil avaliar se as ações da escola estão alinhadas com as necessidades e especificidades da comunidade ribeirinha, e se existem diretrizes claras voltadas para a redução da evasão escolar.

O Regimento Escolar

Na Escola Ribeirinha Filadélfia, situada no Igarapé Grande, no município de Macapá, não há um Regimento Interno próprio que regule o funcionamento específico da instituição. Em vez disso, a escola segue as normas e diretrizes determinadas pelo Estado. Esse fato implica que as regras de convivência, direitos e deveres dos alunos, professores e demais membros da

comunidade escolar são estabelecidos de acordo com as políticas estaduais de educação.

A ausência de um regimento interno específico limita a personalização das normas de acordo com as particularidades da comunidade ribeirinha local. O Regimento Interno geralmente permite que a escola adapte suas normas às necessidades específicas dos alunos, considerando seu contexto socioeconômico, cultural e geográfico. Sem esse documento, a escola fica vinculada às regras gerais do Estado, que podem não atender plenamente às realidades e desafios específicos enfrentados pelos alunos, como a questão do transporte, da frequência escolar e da participação familiar.

No entanto, mesmo sem um regimento próprio, o cumprimento das normas estaduais garante uma estrutura mínima de funcionamento, assegurando que a gestão escolar siga um padrão de organização e disciplina. Essas normas estatais definem regras gerais sobre frequência, comportamento, e outros aspectos fundamentais para a organização escolar, mas podem deixar lacunas na adaptação para o contexto local, o que poderia ser mais bem abordado em um documento interno adaptado às realidades da escola ribeirinha.

Dessa forma, a análise das práticas escolares precisa considerar que a escola não possui um regimento específico, mas segue diretrizes mais amplas, que nem sempre refletem as particularidades e demandas da comunidade onde está inserida.

Portanto, a ausência desses documentos impede uma avaliação completa da organização interna da escola e da implementação de políticas educacionais que poderiam estar em vigor. Esses documentos fornecem uma base legal e normativa que ajudaria a verificar se a escola está adotando estratégias de gestão e ensino compatíveis com a realidade local, contribuindo para o enfrentamento dos problemas educacionais, como a evasão escolar.

Sendo assim, a não análise desses documentos reflete uma lacuna importante na investigação, sugerindo a necessidade de que a escola desenvolva e disponibilize tais instrumentos para garantir uma melhor organização e uma gestão pedagógica mais eficiente.

CAPÍTULO 7

ANÁLISE SINTÉTICA E CONCLUSIVA DE UM TRABALHO DE PESQUISA

A análise dos motivos que levam à evasão escolar e das principais dificuldades de permanência dos estudantes na Escola Ribeirinha Filadélfia, situada no Igarapé Grande, no município de Macapá, Amapá, revela que a evasão escolar é resultado de múltiplos fatores interconectados. Entre os principais motivos que levam à desistência escolar, destacam-se as condições socioeconômicas das famílias, a dificuldade de acesso à escola devido à localização geográfica e à precariedade dos transportes.

Respondendo ao primeiro objetivo que é: Identificar os motivos que levam a evasão escolar dos estudantes na escola ribeirinha. A pesquisa apontou que os motivos da evasão dos estudantes na escola, vai além dos desafios geográficos e econômicos, mas também com as limitações na infraestrutura escolar, a falta de recursos didáticos adequados e a ausência de políticas pedagógicas que considerem a realidade da comunidade ribeirinha contribuem para que os alunos não se sintam motivados a continuar seus estudos. O cenário descrito revela que os alunos têm um acesso restrito e defasado a materiais escolares, com ênfase em livros didáticos desatualizados e ausência de internet. Essa falta de recursos compromete a qualidade da aprendizagem e agrava as

desigualdades educacionais. Para reverter esse quadro, há necessidade de modernização dos acervos escolares, a inclusão digital e o investimento em infraestrutura tecnológica. Assim, seria possível promover uma educação mais equitativa e alinhada às demandas contemporâneas.

Em relação ao segundo objetivo que é: Descrever as principais dificuldades de permanência dos estudantes da escola ribeirinha. O estudo evidenciou que as dificuldades enfrentadas pelos estudantes é a distância que eles levam de sua moradia até para chegar à escola. Há uma crítica recorrente quanto à insuficiência e à baixa qualidade da merenda oferecida, com destaque para a frequência de alimentos inadequados, que não suprem as necessidades nutricionais dos alunos. Além disso, a falta de água tratada e a distância que os estudantes precisam percorrer reforçam a insatisfação com as condições oferecidas. Esse contexto é apontado como um fator significativo para a evasão escolar, já que a alimentação inadequada desmotiva os alunos a permanecerem na escola. Para superar esses desafios, seria necessário um investimento maior em infraestrutura de transporte escolar e em soluções adaptadas às especificidades locais, como transporte terrestre alternativo durante períodos de seca.

No que diz respeito ao terceiro objetivo: Relatar as principais dificuldades que a equipe gestora encontra para poder garantir o acesso à escola e combater a evasão escolar. O estudo mostrou que, apesar de a escola fazer esforços para incluir as famílias em suas atividades, existem desafios estruturais e sociais que dificultam uma participação mais ativa.

A baixa participação, não necessariamente reflete falta de interesse, mas sim barreiras contextuais que precisam ser melhor compreendidas e tratadas. Outra dificuldade encontrada foi a infraestrutura da escola é severamente limitada tanto em termos físicos quanto de recursos didáticos e tecnológicos, o que têm um impacto direto no processo de ensino-aprendizagem e reforçam a necessidade de uma intervenção urgente para reestruturar o ambiente escolar, garantindo condições mínimas para que o aprendizado ocorra de forma adequada.

Por fim, as principais dificuldades enfrentadas pela equipe gestora para garantir o acesso à escola e combater a evasão escolar estão relacionadas à falta de apoio institucional e de políticas públicas adequadas às necessidades da escola ribeirinha. A gestão escolar enfrenta desafios ao lidar com a irregularidade dos transportes escolares, e a falta de recursos financeiros para implementar ações eficazes que incentivem a permanência dos estudantes.

É importante enfatizar que a pesquisa apontou para um perfil socioeconômico predominantemente vulnerável entre as famílias dos estudantes, com muitas delas oriundas da pesca e da agricultura, setores que, em geral, oferecem rendas instáveis e limitadas. A dependência de programas governamentais para sobreviver é uma realidade comum, o que evidencia a situação de baixa renda e carência dessas famílias. Esse contexto reflete uma condição de fragilidade econômica que afeta diretamente o cotidiano dos estudantes, influenciando suas oportunidades e

acesso a recursos básicos, como alimentação e educação de qualidade.

Por outro lado, a ausência de um Regimento Interno e de um Projeto Político Pedagógico (PPP) compromete a organização, planejamento e personalização das práticas pedagógicas e administrativas. O Regimento Interno é fundamental para regular o funcionamento da escola, estabelecendo normas claras de convivência, direitos e deveres de alunos, professores e equipe gestora, garantindo uma disciplina adequada e coerente com a realidade da comunidade escolar. Sua falta dificulta a implementação de regras adaptadas às necessidades locais, o que pode gerar lacunas na gestão e na forma como a disciplina é conduzida. Já o Projeto Político Pedagógico é o principal instrumento de planejamento educacional, pois define as metas, valores, estratégias e a identidade da escola, bem como sua visão pedagógica. Sem o PPP, a escola carece de um direcionamento claro sobre como suas práticas devem ser estruturadas para atender as especificidades da comunidade escolar, o que pode resultar em uma falta de coesão e clareza na ação pedagógica.

A ausência desses documentos compromete tanto a gestão quanto o processo de ensino aprendizagem, pois impede que a escola estabeleça normas e diretrizes próprias, ajustadas à realidade de seus alunos e ao contexto social em que está inserida. Essa falta também dificulta a criação de um ambiente educacional organizado, participativo e direcionado, prejudicando a qualidade do ensino e o desenvolvimento de uma educação contextualizada e democrática.

Em suma, os motivos da evasão escolar na escola ribeirinha são multifacetados, exigindo uma abordagem que integre aspectos pedagógicos, sociais e estruturais para combater esse problema e garantir o direito à educação para todos. No entanto, a pesquisa evidenciou um padrão claro de harmonia e colaboração entre professores, estudantes e equipe escolar. Percebemos que há ênfase em uma relação positiva, marcada por respeito, cordialidade e parceria, sugerindo que o ambiente escolar na escola pesquisada é caracterizado por interações saudáveis, onde o respeito mútuo é fundamental e as pessoas envolvidas compartilham uma convivência agradável e cooperativa. Assim, pode-se concluir que as relações interpessoais no contexto analisado são predominantemente boas, baseadas em respeito e comunicação positiva.

Esses achados por meio da análise e da conclusão desse trabalho que vem responder à pergunta central da pesquisa que foi: Quais os motivos que levam a evasão escolar e as principais dificuldades de permanência dos estudantes na escola ribeirinha Filadélfia do Igarapé Grande do Município de Macapá no Estado do Amapá, Brasil?

Recomendações

Para enfrentar os desafios descritos no estudo sobre a evasão escolar na Escola Ribeirinha Filadélfia, situada no Igarapé Grande, município de Macapá, Amapá, recomenda-se uma abordagem multidimensional que leve em conta as condições socioeconômicas, geográficas, estruturais e pedagógicas da comunidade. As seguintes recomendações

podem contribuir para melhorar a permanência dos alunos na escola e a qualidade da educação oferecida:

Para a Secretaria de Educação do estado do Piauí:

- Investir na ampliação e reforma da infraestrutura da escola, garantindo que os alunos tenham acesso a um ambiente adequado para o aprendizado, com salas de aula confortáveis, materiais didáticos atualizados e recursos tecnológicos;
- Garantir o acesso a água tratada, promovendo a saúde e bem-estar dos alunos;
- Implementar soluções adaptadas às especificidades locais para o transporte escolar, como embarcações adequadas ao período das cheias e meios de transporte terrestre alternativos durante a seca, assegurando que os estudantes possam frequentar a escola de forma segura e regular;
- Melhorar a qualidade e quantidade da merenda escolar, garantindo que os alunos recebam refeições nutritivas e suficientes para suas necessidades. A oferta de uma alimentação adequada pode contribuir significativamente para a permanência e o desempenho escolar;
- Garantir a regularidade no fornecimento de alimentos e água tratada na escola;
- Modernizar o acervo de materiais didáticos, como livros atualizados, e promover a inclusão digital por meio de investimentos em infraestrutura tecnológica, como computadores, tablets e internet de qualidade. Isso é essencial para reduzir a desigualdade educacional e preparar os alunos para as demandas do mundo contemporâneo;

Para a equipe gestora

- Desenvolver ações comunitárias que envolvam as famílias em atividades escolares, facilitando sua integração e participação;
- Fortalecer o vínculo entre a escola e as famílias, criando estratégias de participação que levem em consideração as dificuldades econômicas e geográficas enfrentadas pelos pais. Reuniões itinerantes, programas de capacitação e maior interação entre a escola e a comunidade podem aumentar o engajamento familiar no processo educacional;
- Adaptar o currículo escolar às realidades da comunidade ribeirinha, incorporando conteúdos relacionados ao contexto socioeconômico local, como a pesca e a agricultura, valorizando os saberes e práticas tradicionais;
- Buscar maior apoio das autoridades governamentais para garantir que a escola receba os recursos financeiros e materiais necessários para implementar as mudanças estruturais e pedagógicas recomendadas;
- Promover parcerias com organizações não-governamentais e outros atores sociais para garantir assistência aos alunos e suas famílias, especialmente em questões de saúde, alimentação e transporte;
- Oferecer capacitação continuada aos professores focando no uso de tecnologias e práticas pedagógicas inovadoras, bem como no desenvolvimento de estratégias para lidar com os desafios específicos de uma escola ribeirinha;

➤ Estabelecer um sistema de monitoramento e avaliação contínua da evasão escolar, para identificar e responder rapidamente aos fatores que contribuem para o abandono escolar. A coleta regular de dados permitirá ajustes nas estratégias implementadas e garantirá a eficácia das ações propostas.

Para o professor

- Implementar práticas pedagógicas que promovam a motivação dos alunos, considerando as especificidades culturais e os desafios enfrentados pela comunidade;
- Promover o desenvolvimento de competências voltadas para a inclusão e permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade;

Essas recomendações visam criar condições mais favoráveis para o aprendizado e permanência dos alunos, promovendo uma educação de qualidade que respeite as particularidades da comunidade ribeirinha.

Sabemos que uma pesquisa nunca é finalizada, por isso deixamos como sugestão para um próximo estudo a continuidade da investigação sobre “Evasão Escolar em Comunidades Ribeirinhas: Estratégias Inovadoras para Promover a Permanência dos Estudantes e o Fortalecimento do Vínculo Escola-Comunidade na Escola Ribeirinha Filadélfia”.

REFERÊNCIAS

Melo, Mair Furtado de. **Evasão Escolar: as principais dificuldades de permanência dos estudantes na Escola Ribeirinha Filadélfia do Igarapé Grande** / Mair Furtado de Melo - Asunción- Paraguay, 2024.

Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação -
Universidad Autónoma de Asunción
UAA.

Prof.^a Dr.^a Marta Suely Alves Cavalcante

Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. p.171 –
UAA, 2025.

Palavras-Chave: 1. Ensino Modular 2. Evasão escolar 3.
Professor 4. Ribeirinhas.

Abramovay, M. (2022). *Clima escolar e relações interpessoais: desafios e perspectivas no ambiente educacional brasileiro*. São Paulo: Cortez.

Abramovay, M.; Rua, M. D. (2019). *Violência nas escolas: desafios e soluções*. São Paulo: Cortez.

Abramovay, M. (2020). *Sustentabilidade e a economia rural no Brasil*. São Paulo: FGV Editora.

Alcantara, E. F. S. (orgs.). (2020). *Inovação e renovação acadêmica: guia prático de utilização de metodologias e técnicas ativa*. Volta Redonda, RJ: FERP. 179 p.: il.; grafs. e tabs.

Alencar, D. G. da. S.; Costa, F. S. da. (2021). Resiliência pedagógica: escolas ribeirinhas frente às variações de seca e cheia do Rio Amazonas. Artigos • *Educ. Pesqui.* 47. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/KWLpPVsDm3nV4XgpSHydHJf/#>. Acesso em 20 abr. 2024.

Almeida, A.V. de; Castro, M. B. de O.; Paulo, M. A. de. L. (2021). A utilização de tecnologias digitais nas práticas pedagógicas no contexto da pandemia da covid-19. *TICs & EaD em Foco*. São Luís, v. 7, nº 2, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://www.umanet.uma.br/em:revista/index.php/ticseadfo/article/view/560>. Acesso em: jun. 2024.

Almeida, R. C. (2019). *Amapá e Macapá: Estudos sobre a urbanização e o desenvolvimento*. Editora Amapá.

Almeida, R.; Santos, L. (2018). *Apoio psicossocial: teoria e prática*. São Paulo: Editora Contexto.

Almeida, R. (2018). *Educação indígena e quilombola nas regiões ribeirinhas*. Manaus: Editora Valer

Alvarenga, E. M. de. (2019). *Metodologia da investigação quantitativa e qualitativa*. Normas e técnicas de apresentação de trabalhos científicos. Versão em português. César Amarilha. 2ª ed. Assunção, Paraguai.

Alves, M. F. (2020). *Programas de assistência social e educacional para populações ribeirinhas: desafios e perspectivas*. Brasília: Editora Políticas Públicas.

Amaral, R. (2017). *Desafios da educação ribeirinha no Brasil*. Belém: EDUFPA.

Anhorn, C. T. G.; Candau, V. M. (2000). *A questão didática e a perspectiva multicultural: uma articulação necessária*. PUC- Rio.

Apollinário, F. (2004). *Dicionário de metodologia científica: um guia para a Produção do Conhecimento científico*. São Paulo: Atlas.

Araújo, M. V. (2017). *Ambiente escolar e sua influência no desempenho dos alunos*. Curitiba: Editora Aprender.

Araújo, A. B. (2019). *O trabalho educativo entre metas e produtividade: o acordo de resultados em Minas Gerais*. Rio de Janeiro, v. 27, n. 105, p. 839-858, out/dez. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/GkVnBnhLHjVNQB9wm6RFbML/abstract/?lang=pt#> Acesso em: 16 jul. 2024.

Araújo, M. (2022). *Saúde mental na pandemia: desafios e respostas*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

Arroyo, M. G. (2013). *Ofício de mestre: Imagens e auto-imagens*. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes,

Assis, K. C. de. C.; Piantoni, J.; Azevedo, R. F. (2024). *Tecnologias em agricultura inteligente: Eficiência e sustentabilidade*. Research, Society and Development, v. 13, n. 4. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php./rsd/article/download/45072/36289/474280>. Acesso em 13 jul.2024.

Bacich, L.; Morán, J. (2017) *Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora: uma Abordagem Teórico-Prática*. São Paulo:

Barbosa, M. F. N.; Ermedoerfer, M. (2023). “Políticas públicas: Renovações na produção científica internacional” . Boletim de Conjuntura (BOCA), vol. 1, n. 38.

Batista, S. D; Souza, A. M; Oliveira, J. M. S. (2009). A evasão escolar no ensino médio: um estudo de caso. *Revista Profissão Docente*, Uberaba, v.9, n.19. Disponível em: <http://www.revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/229>. Acesso em: 10 agost. 2024.

Bezerra, L. F.; Gonçalves, C. P.; Cunha, D. de. O. da; Oliveira, F. L de. (2020). Análise da correlação entre a média de alunos por turma na taxa de rendimento de alunos nas escolas públicas de Ensino Médio no Município do Rio de Janeiro. *Revista Educação Pública*, v. 20, nº 36, 22 de setembro. Disponível em <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/36/analise-da-correlacao-entre-a-media-de-alunos-por-turma-na-taxa-de-rendimento-de-alunos-nas-escolas-publicas-de-ensino-medio-no-municipio-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 30 jul. 2024.

Bonamino, A.; Souza, A. N. de. (2012). *Acesso à educação e desigualdade social no Brasil: avanços e desafios*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 42, n. 145, p. 694-723, set./dez.

Bourdieu, P. (1996). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus.

Brandão, C. R. (2002). *A educação como cultura*. Campinas: Mercado de Letras.

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF.

Brasil. (1989). Lei n.º 7.377, de 07 de julho. Dispõe sobre o exercício da profissão de Secretário e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

Brasil. (1996), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro. Brasília, DF: Senado

Federal. Brasil. (1997). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF.

Brasil. (1999). Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9795. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em 17 jun.2024.

Brasil. (2008). Resolução Nº 2, de 28 de abril. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, Nº 81. Seção 1, p. 25-26.

Brasil. (2018). Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC.

Brito, M. R. V. R. (2021). A importância da participação da família no processo de ensino- aprendizagem da Criança. ISSN: 2675-4681 - REEDUC - UEG v. 7 n. 3 set/dez. Disponível: <https://www.revista.ueg.br/index.php/reeduc/article/download/11573/8394/> Acesso 14 mai. de 2024.

Brito, R. G; Soares, S. S. (2014). Influência da Família na Aprendizagem Escolar da Criança: Ponto de Reflexão. Revista Exitus, v. 4, n. 1, p. 241-253.

Cajueiro, R. L. P. (2015). Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos: Guia prático do estudante. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Caldart, R. S. (2004). Educação do campo: notas para uma análise de percurso. São Paulo: Expressão Popular.

Campoy, A. T. J. (2018). Metodología de la Investigación Científica. Manual para elaboración de Tesis y trabajos de Investigación. Asunción, Paraguay: Marben.

Cardoso, T. M. (2018). Saúde, nutrição e evasão escolar: O impacto das condições alimentares na permanência dos alunos nas escolas públicas brasileiras. Editora Educação e Sociedade.

Carvalho, I. C. de. M. (2004). Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez

Carvalho, J. M. de. (2018). Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Carvalho, M. (2003). O que é natureza. 2 ed. São Paulo, Editora Brasiliense.

Carvalho, M. E. P. de. (2006). Escola como extensão da família ou família como extensão da escola? O dever de casa e as relações família-escola. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Paraíba.

Carvalho, S. (2019). Intervenções psicossociais no Brasil: um panorama atual. Brasília: Editora UnB.

Carvalho, S. B. (2021). O SOME na comunidade de Belos Prazeres em Cametá/PA. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Cametá, Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, Cametá.

M. (2011). A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra.

Cavaliere, A. M. (2002). Transporte escolar rural e a (in)eficácia de políticas públicas na garantia do direito à educação. Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 80, p. 124- 143.

Charlot, B. (2013). A relação com o saber: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed.

Chizzoti, A. (2003). Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Evolução e desafios. São Paulo: Revista Portuguesa de Educação.

Chraim, A. de. M. (2009). Família e escola: a arte de aprender para ensinar. Rio de Janeiro: Wak editora.

Cipriano, E. (2015). Família e escola: desafios para uma parceria efetiva. São Paulo: Summus.

Coll, C., Mauri, T., & Onrubia, J. (2000). Desenho e avaliação de ambientes de aprendizagem no ensino superior. Porto Alegre: Artmed.

Costa, C.G.S. (2020). BNCC, Flexibilização Curricular e Protagonismo Juvenil: movimentos atuais de “construção” do Ensino Médio Brasileiro, a partir da LEI 13.415/2017.

MARGENS - Revista Interdisciplinar. Versão Digital – ISSN: 1982- 5374 Vol.14. N. 23. (p. 43-60). DOI:

<http://dx.doi.org/10.18542/mri.v14i23.9510>. Acesso em 21 fev.2024.

Costa, E. L; Souza, J. R. S. (2019). Família e escola: as contribuições da participação dos responsáveis na educação infantil. Khóra: Revista Transdisciplinar, v. 6, n. 7. Disponível em

<http://site.feuc.br/khora/index.php/vol/article/viewFile/166/113>
Acesso 14 de mai.de 2024.

Costa, M. S.; Oliveira, J. R. L (Orgs.). (2022). Educação na Amazônia em repertório de saberes: o sistema de organização modular de ensino: volume II. –Ananideua, PA: Cabana.

Costa, M. V.; Gatti, B. A. (2017). Formação continuada de professores e tecnologias digitais: desafios contemporâneos. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 1319- 1340.

[...]



EDITORA EDFIKA

WWW.EDITORAEDFIKA.COM.BR

82 9 9376 2377

Praça Menino Jesus, 85. Santa Esmeralda

Arapiraca-Alagoas

57312-080

